Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014)

Alexandre Fortes
Larissa Rosa Corrêa
Paulo Fontes
Organizadores

Apresentação

Este dicionário foi organizado como parte do projeto Movimentos Sociais e Esfera Pública. Tem como objetivo oferecer descrições e informações de referência sobre os principais movimentos sociais ocorridos no Brasil no período posterior ao Golpe de 1964. A proposta é oferecer aos interessados uma visão panorâmica sobre esse vasto conjunto de movimentos por meio de informações básicas sobre cada um deles e de suas respectivas referências bibliográficas.

O dicionário constitui-se em duas dimensões em instrumento complementar aos relatórios produzidos pelos grupos de trabalho temáticos integrantes do projeto. Em primeiro lugar, porque oferece uma perspectiva histórica mais ampla para os fenômenos abordados pelos relatórios dos grupos que, em geral, concentraram-se na conjuntura da última década. Em segundo lugar porque acrescenta ao leque de movimentos duradouros e vinculados a entidades analisados pelos grupos temáticos uma ênfase sobre ondas e ciclos de movimentos sociais.

Esses movimentos – cujos processos ocorreram em momentos históricos e locais específicos –, por conta da sua baixa institucionalização, facilmente são relegados ao esquecimento. Daí a importância da sistematização aqui realizada, que resgata o lugar de tais acontecimentos no quadro analítico sobre a trajetória dos movimentos sociais no Brasil contemporâneo.

Elaborados a partir do trabalho de seis historiadores sociais, os verbetes que integram o presente dicionário são disponibilizados juntamente com o restante dos produtos do projeto Movimentos Sociais e Esfera Pública no portal do Memov (Memória dos Movimentos Sociais Brasileiros).

A partir do modelo estabelecido nos verbetes já redigidos, o dicionário será posteriormente expandido e atualizado, permanecendo aberto a contribuições de outros autores, sejam eles acadêmicos ou militantes dos próprios movimentos.

Os organizadores

Equipe

Organizadores
Alexandre Fortes
Larissa Rosa Corrêa
Paulo Fontes

Pesquisadores
Eduardo Ângelo da Silva
Heliene Nagasava
Leonardo Ângelo da Silva
Luciana Pucu Wollmann
Marina Mesquita Camisasca
Marcelo Dias Lyra Júnior

Lista dos verbetes

1. ABONG
2. Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida
3. CEBs
4. Central Geral dos Trabalhadores (CGT)/ Força Sindical (FS)
5. Central Única dos Trabalhadores (CUT)
6. ULTAB/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)
7. Fórum Social Mundial
8. Greves de 1978 a 1980
9. Greves da Nova República (1985-1989)
10. Greves de 1968
11. Imprensa Alternativa
12. Jornadas de Junho
13. Luta pelo Transporte Público
14. Marcha da Maconha (Descriminalização)
15. Marcha das Margaridas
16. Marcha das Vadias
17. Movimento Ambientalista
18. Movimento Antiviolência (Viva Rio, Pela Paz...)
19. Movimento Antimanicomial
20. Movimento pela Anistia
21. Movimento contra a carestia
22. Movimento contra a Corrupção
23. Movimento contra o Genocídio Negro
24. Movimentos culturais da periferia
25. Movimentos Culturais da Segunda Metade dos Anos 1960
26. Movimento pela democratização da mídia
27. Movimento pela Desmilitarização da Polícia
28. Movimento de Direito de Crianças e Adolescentes
29. Movimentos de Direitos Animais
30. Movimento Diretas Já
31. Movimento Ecumênico
32. Movimento de Educação Popular
33. Movimento Estudantil de 1977
34. Movimento dos Excedentes e o Movimento dos Cem Mil
35. Movimento Feminista
36. Movimento pelo impeachment do Presidente Collor
37. Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos
38. Movimento de Favelas
39. Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA)

40. Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH)
41. Movimento Negro (1964-1988)
42. Movimento dos Portadores de Deficiência
43. Movimento pela Reforma Urbana
44. Movimentos contra remoções no Rio de Janeiro (Copa e Olimpíadas)
45. Movimento dos Trabalhadores Desempregados
46. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)
47. MST
48. Occupy
49. Oposições Sindicais
50. Parada Gay
51. Protestos contra a Copa (Comitês)
52. Rádios comunitárias
53. Reforma Sanitária - Conselhos de Saúde
54. União Nacional dos Estudantes (UNE)

ABONG

Em 1991, foi criada a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG), congregando organizações que lutam contra todas as formas de discriminação, de desigualdades, pela construção de modos sustentáveis de vida e pela radicalização da democracia. A instituição tem sua origem em organizações fortemente marcadas pela resistência à ditadura e ao autoritarismo; pela presença ativa nas lutas democráticas; pelo compromisso de luta contra a exclusão e as desigualdades sociais; pela defesa de direitos e construção da cidadania; pelo apoio aos movimentos sociais; pela busca de alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis e socialmente justas; e pela defesa intransigente da ética na política para a consolidação da democracia.

De 1983 a 1991, um longo caminho foi percorrido pelas Organizações Não Governamentais (ONGs) do país que se articularam regional, nacional e internacionalmente, o que culminou na criação da ABONG. As articulações iniciam-se com ONGs do Rio de Janeiro e, em 1986, há o primeiro Encontro Nacional. Nesse mesmo ano, começaram trabalhos dos quais participam ONGs de outros países da América Latina e, em 1988 e 1989, as relações internacionais agudizam-se. A partir de 1990, sobre o influxo do Plano Collor e para analisar seu efeito sobre as ONGs, há a criação do Grupo de Trabalho (GT) que elaborou proposta de constituição de uma Associação Nacional de ONGs. Em um contexto permeado pelo avanço do neoliberalismo, reestruturação produtiva do capital, flexibilização, globalização da economia, as reformas do papel do Estado, a mundialização da cultura e, particularmente, a conjuntura brasileira e a crise política do Governo Collor, é que as ONGs realizam diversos fóruns onde ganhava força a necessidade da criação de uma Associação Nacional. Assim, a ABONG é fundada em agosto de 1991.

De 1991 aos anos 2000, a ABONG foi consolidando três diferentes campos prioritários de ação: sociedade civil, governo brasileiro e esfera internacional. Assim, houve movimento para além de uma reestruturação interna que visava: a uma maior dinamização e à sua ação direta em campanhas e lutas pelo combate à globalização econômica e às políticas neoliberais; ao respeito à pluralidade e à diversidade de ideias; à proposta de construção de um mundo plural, economicamente justo, socialmente igualitário e ambientalmente sustentável; à defesa dos direitos humanos, da diversidade e igualdade, da cultura e contra-hegemonia; à denúncia de todas as formas de violência, ao combate à militarização; e a promoção da cultura da paz. Decorrente dessas demandas, a ABONG e suas associadas organizaram-se tanto para participar de eventos que dinamizassem políticas públicas e questionassem a realidade dada (como o Fórum Social Mundial – FSM) quanto para o estreitamento e articulação com os governos por meio de sua articulação nacional e internacionalmente.

Atualmente, as pautas levantadas pela ABONG passam por vários pontos, dentre os quais: a Reforma Política; novas concepções de desenvolvimento; a atuação que visa

fortalecer alianças com movimentos sociais e redes temáticas, em especial as que trabalham com questões como gênero, raça, diversidade sexual e outras lutas de menor visibilidade em nossa sociedade, na perspectiva de efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (DHESCAs); o Marco Regulatório (implementação de um marco legal e de políticas públicas que criem um ambiente favorável e seguro para o envolvimento dos cidadãos e cidadãs em causas públicas); e a Transparência e Gestão, o que envolve maior envolvimento das ONGs com a sociedade civil para divulgação de seus trabalhos e lutas, prestação de contas, dando maior transparência e credibilidade às mesmas.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE). *Relatório Parcial do Projeto "Movimentos Sociais e Esfera Pública - Impactos e desafios da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas governamentais*. CBAE, 2014, p. 590.

"ABONG comemora seus 15 anos". Disponível em: <http://www.abong.org.br/biblioteca.php?id=7721&it=4422>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"Lutas e ações". Disponível em:<http://www.abong.org.br/lutas_e_acoes.php>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"Associação Brasileira de Organizações não Governamentais: uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável". Disponível em:<http://compromissopublico.com.br/abong.asp>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"ABONG lança observatório da Sociedade Civil". Disponível em:<http://www.reformapolitica.org.br/historico/2013/911-abong-lanca-o-observatorio-da-sociedade-civil.html>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

AÇÃO DA CIDADANIA CONTRA A FOME, A MISÉRIA E PELA VIDA

Movimento social que surgiu no Brasil nos anos 1990, com o objetivo de enfrentar a fome e a miséria no país. Por meio de campanhas para a arrecadação de alimentos, o movimento mobilizou o cidadão comum, órgãos públicos e privados e diferentes setores da sociedade civil organizada, colocando a fome como um problema prioritário na agenda política do país, ao mesmo tempo em que convocava toda a sociedade para a sua solução.

Desde o final do século XIX, já podemos vislumbrar uma literatura que procurava relatar a situação de penúria e fome em determinadas regiões do Brasil; porém, foi apenas nos anos 1940 que o "mapa da fome brasileira" ganhou repercussão nacional e internacional com a publicação do livro *Geografia da Fome*, de Josué de Castro. A partir daí, o Brasil passou a tomar parte dos debates em torno do enfrentamento da fome no mundo, participando de organizações como a Associação Mundial de Luta contra a Fome (Ascofam) e iniciativas como a Campanha Mundial Contra a Fome, aprovada em 1959 em uma conferência da FAO *(Food and Agriculture Organization*), órgão da Organização das Nações Unidas (ONU).

Décadas depois, nos anos 1990, a mobilização popular em torno do impeachment do primeiro presidente eleito diretamente após a redemocratização do país, Fernando Collor de Mello, deu origem a um novo movimento de combate à fome que ganhou uma ampla adesão da sociedade civil. Criado no interior no Movimento pela Ética na Política (MEP) – movimento que exerceu um importante protagonismo na luta que culminou no impeachment presidencial – a Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida foi oficialmente criada em 8 de março de 1993, por meio da "Carta da Ação da Cidadania". Tomando como base a pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que indicava a existência de 32 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha da pobreza, o movimento nascia com o lema "quem tem fome, tem pressa", assim como buscava chamar a atenção para a incompatibilidade existente entre a miséria e a democracia.

Um mês após a sua oficialização, a Ação da Cidadania conseguiu fazer com que a erradicação da fome se transformasse em uma questão prioritária de governo. Por meio do Decreto nº 807, de 26 de abril de 1993, assinado pelo então presidente Itamar Franco, foi criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), composto por nove ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil.

Em junho de 1993, um dos principais articuladores do movimento, o sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", juntamente com o bispo de Duque de Caxias-RJ e presidente do Consea, Mauro Morelli, fizeram um pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, solicitando a todos que arrecadassem alimentos para ajudar a atenuar o problema da fome no Brasil. Recebendo uma ampla e rápida adesão da

população, que passou a se articular em comitês, a Ação da Cidadania recebeu o apoio de artistas, intelectuais e atletas que auxiliaram a dar maior visibilidade à Campanha por meio de passeatas, shows musicais ("Show pela Vida", RJ; "Show do Memorial da América Latina", SP), campeonatos esportivos ("Fome de Bola", MG), eventos culturais ("Semana da Arte contra a Fome", RJ), bem como o Natal Sem Fome, realizado pela primeira vez em dezembro de 1993. Nesses eventos, amplamente repercutidos pela mídia, foram arrecadadas toneladas de alimentos não perecíveis.

Apesar de contar com uma Secretaria Executiva, composta por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Conselho Federal de Economia (Confecom), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Instituto de Estudos Sócio Econômicos (Inesc), e Associação Nacional de Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), a Ação e Cidadania possuía uma estrutura descentralizada, que priorizava a formação de comitês de forma autônoma. Formados em igrejas, sindicatos, associações, empresas, entre outros, os "Comitês da Fome" atuaram na distribuição de cestas básicas, na realização de "sopões comunitários" e também no oferecimento de cursos e oficinas profissionalizantes, curso de alfabetização de adultos, projetos de plantios de sementes e construção de moradias, além de outras iniciativas que procuravam estimular estratégias para geração de emprego e renda dos participantes e conquista da sua cidadania. Contando com um dos documentos oficiais do movimento – a *Cartilha para ajudar a formar Comitês* – e com o jornal *Primeira e Última*, editado por quatro grandes Organizações Não Governamentais (ONGs) e que se converteu no principal veículo de comunicação interna da campanha, os comitês multiplicaram-se no país. Em 1993, existiam cerca de três mil comitês espalhados por 22 estados da federação.

Em dezembro de 1994, foi criado o Fórum Nacional da Ação e da Cidadania com o objetivo de debater os rumos do movimento. O esgotamento das atividades de doação verificadas naquele ano levou a certa inflexão do mesmo, que passou a se dedicar mais a estratégias de combate ao desemprego. Por outro lado, as campanhas para a arrecadação de alimentos, ainda que apontada pelos críticos como mero assistencialismo, jamais foi abandonada. Para Betinho, era necessário articular o emergencial e o estrutural no combate à erradicação da miséria.

Em 1995, a Ação e Cidadania elegeu como tema para campanha daquele ano a "Democracia da Terra". Em Brasília, Betinho entregou ao presidente recém-eleito, Fernando Henrique Cardoso, a "Carta da Terra", buscando comprometer o novo governo com a resolução do problema da concentração de terra no país. Porém, a adoção de uma política econômica neoliberal e a prevalência de um "Estado-mínimo", levou a extinção do Consea e sua substituição pelo Programa Comunidade Solidária. Ainda que esse programa tenha incorporado alguns dos antigos membros do Consea, além do próprio Betinho, ele mostrou-se ineficaz no cumprimento da agenda da Ação e Cidadania, o que levou ao afastamento de Betinho da Comunidade Solidária em 1996. O arrefecimento das atividades do Comitê das Entidades Públicas no Combate à Fome e pela Vida (Coep), formados por quatro empresas estatais – Caixa Econômica, Banco do Brasil, Petrobrás e Furnas – também merece ser destacado como um resultado da

política neoliberal do governo FHC, que impôs um processo de “reestruturação” a essas empresas, incluindo a demissão de funcionários.

Tratando-se de um dos mais importantes movimentos sociais da história brasileira, dada a sua ampla repercussão na sociedade, a Ação da Cidadania contra a Fome, Miséria e pela Vida atravessou momentos difíceis, tais como o seu visível refluxo a partir de fins dos anos 1990 e a morte de Betinho em 1997. Em um último levantamento realizado em 2006, foram identificados 756 comitês em funcionamento em 22 estados do Brasil – sendo a maior parte deles localizada no estado do Rio de Janeiro. Além de manter campanhas para arrecadação de alimentos, brinquedos, agasalhos, os comitês oferecem atividades culturais e cursos diversos para a população, além de realizar um trabalho de inclusão de famílias pobres no Programa Bolsa Família, por meio do projeto “Cidadania em Ação”.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

JACOBI, Pedro Roberto. A Ação e Cidadania contra a Fome e a Miséria e Pela Vida: reconstituição de cinco experiências. *Cadernos Cedec*, nº 52, p. 1-44, 1996.

MAGALHÃES, Rosana. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e Pela Vida. *Cadernos de Saúde Pública*. 18 (Suplemento), p. 121-137, 2002.

PANDOLFI, Dulce; HEYMANN, Luciana (orgs.). *Um abraço, Betinho.* Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PANDOLFI, Dulce; GAZIR, Augusto; CORRÊA, Lucas (orgs.). *O Brasil de Betinho.* Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes. Combate à fome no Brasil: uma análise histórica de Vargas a Lula. *Revista de Nutrição.* Vol. 18, nº 4, p. 259-277, 2005.

Sites:

<http://www.acaodacidadania.com.br/>. Acessado em: 15 de outubro de 2014.

<http://www.ibase.br/pt/2011/07/acao-da-cidadania-2/>. Acessado em 15 de outubro de 2014.

CEBs

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são núcleos eclesiais criados a partir das orientações do concílio Vaticano II (1962-1965). Tinham como objetivo atuar de forma mais aberta e envolvida com os problemas do mundo, buscando responder às questões do cotidiano. Assim, em seu primeiro nível, responsabilizam-se pela expansão da fé católica por meio de sua base, revelando e apontando facetas singulares de uma Igreja que, em interação com as comunidades e sob o trabalho de religiosos e leigos (envolvidos com o trabalho popular), compromete-se com a causa da vida e dos mais pobres por meio de mobilização e participação social, visando ao direito de cidadania na sociedade e na Igreja.

As CEBs nascem no Brasil e em toda a América Latina e Caribe impulsionadas pelo espírito do Vaticano II, em um contexto de rica fermentação popular que marcou o início da década de 1960. No Brasil, estruturas anteriores às CEBs pontuaram sua formação, tal qual a presença da Ação Católica (JUC – Juventude Universitária Católica, JEC – Juventude Estudantil Católica e JOC – Juventude Operária Católica) e o Movimento de Educação de Base (MEB). Porém, o maior aporte às CEBs foi fornecido pela Teologia da Libertação que, entre outros pontos, fornecia a base teológica para as lutas políticas. Assim, nesse movimento de sinergia e retroalimentação, a existência das CEBs foi fundamental para a expansão da Teologia da Libertação no Brasil.

Em 1975, ocorreu primeiro encontro interclesial das CEBs, em Vitória (Espírito Santo), com o tema: “Uma Igreja que nasce do Povo pelo Espírito de Deus”. Estes encontros, que ainda ocorrem na atualidade, são marcados pela apresentação de debates sobre um tema específico, relacionando o trabalho das comunidades e a realidade da vida do povo.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

“Histórico dos Encontros Intereclesiais das CEBs”. Revista Missões, 22 de julho de 2009. Disponível em: http://www.revistamissoes.org.br/noticias/ler/id/114. Acessado em 30 de outubro de 2014.

SANTOS, Irinéia Maria Franco dos. “Luta e perspectiva da teologia da libertação: o caso da Comunidade São João Batista, Vila Rica, São Paulo: 1980-2000”. Dissertação (Mestrado em História Social) – FFLCH-USP. São Paulo, 2006.

GUARIZA, N. M. O fazer-se mulher em comunidade: uma “matemática muito sensível”. Revista PistisPraxis, vol.4, n.1, 2012. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/pistis?dd1=6037&dd99=view&dd98=pb. Acessado em 30 de outubro de 2014.

TEIXEIRA, Faustino. História da fé e vida nas CEBs. Diálogos, 20 de abril de 2010. Disponível em: <http://fteixeira-dialogos.blogspot.com.br/2010/04/historia-de-fe-e-vida-nas-cebs.html>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

CENTRAL GERAL DOS TRABALHADORES (CGT)/ FORÇA SINDICAL (FS)

A Força Sindical (FS) é uma organização sindical de trabalhadores de âmbito nacional fundada em 10 de março de 1991. Hoje, é a segunda corrente mais importante do sindicalismo nacional. Ao longo de sua história, apresenta como principal base de sustentação o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e manteve-se em oposição à corrente hegemônica do sindicalismo, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), embora uma maior convergência entre essas centrais sindicais tenha ocorrido a partir do segundo governo Lula (2007-2010), do Partido dos Trabalhadores (PT). Seu surgimento está vinculado à ruptura ocorrida na Central Geral dos Trabalhadores (CGT), fundada em 1986.

Na disputa pela hegemonia no interior do movimento sindical em emergência, desde o final dos anos 1970, dois grandes blocos constituíram-se. Os chamados sindicalistas "autênticos", reunidos em torno dos sindicalistas metalúrgicos do ABC, que, juntos aos grupos integrantes das Oposições Sindicais, compuseram o autodenominado bloco "combativo". Lideranças tradicionais do movimento sindical, muitas delas vinculadas ao setor conservador do sindicalismo e setores da esquerda dita "tradicional", tais como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), formaram a Unidade Sindical.

Nos anos 1980, as objeções entre esses blocos resultaram na formação de centrais sindicais separadas. Os "combativos" articularam-se aos setores do movimento social e popular na Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindical (Anampos) e fundaram a CUT, em 1983. A Unidade Sindical, por sua vez, criou a Coordenação Nacional da Classe Trabalhadora (Conclat) em 1983 e, em 1986, da Conclat surgiu a CGT. A tensão presente entre as forças componentes da CGT deram origem à FS.

A maior tensão interna na CGT ocorreu entre os setores mais tradicionais do sindicalismo, aliados aos partidos de esquerda atuantes na central, e um novo bloco que foi formando-se, chamado de "sindicalismo de resultados". O novo setor era considerado conservador e pragmático, defensor da economia de mercado e do "Estado mínimo". Suas principais lideranças foram Luís Antônio Medeiros (metalúrgicos de São Paulo) e Antônio Rogério Magri (eletricitários de São Paulo). Com farto espaço na mídia, o "sindicalismo de resultados" foi a grande novidade no cenário sindical, então dominado por um discurso socialista, grevista e estatista, propagado pela CUT. Em 1988, os militantes do PC do B foram expulsos da CGT. Pouco depois, Magri assumiu a entidade rebatizando-a de Confederação Geral dos Trabalhadores. Nas eleições de 1989, a CGT apoiou a candidatura de Fernando Collor de Melo. Em seu governo, Magri foi Ministro do Trabalho, e Medeiros capitaneou a fundação da FS com o apoio de Collor e

da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), em março de 1991. A nova central teria como política clara rivalizar com a CUT.

Nos anos 1990, frente à implantação de políticas neoliberais e ao contexto de reestruturação produtiva, a FS defendeu a abertura às importações, as privatizações e a flexibilização da CLT. A solução postulada pela FS para a realidade que se apresentava era a busca da "conciliação de interesses" entre empresas e sindicatos. Ao final da década, Paulo Pereira da Silva (Paulinho), liderança originada do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, assumiu a presidência da FS. Esta se tornou uma forte opositora do primeiro governo Lula (2003-2006), situação alterada no seu segundo mandato.

Em 2007, Lula trocou o Ministério do Trabalho de mãos – do PT, ligado à CUT, para o Partido Democrático Trabalhista (PDT), então ligado à FS. Carlos Lupi (PDT) tornou-se ministro, e Medeiros, o Secretário de Relações do Trabalho, fato que aproximou a FS do governo. A partir de 2008, há uma tendência à coesão de discurso entre as centrais sindicais, após a lei de reconhecimento jurídico das centrais, a qual garantiu a elas assentos em fóruns tripartites governamentais e maior acesso aos recursos do imposto sindical. Segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), em 2013, a FS tinha a segunda posição entre as centrais brasileiras, com 16,72% de entidades sindicais registradas pelo MTE a ela filiadas.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTANA, Marco Aurélio. Trabalhadores em movimento: o sindicalismo brasileiro nos anos 1980-1990. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano v.4. O tempo da Ditadura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 283-313.

Sites:

"Consulta de aferição das centrais sindicais". Disponível em: www.mte.gov.br. Acessado em 27 de outubro de 2014.

"Os vinte anos da Força Sindical". Disponível em: <http://jornalggn.com.br/blog/luisnassif/os-20-anos-da-forca-sindical. Acessado em 27 de outubro de 2014.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES (CUT)

Organização sindical de trabalhadores de âmbito nacional fundada em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo (SP), por setores vinculados à Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais (Anampos). A entidade era composta por sindicalistas autodenominados "autênticos" ligados às greves do ABC paulista, iniciadas em 1978, por grupos integrantes das "Oposições Sindicais" que, junto aos "autênticos", eram base do movimento denominado de "novo sindicalismo" e por setores dos movimentos populares.

No final dos anos 1970 aflorou um vasto movimento grevista, a partir da paralisação da Scania, em 1978, em São Bernardo do Campo (SP). Foi nesse quadro de ascensão do movimento sindical que as centrais sindicais foram organizadas. A CUT foi fundada a partir do confronto entre duas principais tendências: a Unidade Sindical, aliança dos setores sindicais mais conservadores com a chamada esquerda ortodoxa, e a Anampos. Embora esses dois segmentos tenham formado a Comissão Nacional Pró-CUT, em 1981, eles deram origem a centrais diferentes. Em 1983, no I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), a CUT foi criada pelo bloco vinculado à Anampos e passou a defender uma estrutura sindical construída pela base, classista, autônoma e independente do Estado.

A CUT participou, nas décadas de 1980 e 1990, dos principais acontecimentos no cenário nacional e tornou-se interlocutora fundamental de amplos setores das classes trabalhadoras. Nos anos 1990, a entidade sofreu os impactos da chamada reestruturação produtiva no mundo do trabalho e teve de enfrentar o ambiente inóspito trazido por políticas neoliberais. Nesse contexto, a CUT passou por um processo de inflexão levando-a a adotar posturas mais defensivas. Assumiram papel de destaque a luta pelo emprego, a participação em fóruns tripartites, as políticas de qualificação profissional para os trabalhadores, o debate e a luta por políticas públicas, a sustentação de empreendimentos "solidários", a intermediação entre trabalhador e emprego, etc.

Nos anos 2000, uma nova conjuntura apresentou-se a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). No tocante à relação entre a cúpula sindical e o Estado, houve a tentativa de "reforma trabalhista e sindical" com reconhecimento jurídico das centrais sindicais e ampliação do acesso ao imposto sindical. A CUT integrou fóruns tripartites governamentais e passou a ter maior acesso aos recursos do imposto sindical.

O novo espaço descortinado pela reorganização sindical aumentou a concorrência sempre existente das várias centrais pelo mesmo espaço. Os setores que antes eram representativos de algumas das grandes confederações do sistema corporativo, na busca por ocupação desse novo espaço, passaram a se articular como uma central sindical, credenciando-se ao acesso a recursos encaminhados às centrais. Um dado novo foi que a CUT sofreu defecções. Alguns setores saíram da CUT em 2004

e deram origem à atual CSP-Conlutas (Central Sindical e Popular) que, assim como a Intersindical-Central da Classe Trabalhadora (fundada em 2014), tem intenção de reconhecimento jurídico, mas critica a existência do imposto sindical e a participação sindical em fóruns governamentais tripartites. Ainda, como parte desse processo de deserções de segmentos cutistas, a Corrente Sindical Classista (CSC) formou em 2007 a Central dos Trabalhadores Brasileiros (CTB). Cada uma a sua maneira, essas centrais acusaram a CUT de certa paralisia frente ao que seriam políticas governamentais contrárias aos interesses dos trabalhadores.

Segundo dados do Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE), em 2013, a CUT tinha a primeira posição entre as centrais brasileiras, com 21,58% de entidades sindicais registradas pelo MTE a ela filiadas.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ANTUNES, Ricardo; SANTANA, Marco Aurélio. Para onde foi o “novo sindicalismo”? Caminhos e descaminhos de uma prática sindical. In: REIS, D. A.; RIDENTE, M.; MOTTA, R. P. S. (orgs). *A Ditadura que mudou o Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.128-141.

Sites:

Consulta de aferição das centrais sindicais, <www.mte.gov.br>, acessado em 05 de outubro de 2014.

ULTAB/Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

Fundada em 22 de dezembro de 1963, a Contag é fruto da articulação e mobilização de vários sindicatos e federações de trabalhadores rurais localizados em diferentes municípios e estados do país. Desde a sua criação, a Contag vem contribuindo para a ampliação e o fortalecimento da organização e representação sindical no meio rural. Entre as suas atividades, a entidade reivindica e negocia políticas agrícolas diferenciadas, direitos trabalhistas e políticas sociais para os trabalhadores/as rurais, visando ao desenvolvimento sustentável.

A Contag nasceu em meio às lutas dos trabalhadores travadas no campo ao longo dos anos 1950 e início de 1960, impulsionadas pelas Ligas Camponesas no Nordeste e pelos conflitos de terra entre trabalhadores rurais e usineiros/ latifundiários em todo o país, como o movimento de Porecatu, no Paraná (1950-51), e a luta dos posseiros e arrendatários de Trombas e Formoso, em Goiás (1954-57). Nesse período, a luta camponesa tornou-se um dos movimentos sociais de maior repercussão do país, impulsionados pelo movimento sindical urbano, reunindo trabalhadores e militantes de esquerda e nacionalistas na luta pelas reformas de base no governo de João Goulart. No início dos anos 1960, foram criadas outras organizações de trabalhadores/as rurais, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (Mater), na região Sul do país.

Dentro desse contexto de forte efervescência e polarização política entre os setores partidários e os movimentos de esquerda e direita conservadora civil e militar, foi fundada, em 1954, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (Ultab). As diversas organizações de esquerda, incluindo a Ação Popular (AP), reuniram esforços para unir os trabalhadores do campo, ampliando as bandeiras de luta. Em 1961, a Ultab organizou o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, MG, reunindo 1.600 delegados de várias organizações. Um ano depois, foi realizado o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste, em Itabuna, BA, com ênfase nas demandas por reforma agrária e o acesso aos benefícios previdenciários. Em março de 1963, o governo Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo aos trabalhadores rurais os mesmos direitos muito antes conquistados pelos trabalhadores urbanos – os direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários.

Em contrapartida à organização da Ultab, os setores mais conservadores do sindicalismo de trabalhadores rurais, em sua maioria ligados à Igreja, formaram novos sindicatos e criaram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CNTA). Todavia, essa entidade, por pressão dos setores de esquerda, não conseguiu o seu reconhecimento no Ministério do Trabalho. Sob a determinação do próprio

Ministério, foi realizado um Congresso Nacional para a criação de uma confederação que deveria reunir as 29 federações reconhecidas oficialmente pelo Estado. Dessa forma, foi fundada a Contag – a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional – legalmente reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo decreto nº 53.517. Com o advento do golpe civil-militar de 1964, a Contag sofreu intervenção. O presidente Lyndolpho Silva e os demais diretores foram presos. Em 1965, o líder sindical conservador e colaborador do regime militar, José Rotta, foi eleito presidente da Contag, permanecendo na direção até o ano de 1968. Com a instauração do regime autoritário, a organização dos trabalhadores rurais entraria em um longo período de repressão e exploração, usurpação de direitos e de forte exploração da mão de obra rural e urbana.

No final da década de 1970, existiam cerca de 240 mil trabalhadores de cana na zona da Mata. No ano de 1978, os trabalhadores rurais dessa região vinham debatendo a política salarial e a liberdade sindical, tendo em vista a realização do III Congresso da Contag. Uma das primeiras mobilizações nesse período ocorreu devido à precariedade do transporte que os trabalhadores agrícolas eram obrigados a utilizar para se locomover da usina Tiúma para o engenho São José, no município de São Lourenço da Mata. Uma greve foi organizada, com o apoio do sindicato, paralisando o trabalho por três dias, sendo que as exigências mais urgentes foram atendidas. Em relação à questão salarial, os sindicatos pretendiam realizar um dissídio coletivo que apresentasse uma pauta comum de reivindicações. Mais tarde, optaram pelo caminho da greve, mas de forma legal, ou seja, de acordo com a lei de greve do regime militar. Foram realizadas assembleias em 24 sindicatos que representavam 28 municípios na zona da Mata. Cerca de 20 mil trabalhadores canavieiros participaram da greve, que ocorreu entre os dias 2 a 9 de outubro de 1979. A greve dos trabalhadores da zona da Mata pernambucana é reflexo de uma conjuntura de ascensão dos movimentos sociais e do “novo sindicalismo” que surgiu nos anos de 1970, período de distensão do regime militar. Somente no ano de 1979, até o mês de setembro, houve 68 greves, envolvendo mais de dois milhões de trabalhadores em todo o país (Abreu e Lima: 2003:175).

Nos anos 1980, em meio à luta dos trabalhadores pela redemocratização do país e por um sindicalismo independente e autônomo, a Contag realizou a 1º Eleição Congressual, em dezembro de 1985, reunindo cerca de dois mil delegados. O evento foi considerado histórico, uma vez que conseguiu romper com a legislação sindical autoritária, ampliando a participação dos trabalhadores rurais nas decisões de suas entidades. Junto com os diversos movimentos sociais que eclodiram no início da década de 1980, a Contag esteve à frente da luta contra a ditadura militar, reivindicando uma ampla e irrestrita anistia política, eleições diretas e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte. Ao longo da década de 1980, ocorreram diversas paralisações de trabalhadores rurais em todo o país sob a coordenação dos sindicatos, Fetags e da Contag. A maioria delas eclodiu nas zonas canavieiras do Nordeste. Nesses conflitos, os trabalhadores grevistas obtiveram importantes vitórias, como a união das campanhas salariais e melhorias das condições de trabalho. De acordo com a Contag, uma das conquistas mais importantes desse período foi a inclusão dos trabalhadores e trabalhadoras rurais na Previdência Social. Outro passo importante foi a criação do

Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PADRSS), que tem como objetivo principal atuar como um instrumento estratégico para conter o modo de produção agrícola conduzido por latifundiários, empresários e grandes grupos econômicos, responsáveis por imprimir um caráter concentrador de terra e renda, conservador e excludente no campo. O PADRSS propõe um novo tipo de relação entre o campo e a cidade contendo uma perspectiva social mais igualitária, por meio da equidade de oportunidades, justiça social, empoderamento dos atores sociais, preservação ambiental, soberania e segurança alimentar e crescimento econômico. Para tanto, a Contag criou secretarias específicas para atuar nessas diferentes frentes de luta, buscando a ampliação da participação das mulheres, dos jovens e da terceira idade, tendo como foco ainda a erradicação do trabalho infantil, a educação no campo e a luta contra o trabalho escravo.

Em abril de 1995, durante o 6º Congresso da CONTAG, a entidade filiou-se a Central Única dos Trabalhadores (CUT). Posteriormente, a Confederação elabora uma proposta de Política de Crédito diferenciado para a agricultura familiar, medida considerada importante para a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Em dezembro de 2013, a Contag completou 50 anos. Atualmente, a entidade conta com 27 federações (Fetags) e mais de 4.000 sindicatos (STTRS) filiados, junto com o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), representando a luta de mais de 15,7 milhões de trabalhadores e trabalhadoras do campo e da floresta, que abrange agricultores familiares, assentado(as) da reforma agrária, assalariado(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. Desde os anos 2000, a formação política da Contag é praticada pela Enfoc, uma escola própria e orgânica da Confederação que tem como objetivo principal a afirmação do PADRSS.

Larissa R. Corrêa

Fontes

ABREU E LIMA, Maria do Socorro. "Revisitando o campo: lutas, organização contradições – Pernambuco, 1962-1987)". Tese de Doutorado. Pós-Graduação em História. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

CONTAG. *40º aniversário da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura*. Brasília, DF, 2003.

SILVA, Iby Montenegro de. "Contag em perspectiva: um estudo sobre a formação política". Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013.

Sites:

"A CONTAG", <http://www.contag.org.br>. Acessado em 5 de novembro de 2014

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Espaço de discussão democrática e de articulação global de luta contra a globalização neoliberal que reúne Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, redes e organizações da sociedade civil que empreendem lutas a nível local, nacional ou global e que se mobilizam em torno de alternativas plurais ao neoliberalismo. De caráter apartidário, não governamental, não confessional e organizado horizontalmente, o Fórum Social Mundial (FSM) caracteriza-se pela diversidade e pela pluralidade, reafirmadas pela *Carta de Princípios de Porto Alegre*, e organiza-se a partir do lema "um outro mundo é possível".

Na segunda metade dos anos 1990, ocorreram uma série de protestos, marchas, campanhas, manifestos, encontros que buscavam se posicionar contra a globalização neoliberal em diferentes partes do globo. Este acúmulo de experiências de luta – muitas organizadas a partir de articulações transnacionais – levou cerca de 50 mil manifestantes a ocuparem as ruas de Seattle por cinco dias ininterruptos em novembro de 1999, por ocasião da 3ª reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC). Bloqueando ruas e lançando mão de táticas de não violência e de desobediência civil, os protestos acabaram provocando o cancelamento da cerimônia de abertura e de encerramento do evento. Nos anos seguintes após a "Batalha de Seattle" até a reunião do G-8 em Gênova em julho de 2001, todas as reuniões de organismos multilaterais foram marcadas por manifestações, que foram brevemente interrompidas pelos ataques de 11 de setembro de 2001, mas novamente retomadas nos meses posteriores, acrescidas de um caráter antibelicista, pacifista e anti-imperialista.

Figurando como um dos episódios mais significativos desses acontecimentos, o I FSM realizado em Porto Alegre - RS entre 25 e 30 de janeiro de 2001, foi preconizado a fim de possibilitar a esses movimentos ingressarem em uma etapa propositiva, por meio do compartilhamento de experiências e reflexões sobre as suas ações concretas. Apesar de não ter funções deliberativas e de ninguém estar autorizado a falar em seu nome, o FSM orienta-se a partir da *Carta de Princípios,* elaborada após a realização do I FSM com o objetivo de dar continuidade às suas mobilizações.

Organizado por oito entidades – ABONG (Associação Brasileira de ONGs), Attac (Ação pela Tributação das Transações Financeiras em apoio aos Cidadãos), CBJP (Comissão Brasileira de Justiça e Paz da CNBB), Cives (Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania), CUT (Central Única dos Trabalhadores), Ibase (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), CJG (Centro de Justiça Global), MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) – o I FSM contabilizou 20 mil participantes de 117 países, sendo 4.700 deles delegados. Reunidos no campus da PUC de Porto Alegre, o Fórum contou com a realização de 16 plenárias, 400 oficinas, que ocorreram simultaneamente com dezenas de atividades autônomas espalhadas pela cidade, como o Fórum Parlamentar Mundial, o Acampamento Intercontinental da

Juventude, o Acampamento dos Povos Indígenas e outras dezenas de manifestações, reuniões paralelas e atividades culturais.

Realizado em contraponto ao Fórum Econômico Mundial (FEM), em Davos na Suíça, o I FSM teve uma ampla repercussão na mídia internacional e um pouco menor na mídia nacional, que a princípio, preferiu ignorar e/ou caricaturar o evento. Após a realização do Fórum, foi organizado um Comitê Internacional que, por sua vez, participou intensamente da organização do II FSM, também realizado em Porto Alegre. Essa cidade, que chegou a sediar quatro edições do Fórum – 2001, 2002, 2003, 2005, além de edições do Fórum Social Temático e do Fórum Social 10 anos Grande Porto Alegre em 2010 – foi escolhida para sediar o FSM devido ao fato de ter, assim como o estado do Rio Grande do Sul, experimentado experiências políticas inovadoras e democráticas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), tendo como exemplo mais expressivo dessas experiências o Orçamento Participativo (OP).

O II FSM, realizado entre 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, contou com 51.300 participantes, sendo que destes 35 mil eram ouvintes e 180 convidados oficiais. Foram realizadas 27 conferências e cerca de 800 seminários e oficinas. Nas demais edições realizadas em Porto Alegre, o crescimento do FSM foi notável: 100 mil participantes em 2003 e 200 mil em 2005. Objetivando uma maior internacionalização do Fórum, o Comitê Internacional decidiu pela realização do FSM em outras cidades do globo: Mumbai (Índia), 2004; Bamako (Mali), 2006; Nairóbi (Quênia), 2007; Belém (Pará), 2009; Dacar (Senegal), 2011. O IX FSM, realizado na cidade de Belém em 2009, contou com a participação de 113 mil pessoas.

Apesar das críticas direcionadas à atuação das ONGs, que frequentemente conseguem dar mais visibilidade às suas agendas em detrimento dos movimentos sociais que possuem menos recursos financeiros, e da participação de partidos políticos – sobretudo o PT – que, ainda que diretamente envolvidos com a gênese do FSM, frequentemente entram em conflito com os princípios de horizontalidade entusiasticamente defendidos por alguns, o Fórum vem ingressando em uma fase mais propositiva. A vitória de governos progressistas mais abertos às propostas de esquerda em alguns países da América Latina abriu novos canais de diálogo entre os seus participantes e o Estado assim como a possibilidade de negociação de projetos hegemônicos alternativos para a construção de "um novo mundo possível". Hoje, existem dezenas de comitês de mobilização do FSM espalhados por todo o Brasil. Além do Fórum Temático de Porto Alegre, o Fórum Social Pan-Amazônico e o Fórum Social Temático da Bahia também merecem ser destacados. Desde 2005, foi criado o Comitê Organizador Brasileiro, composto por 23 organizações que estão subdivididas em 8 GTs (Grupos de Trabalho).

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

ELIAS, Gabriel Santos. A relação dos partidos políticos com os movimentos sociais: o caso do PT e o Fórum Social Mundial. In: BULLOW, Marisa Von (org.). *Fórum Social Mundial: A Transnacionalização da Sociedade Civil Brasileira*. Brasília: UNB, 2013.

GOHN, Maria da Glória. I e II Fórum Social Mundial em Porto Alegre. *VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais*. Coimbra: setembro de 2004.

LEITE, José Corrêa. *Fórum Social Mundial: a história de uma invenção política.* São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. A crítica da governação neoliberal: o Fórum Social Mundial como política e legalidade cosmopolita subalterna. *Revista Crítica de Ciências Sociais.* nº 72, p. 7-44, 2005.

Sites:

SADER, Emir. “Uma breve história do Fórum Social Mundial”. <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Movimentos-Sociais/Uma-breve-historia-do-Forum-Social-Mundial/2/14704>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

<http://www.forumsocialmundial.org.br/index.php>. Acessado em: 30 de outubro de 2014.

<http://forumsocialportoalegre.com>. Acessado em 6 de novembro de 2014.

GREVES DE 1978 A 1980

As greves de 1978, 1979 e 1980 ocorreram no contexto da “abertura” política proposta pelo governo militar a partir de 1974 e tiveram grande importância para o movimento de trabalhadores, assim como para a sociedade em geral. Tendo como epicentro o ABC paulista, formado pelos municípios Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema, apresentaram irradiações para outras regiões do país. Romperam com os limites estreitos estabelecidos pela lei antigreve, com o “arrocho salarial” e o silêncio forçado da classe trabalhadora. Dessa forma, impactaram os pilares de sustentação econômica e política da ditadura e aprofundaram a crise do regime militar.

Em setembro de 1977 o Banco Mundial revelou em relatório que o governo brasileiro, em 1973 e 1974, havia manipulado os índices de inflação, o que mascarou o verdadeiro patamar do custo de vida e gerou defasagem salarial de 34,1% para os trabalhadores. O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, sob a presidência de Luiz Inácio da Silva, o Lula, iniciou uma campanha pela reposição salarial buscando reaver as perdas, denunciando o roubo efetuado pelo governo. Ao término da campanha de 1978, não houve novidade e foram homologados os índices oficiais. O sindicato recusou a negociação intermediada pela Justiça do Trabalho e abriu mão de sua participação no dissídio. O intuito foi trazer a público a farsa da participação sindical gestada pelo governo.

A paralisação da Mercedes-Benz em março de 1978 teve como resposta a demissão de 17 operários, fato que demonstrou o endurecimento da ação patronal no período. Em 12 de maio, os trabalhadores da Saab-Scania entraram em greve. O sindicato foi pego de surpresa, mas acabou conquistando um acordo informal. A Scania não cumpriu o aumento de 20% acordado, trocando-o por 6,5%. Em resposta a uma nova movimentação, fez-se uso de repressão, mas as mobilizações por fábrica alastraram-se pelo ABC. Apesar da postura do TRT, que considerou as greves ilegais, houve uma onda mobilizatória que alcançou outras empresas e municípios (como Osasco e São Paulo).

O ano de 1979 testemunhou o aumento da participação dos trabalhadores no cenário político nacional. Desde a greve de 1978, o movimento cresceu e atingiu várias categorias de diversos estados importantes como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A campanha dos metalúrgicos do ABC trouxe elementos novos naquele ano. Além do reajuste salarial, eles reivindicaram a garantia de emprego e a implantação de delegados sindicais no interior das empresas. A partir do dia 12 de março de 1979, mais de 50 mil metalúrgicos decidiram entrar em greve. Mesmo considerada ilegal, a greve cresceu rapidamente e em seu quarto dia contava com 170 mil paralisados em todo ABC. O Ministério do Trabalho tentou mediar uma conciliação que foi recusada pelas assembleias. Com a intervenção nos sindicatos, decretada no dia 23 de março, houve refluxo do movimento. Quatro dias depois, seguindo a avaliação do comando de

greve, os trabalhadores aceitaram um acordo que estabeleceu o prazo de 45 dias para novas negociações. Nesse período, os militantes sindicais intensificaram o trabalho de porta de fábrica e panfletagem. A intransigência patronal só foi quebrada quando, no dia 1° de Maio, 130 mil trabalhadores reiteraram a intenção de deflagração iminente de uma greve. No dia 13, um acordo com a FIESP foi referendado em assembleia.

Em 1980, o conflito repetiu-se. Na pauta dos metalúrgicos, além de um reajuste salarial, entraram reivindicações como a redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução salarial e o controle das chefias pelos trabalhadores. Os pedidos foram negados. Resultado: mais uma onda de greves. Mas, dessa vez, a repressão veio forte: o governo fechou os sindicatos e prendeu os líderes grevistas e representantes de associações liberais. Confrontos entre operários e tropas policiais sucederam-se e novamente no Dia 1º de Maio 100 mil metalúrgicos reuniram-se em São Bernardo do Campo, no Estádio de Vila Euclides – já então um local conhecido pelas assembleias dos trabalhadores. Após 41 dias de greve, os metalúrgicos do ABC finalizam ao movimento.

As greves ocorridas entre 1978 e 1980 impulsionaram as numerosas paralisações da década de 1980 e foram importantes para o florescimento de outros movimentos sociais que agudizariam o processo de redemocratização. Acima de tudo, elas legitimaram os trabalhadores como um ator relevante no âmbito dos movimentos sociais.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABRAMO, Laís. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade*. Campinas: Unicamp, 1999.

PARANHOS, Kátia. *Era uma vez em São Bernardo: o discurso sindical dos metalúrgicos – 1971/1982.* Campinas: Unicamp/Centro de Memória, 1999.

RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do Grande ABC.* Petrópolis: Vozes, 1980.

SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: *Política e Sociedade*, n.13, p.279-309, 2008.

SANTANA, M. A. Piquetes pioneiros. *Revista de História.com.br*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/piquetes-pioneiros>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

GREVES DA NOVA REPÚBLICA (1985-1989)

A partir de 1985, quando o país foi deixando para trás os anos ditatoriais (1964-1985), o sindicalismo teve um contexto propício às reivindicações dos trabalhadores. Inúmeros segmentos realizaram sua primeira greve e houve incorporação e diversificação das categorias envolvidas, tanto no setor privado como no público. As greves alcançaram índices até então inéditos, porém, mesmo na Nova República, os trabalhadores enfrentaram intervenções repressivas. Em 1989, ano das primeiras eleições diretas para a presidência, ocorreu o maior número de paralisações do período, fato que indicava o insucesso econômico do governo e o envolvimento do sindicalismo com as questões políticas nacionais. Os anos de 1985 a 1989 tiveram, como média anual, 1102 greves.

Com o início da Nova República, as mobilizações sindicais foram facilitadas pelo cenário de abertura que apontava para liberalização da lei de greve, embora as greves continuassem ilegais e sob o risco de ações repressoras. A conjuntura econômica de elevada inflação, por outro lado, conferia combustível mobilizatório ao sindicalismo. Assim, só nos dois primeiros meses de governo de José Sarney, houve 16 paralisações espalhadas por nove estados que somadas representavam 400 mil trabalhadores. Entre as categorias que pararam, encontravam-se: metalúrgicos, aeroviários, aeronautas, vigilantes e faxineiras e eletricitários. No segundo semestre daquele ano, o marco dos movimentos grevistas foi a paralisação de 700 mil bancários que fecharam 30 mil agências pelo país.

No início de 1986, o congelamento dos preços decorrente do lançamento do Plano Cruzado atenuou a tensão do conflito social, mas as mobilizações foram intensificando-se de acordo com a falência do pacote econômico. Dois grandes enfrentamentos do Cruzado marcaram o ano. No primeiro, em maio, cerca de 20 mil ferroviários da Central do Brasil paralisaram suas atividades reivindicando a recuperação das perdas geradas pelo Plano. No segundo, em setembro, foi deflagrada a greve nacional dos bancários que, embora organizada pelas duas centrais sindicais de então, Central Única dos Trabalhadores (CUT) e Central Geral dos Trabalhadores (CGT), não obteve o sucesso da realizada no ano anterior. Em novembro, o lançamento do Plano Cruzado II, que reajustou tarifas e preços, provocou forte reação sindical com a organização pela CUT e CGT de uma greve geral realizada em 12 de dezembro. O movimento paralisou 15 milhões de trabalhadores em 22 estados e tornou-se a mais expressiva greve até então.

O desgaste dos sucessivos planos e o aumento inflacionário, com consequente corrosão salarial, impulsionaram as muitas mobilizações do ano de 1987. Nos primeiros cinco meses daquele ano, houve mais de 500 greves, dentre as quais se destacou a paralisação nacional dos bancários, que teve adesão de 750 mil trabalhadores e pedia 100% de reajuste salarial. Em junho do mesmo ano, entrou em cena o Plano Bresser, que teve como resposta um protesto nacional novamente organizado pela CUT e pela

CGT. O ato, realizado em 20 de agosto, reivindicou aumento salarial, reforma agrária e eleições diretas para presidente. Ao final de 1987, o movimento sindical havia realizado mais de duas mil greves.

O ano de 1988 teve início com a paralisação de cerca de 500 mil funcionários públicos federais contra o congelamento de seus reajustes. Entre outras empresas, paralisaram total ou parcialmente suas atividades os portos do Rio de Janeiro e de Santos, a Petrobras, a Embraer e Furnas. Metade das 371 greves dos primeiros cinco meses do ano ocorreram no setor público e foi desse setor que partiu a greve dos metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), que, em decorrência da violenta intervenção militar sofrida, resultou na morte de três operários da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Tida como marco da história do movimento dos trabalhadores, essa greve também marcou a mudança de postura do governo em relação às paralisações em suas empresas. Se nos dois primeiros anos da Nova República a expectativa de mudança e a euforia do Cruzado atenuaram a necessidade do uso da força no trato com os trabalhadores, em 1988 foi diferente, pois houve grandes intervenções repressivas em empresas como a CSN, Petrobras e Itaipu.

Impulsionadas pelo quadro de eleições e pela elevada taxa de inflação, no ano seguinte, as atividades grevistas atingiram seu ponto mais elevado em toda a década. Um exemplo do grau de mobilização foi a greve geral organizada pelas centrais sindicais, que atingiu 35 milhões de trabalhadores de setores variados como transporte, funcionalismo público, indústria e serviços. A intensa mobilização continuaria no início da década de 1990.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NORONHA, E.G. Ciclo de greves, transição política e estabilização no Brasil: 1978-2007. In: *Lua Nova*, São Paulo, n.76, 2009.

MATOS, M.B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

GREVES DE 1968

As greves de Contagem – distrito industrial próximo a Belo Horizonte (MG) – e de Osasco – polo industrial vizinho a cidade de São Paulo (SP) – ocorreram no contexto de grande mobilização no ano de 1968. Segundo Francisco Weffort, a importância de tais mobilizações reside em seus “esboços de formas alternativas de orientação e organização”. Elas manifestaram uma atitude de independência frente ao Estado e às empresas. Ambas ignoraram a lei de greve imposta pelo governo militar e buscaram romper com a política salarial vigente. O endurecimento do regime consolidado pelo Ato Institucional nº. 5 encerrou esse momento de maior expressão do sindicalismo após 1964.

As mobilizações de Contagem e Osasco tiveram relação com o trabalho de organização de base, com a participação de grupos clandestinos de esquerda, que comporiam as “oposições sindicais”. As eleições de 1967, realizadas em meio a proposta de “renovação sindical” do Ministério do Trabalho, abriu espaço para atuação das “oposições”, que conquistou a direção de alguns sindicatos.

No dia 16 de abril de 1968, em um contexto de muitas demissões, falências de empresas e atrasos no pagamento dos salários, os operários da siderúrgica Belgo-Mineira, situada em Contagem, paralisaram suas atividades. A ação grevista reivindicou um reajuste salarial acima do teto de 17% proposto pelo governo. Tal ação estava vinculada ao trabalho “clandestino” de grupos de esquerda, principalmente da Ação popular (AP), da Corrente Revolucionária e do Comando de Libertação Nacional (Colina). O trabalho da oposição no combate ao interventor e na organização dos trabalhadores dentro das empresas havia perpassado todo o período pós-1964, e após o dissídio de 1967 surgiram as “comissões de cinco”, dedicadas à organização de base. Depois de sucessivos dissídios com reajustes considerados abaixo do aumento do custo de vida, houve um aprofundamento da organização do movimento.

A proposta das comissões espalhou-se por várias fábricas, entre elas a Belgo-Mineira, onde a greve foi deflagrada. Após adesão de trabalhadores da Mannesmann, da Belgo-Mineira de João Monlevade e da Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), a greve contava com 15 mil trabalhadores. O crescimento da mobilização levou à cidade o ministro do Trabalho, coronel Jarbas Passarinho, que propôs abono salarial de 10%, via decreto de emergência. A proposta gerou discordância no movimento que, após grande repressão policial na cidade, refluiu. A greve durou dez dias.

Em 1967, a chapa de oposição, encabeçada por José Ibrahim, também venceu as eleições para a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco. De modo geral, a chapa oposicionista teve sustentação de dois blocos: o chamado grupo de Osasco e a Frente Nacional do Trabalho. As raízes desse movimento de oposição remontam ao período pré-1964. A FNT foi criada em 1962 e tinha como base operários-cristãos congregados na Ação Católica Operária (ACO) e na Juventude Operária Católica (JOC). A formação do grupo de Osasco remonta a atuação de dissidentes do PCB, desde 1963,

que desenvolveriam um intenso trabalho de organização de base a partir da formação de "comitês clandestinos de fábrica". Tal grupo, embora sem caráter partidário e unido por relações informais, aproximou-se da FNT na defesa do trabalho no interior das empresas.

Embora programada para outubro, mês do dissídio coletivo dos metalúrgicos, a greve eclodiu na manhã de 16 de julho, com a ocupação da Cobrasma por cerca de mil operários. A perspectiva era ocupar fábricas de forma sucessiva, estendendo para toda Osasco e depois para São Paulo. Dessa forma, além da Cobrasma, foi ocupada a Lonaflex, enquanto os operários das empresas metalúrgicas Barreto Keller e Braseixos e da Fósforos Granada também aderiram à greve. Os trabalhadores reivindicavam 35% de aumento de salário, contrato coletivo de dois anos de vigência e reajustes salariais trimestrais. A greve foi considerada ilegal e o governo militar deu início a uma forte repressão. Fábricas cercadas, prisões e tensão imperaram em Osasco. A partir do quarto dia, com a liderança detida e cassada, já não se tinha mais controle sobre o movimento. As prisões estenderam-se pelas igrejas, bairros etc. Já no sexto dia, as fábricas de Osasco funcionavam normalmente.

Posteriormente, houve um segundo movimento em Contagem, em outubro de 1968, tendo como base os grupos de esquerda dentro das empresas. Em uma escalada repressiva da ditadura já em marcha, a segunda greve de Contagem sofreu dura repressão e resultou na intervenção no sindicato, encerrando o período conhecido como o "1968 operário".

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. *Política e Sociedade*, n.13, p.279-309, 2008.

WEFFORT, Francisco. Participação e conflito industrial: Contagem e Osasco, 1968. *Cadernos CEBRAP*, n. 5, 1972.

IMPRENSA ALTERNATIVA

A imprensa alternativa está vinculada às publicações jornalísticas que atuam fora dos grupos editoriais dominantes. Esse meio de comunicação também ficou conhecido pela alcunha de “nanico”, tanto pelo seu formato físico, o tabloide, menor que as publicações padrões, quanto pela sua distribuição e veiculação. Por vezes, o termo independente tem sido aplicado como sinônimo para alternativo, tendo em vista a adoção de um discurso distante dos grandes grupos empresariais e das ideologias dominantes. No entanto, a caracterização de independente não é consenso entre os especialistas sobre o tema.

No Brasil, o fio condutor da trajetória dessa imprensa é a crítica aos governos e modelos de Estado, assim como a proposição de mudanças. Nesse sentido, o *Jornal dos Tipógrafos*, fundado em 1858, o *A Manhã*, do Partido Comunista do Brasil e *A Manhã*, em paródia àquele, todos ativos durante a Primeira República, são caracterizados como alternativos. O humor e o teor panfletário dos pasquins do período imperial e o conteúdo politizado dos jornais anarquistas operários, já no início do período republicano, influenciaram a imprensa alternativa na década de 1970, quando os alternativos alcançaram o seu auge.

Após o golpe militar em 1964, a utilização ostensiva da censura modificou o jornalismo brasileiro. A imprensa passou a sofrer um controle de conteúdo, resultando na falência ou fechamento de jornais contestatórios. A *Pif-Paf* (1964), publicação humorística fundada por Millôr Fernandes, embora tenha durado apenas oito números, é considerada a letra capitular dos periódicos alternativos no período ditatorial. A partir dela, seguiram-se inúmeras publicações, como: *O Sol* (1967); *O Pasquim* (1969), que teve a maior longevidade; *Bondinho* (1970); *Grilo* (1971); *Ex* (1973); *Opinião* (1972); *Versus* (1975); *Movimento* (1975); *De Fato* (1975); *CooJornal* (1975); *Repórter* (1977); *O Beijo* (1977); e *Em Tempo* (1977).

A imprensa alternativa oferecia um espaço de contestação para jornalistas, intelectuais e humoristas que criticavam a situação econômica, expunham a falta de liberdade e as violações de direitos humanos e exigiam a restauração da democracia. As linhas editoriais dos alternativos seguiram por caminhos distintos, podendo enfatizar o humor pesado e transgressor ou a luta armada. Especialmente na década de 1970, o conceito de alternativo também passou a ser vinculado com publicações que questionavam o comportamento social e os movimentos culturais.

Efêmeras, a maioria dessas publicações não completava um ano. Os motivos para a sua baixa perenidade estavam relacionados à prisão de jornalistas, à censura exercida pelo governo, à dificuldade de distribuição e sustentação apenas com a vendagem, e às divergências internas. Apesar desses problemas, entre 1975 e 1977, período de apogeu dos alternativos, oito grandes jornais (*O Pasquim, Opinião, Movimento, Versus, CooJornal, Ex, De Fato e Repórter*) chegaram a alcançar 160 mil exemplares por semana.

No início da década de 1980, uma série de atentados a bancas de jornais, como retaliação a venda de alternativos, assim como a crise econômica levaram esse tipo de imprensa a praticamente desaparecer das vistas do grande público, sobrevivendo apenas em sindicatos e movimentos de base. A abertura política e a dificuldade de atualização do formato também são apontadas como motivos para o seu declínio. No final do milênio, jornalistas, intelectuais e humoristas tentaram resgatar o formato, com *O Pasquim* e a revista *Bundas*, não obtendo, no entanto, o mesmo sucesso das décadas anteriores. Talvez a publicação desse feitio que melhor tenha se saído seja a revista *Caros Amigos*, lançada em 1997, por Sérgio de Souza e Roberto Freire, e que dura até hoje.

Se por um lado a ampliação dos meios de comunicação com o desenvolvimento das tecnologias e a ampliação da internet colocou em xeque a grande mídia, por outro, permitiu o renascimento da imprensa alternativa. Para além de resgatar modelos bem sucedidos no passado, a adoção desses novos veículos, como as redes sociais, ampliou o debate sobre a democratização da mídia, problematizando o processamento, distribuição e o poder de alcance da notícia. Blogs, portais e sites de revistas e jornais também serviram de ponte para a difusão da imprensa alternativa.

Dentro desse contexto, a *Mídia NINJA* (Narrativas Integradas de Jornalismo e Ação) talvez tenha alcançado certo protagonismo. Após coberturas em tempo real das Jornadas de Junho, em 2013, o coletivo reacendeu a discussão sobre o papel da imprensa alternativa e do jornalismo para fora dos muros acadêmicos. No emaranhado de definições e conceitos como jornalismo e mídia, mediador ou protagonista da notícia, contextualização da informação e jornalismo ao vivo, o coletivo expôs a importância de espaços alternativos para a divulgação de conteúdos não vinculados aos grandes conglomerados jornalísticos.

Heliene Nagasava

<u>Fontes</u>

FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil*: 1880-1920. São Paulo: Cortez,1980.

KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e revolucionários*: Nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1992.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. (Orgs.). *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. *Imprensa alternativa*: apogeu, queda e novos caminhos.Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2005.Cadernos da Comunicação. Série Memória; v .13.

SODRE, Nelson Werneck.*História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Sites:

"História – Mídia Ninja". Disponível em: <https://ninja.oximity.com/partner/ninja/history>. Acessado em 21 de novembro de 2014.

JORNADAS DE JUNHO

Mobilizações que tomaram as cidades brasileiras de junho até a primeira quinzena de julho de 2013, de composição social heterogênea, não lideradas por partidos políticos ou sindicatos e que gradativamente, com o aumento da participação popular nas ruas, tiveram pautas cada vez mais diversas que contemplaram reivindicações variadas.

As jornadas ou ***revoltas de junho*** de 2013 tiveram seu epicentro na cidade de São Paulo e foram iniciadas pela luta do Movimento Passe Livre (MPL-SP) contra o aumento das tarifas dos transportes coletivos. A onda de manifestações populares teve início quando a prefeitura e o governo do estado reajustaram os preços das passagens dos ônibus municipais, do metrô e dos trens urbanos de R$ 3,00 para R$ 3,20. Com o aumento das tarifas a partir de 02 de junho de 2013, tiveram início as mobilizações em 6, 7 e 11 de junho, as quais foram reprimidas com vários casos de violência policial. Na grande mídia, os manifestantes foram retratados como vândalos. Porém, isso não impediu que as mobilizações, a partir do dia 13 de junho de 2013, ganhassem caráter nacional ao se espalharem por Natal, Porto Alegre, Teresina, Maceió, Rio de Janeiro, Sorocaba, Fortaleza e gradativamente outras cidades e estados do país.

Rapidamente, o direito à mobilidade entrelaçava-se fortemente com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, como a insatisfação com os megaeventos (Copa/2014 e Olimpíadas/2016), simbolizados pelas obras e proximidade da Copa das Confederações que ocorreria na Cidade do Rio de Janeiro naquele mesmo ano. Assim, uma onda de catarse política protagonizada especialmente pela nova geração, que sentia esse processo como um despertar coletivo propagado não só pela mídia tradicional da TV ou do rádio, mas por uma difusão nova, nas redes sociais da internet, que tomava uma forma de disseminação viral, um "boca a boca" eletrônico com mensagens replicadas a milhares de outros emissores e que tomavam as ruas contemplando outras questões e diferentes agendas.

As maiores manifestações foram registradas no Rio de Janeiro (300 mil pessoas), Vitória (100 mil pessoas), São Paulo (100 mil pessoas) e Manaus (100 mil pessoas). No decorrer dos protestos, ficou evidente a heterogeneidade do movimento. Os cartazes empunhados nas ruas apresentavam uma série de reivindicações bastante distintas, contendo uma grande diversidade de temas, tais como as críticas à corrupção e à criminalização da política institucional, má qualidade dos serviços públicos, repúdio aos conglomerados midiáticos, direito às cidades, contra a violência policial, etc. A diversidade das reivindicações e a heterogeneidade dos grupos manifestantes combinava-se às tendências apartidárias e mesmo antipartidárias que perpassaram o movimento em determinados momentos das mobilizações. Porém, partidos e sindicatos fizeram-se presentes e muitos de seus integrantes foram vítimas de violência dos próprios manifestantes.

Tomando as ruas, as Jornadas de Junho de 2013 conseguiram reverter o aumento das passagens de ônibus em mais de 100 cidades do país, além de tencionar mudanças na política institucional. A pressão das ruas fez com que o governo federal acenasse com uma proposta de plebiscito popular para uma constituinte exclusiva do sistema político. Porém, a proposta não foi levada à frente devido às indisposições do Congresso Nacional.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

David Harvey [et al]. *Occupy.* São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2012.

Ermínia Maricato [et al]. *Cidades Rebeldes*: *PasseLivre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/ Carta Maior, 2013.

SAMPAIO JR., P. A. Jornadas de Junho e a Revolução Brasileira. *Revista Interesse Nacional, ano 6, n. 23, out/dez. 2013.* Disponível em: <http://interessenacional.uol.com.br/index.php/edicoes-revista/jornadas-de-junho-e-revolucao-brasileira/>.

LUTA PELO TRANSPORTE PÚBLICO

A luta pelo transporte público está envolta nas reivindicações por melhores condições de mobilidade urbana, da infraestrutura existente para esse transporte (como estações, terminais, etc.) e pelo transporte coletivo gratuito, inclusive debatendo sobre a gratuidade como benefício a ser estendido a toda população, o que em grande parte demanda um repensar dos projetos de cidades, principalmente nas capitais. Os militantes e movimentos que se situam nessa empreitada argumentam que se a gratuidade ocorre como um direito à saúde e à educação deveria estar garantida pela Constituição também para o caso do sistema de transporte. Assim, o transporte coletivo não pode ser visto apenas sob a ótica do mercado, como uma fonte de poder econômico e político.

As *Jornadas de Junho* de 2013 coloram em pauta a situação do transporte público quando, por meio de protestos contra os aumentos das passagens de ônibus (inicialmente convocados pelo Movimento Passe Livre – MPL), as mobilizações foram tomando corpo. Assim, o direito ao transporte público demandou outros direitos, como o direito à educação, à saúde, à segurança, mesclando novas e velhas bandeiras. O MPL assumiu papel de destaque e seu histórico elucida os recentes embates em prol do transporte público no país.

Em 2003 e 2005, ocorreram duas revoltas significativas para a luta pelo transporte público. A primeira, ocorrida em Salvador, foi palco de uma grande mobilização da sociedade baiana, principalmente dos estudantes, contra o aumento no preço das passagens de ônibus da cidade anunciado pela prefeitura com o apoio dos empresários do transporte. Durante quase dez dias, a cidade ficou paralisada com a população nas ruas. O fato ficou conhecido como a "Revolta do Buzu" (como é popularmente chamado o ônibus na região) e não alcançou o resultado pretendido. Na segunda, os protestos tiveram desde o início amplo apoio da sociedade, com trabalhadores e trabalhadoras unindo-se à luta, mas a resposta do Estado foi uma repressão ainda maior. Foram três semanas de confronto violento com a Polícia Militar nas ruas, dezenas de pessoas feridas e outras tantas presas. Por fim, a prefeitura cedeu às reivindicações. Os dois protestos foram importantes para a construção do movimento, pois é partir de 2003 que começa a se formar o MPL, que hoje atua em mais de dez municípios. A fundação oficial do movimento aconteceu em 2005, após uma plenária no V Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (RS).

Atualmente, algumas cidades adotaram o passe livre para estudantes, como ocorreu no Rio de Janeiro, por meio de projeto de lei de iniciativa popular que colheu mais de 20.000 assinaturas. No entanto, a questão do transporte público ainda é um terreno de muitas lutas, avanços e retrocessos. A bandeira pelo passe livre também tem uma data de luta: 26 de outubro, Dia Nacional de Luta pelo Passe Livre.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE). *Relatório Parcial do Projeto "Movimentos Sociais e Esfera Pública – Impactos e desafios da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas governamentais"*. CBAE, 2014, p. 198-252.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/04.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

"Movimento Passe Livre". Disponível em: <http://tarifazero.org/mpl/>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

"Movimento Passe Livre – São Paulo – por uma vida sem catracas". Disponível em: <http://saopaulo.mpl.org.br>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

"A luta por transporte público a favor do povo". Disponível em: <http://www.mst.org.br/jornal/268/estados>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

"MPL convoca para Semana de Luta por Transporte Público". Disponível em:<http://www.vermelho.org.br/noticia/227092-8>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

"A qualidade do transporte público no Brasil e os protestos". Disponível em:<http://www.mundoeducacao.com/geografia/a-qualidade-transporte-publico-no-brasil-os-protestos.htm>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

MARCHA DA MACONHA (DESCRIMINALIZAÇÃO)

Movimento social, cultural e político, cujo objetivo é descriminalizar o uso da maconha (*cannabis*) no Brasil, bem como normatizar o plantio e consumo da *cannabis*, tanto para fins medicinais, religiosos como recreativos. Ademais, o movimento busca também incentivar um maior entendimento do potencial econômico dos produtos feitos de cânhamo, pois considera que estes devam ser explorados especialmente quando isto for adequado sob o ponto de vista ambiental.

O movimento tem início nos anos 1990, nos Estados Unidos, onde se criou a *Global Mariajuana March*. Hoje, as marchas ocorrem em 250 cidades em 63 países e, geralmente, são realizadas no mês de maio. No Brasil, há um histórico de manifestações a favor da descriminalização da maconha desde os anos 1980, porém a Marcha da Maconha ocorreu pela primeira vez em 2007, na cidade do Rio de Janeiro e rapidamente se espalhou por outras cidades. Em 2008, o movimento foi organizado em 12 cidades. Esse número foi ampliado para 43 no ano seguinte. Juntamente com as marchas, crescem a criação de coletivos que possuem a intenção de mobilizar mais pessoas pelo país.

Nos últimos anos, a Marcha enfrentou problemas pelo Brasil e ficou à beira da ilegalidade: várias decisões judiciais, pautadas em considerações tais como "apologia às drogas" ou "formação de quadrilha", determinaram a não realização em determinados estados. Contudo, em 2011, o movimento foi considerado legítimo pelo STF (Supremo Tribunal Federal) que asseverou não se poder proibir a realização de protestos em prol da descriminalização do uso de drogas. Atualmente, o movimento associa-se a outros temas transversais tais como a desmilitarização da polícia e o fim da criminalização da pobreza. Assim, ganhando espaço social e político, alguns partidos começaram a se movimentar pela causa. Em 2001, foi apresentado um projeto de descriminalização pelo Partido dos Trabalhadores (PT) do Rio Grande Sul; no ano de 2014, foram protocolados dois projetos de lei, ambos apresentados por deputados do Rio de Janeiro, um pelo Partido Verde (PV) e o outro pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). O objetivo dos projetos de lei é regulamentar a produção, a industrialização e a comercialização de cannabis, bem como de seus derivados, no Brasil.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

PINTO, Gerônimo Calório. Liberda de expressão, Justiça e a legalidade da Marcha da Maconha. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/5367/1/2013_JeronimoCalorioPinto.pdf>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

Projeto de Lei (Jean Wyllys). Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1237297&filename=PL+7270/2014>. Acessado dia 01 de novembro de 2014.

Projeto de Lei (Eurico Júnior). Disponível em:<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1231177.pdf>. Acessado dia 01 de novembro de 2014.

“STF libera Marcha da Maconha”. Disponível em: http://amp-mg.jusbrasil.com.br/noticias/2738058/stf-libera-marcha-da-maconha. Acessado dia 31 de novembro 2014.

“Marcha da Maconha”. Disponível em: blog.marchadamaconha.org. Acessado dia 30 de novembro de 2014.

MARCHA DAS MARGARIDAS

Mobilização coletiva de trabalhadoras rurais, realizada a cada três anos em Brasília-DF, com o objetivo de tornar públicos temas variados relacionados à reforma agrária, agricultura familiar, condições de trabalho, alimentação, saúde da mulher, violência doméstica, sustentabilidade e, acima de tudo, as condições de desigualdade vivenciadas pelas mulheres – particularmente as mulheres do campo – na sociedade.

Apesar de identificarmos a presença feminina nos movimentos de trabalhadores rurais há décadas, foi somente nos anos 1980 que assistimos à organização de movimentos sociais e sindicais voltados especificamente para os direitos das mulheres trabalhadoras do campo. Nesse período, as principais reivindicações giravam em torno da sindicalização, acesso à documentação, direitos previdenciários e da maior participação política das mulheres na sociedade. Entre as décadas de 1980 e 1990, foram realizados diversos encontros de mulheres trabalhadoras rurais, como o I Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais (1985) e o I Encontro Latino-Americano e do Caribe da Mulher Trabalhadora Rural (1996), assim como foram criadas redes como a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (1995).

No ano de 2000, sobre clara influência da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), foi realizada a 1ª Marcha das Margaridas (MM) em Brasília, tendo como lema "2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista". Coordenada pelo Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) – composto pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag) e por 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetag's) e com mais de 4000 sindicatos de trabalhadores rurais, além de dezenas de movimentos feministas e de mulheres, a 1ª MM reuniu agricultoras, pescadoras, quebradeiras de coco, quilombolas, assentadas, entre outras, contabilizando cerca de 20 mil mulheres trabalhadoras. A segunda marcha, realizada em 2003 com o lema "2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência", reuniu em torno de 30 mil participantes; a terceira, de 2007, ocorreu com um ano de atraso devido às eleições de 2006 e mobilizou cerca de 50 mil militantes em torno do lema "2007 razões para marchar contra a fome, a pobreza, a violência sexista e outros temas". A quarta Marcha, realizada no ano de 2011 sobre o lema "Desenvolvimento sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade", reuniu em torno de 70 mil mulheres e marcou o encontro do movimento com a primeira presidenta eleita no país, Dilma Rousseff. Ao final de todas as edições da marcha, as organizadoras entregam a pauta da MM aos representantes do legislativo e executivo municipal, estadual e federal, com maior ênfase neste último.

Apesar de ocorrer a cada triênio, a MM é vista por suas participantes como um movimento de caráter permanente. A cada edição da Marcha, encontros nacionais de preparação são realizados, assim como reuniões temáticas que contam com a elaboração de panfletos e manifestos. Além de buscar um diálogo com o poder público através da divulgação das suas reivindicações, a Marcha significou uma maior inserção das

mulheres "do campo, das águas e das florestas" no espaço público, bem como simbolizou um espaço para difusão dos seus valores, práticas e articulações coletivas. A escolha do nome da marcha consiste em uma homenagem à trabalhadora rural e militante sindical Margarida Maria Alves, que por 12 anos ininterruptos esteve à frente do Sindicato dos Trabalhadores de Alagoa Grande – PB, lutando pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e que foi brutalmente assassinada em 1983. Entre as conquistas da Marcha, destacam-se a obrigatoriedade da inclusão do nome das mulheres nos títulos de propriedade da terra e o Projeto Saúde Reprodutiva da Mulher. A próxima das Marcha das Margaridas está prevista para acontecer em agosto de 2015.

Luciana PucuWollmann

Fontes

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. *Revista Estudos Feministas,* vol. 15, nº 2, p. 437-443, maio-agosto de 2007.

SILVA, Berenice Gomes da. *A marcha das margaridas: resistências e permanências.* Brasília: UNB, 2008. Dissertação de mestrado.

Sites:

MEDEIROS, Leonilde. Marcha das margaridas: novas nuances na luta por direitos no campo. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Opiniao/Marcha-das-Margaridas-novas-nuances-nas-lutas-por-direitos-no-campo/19703>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

THOMAZ, Paula. O grito das margaridas. Disponível em:<http://www.cartacapital.com.br/politica/o-grito-das-margaridas>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

<http://www.contag.org.br/index.php?modulo=portal&acao=interna&codpag=256&nw>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

MARCHA DAS VADIAS

A Marcha das vadias é um protesto feminista que ocorre em várias cidades do mundo. Começou em Toronto, em 2011, como reação à declaração de um policial ocorrida em um fórum universitário sobre segurança no campus. Segundo ele, as mulheres poderiam evitar ser estupradas se não se vestissem como *sluts* (vagabundas, putas, vadias). Reconhecendo nessa declaração um exemplo amplamente aceito de como a violência sexual é justificada com base no comportamento e corpo das mulheres, a primeira *Slutwalk* de Toronto teve como principais bandeiras o fim da violência sexual e da culpabilização da vítima, bem como a liberdade e a autonomia das mulheres sobre seus corpos.

No Brasil, a primeira Marcha é de 2011, realizada na cidade de São Paulo. De lá pra cá, as marchas têm se espalhado nacionalmente, com perfis e organizações distintas em diferentes estados. Como ocorrido em outros movimentos (Jornadas de Junho, Marcha da Maconha), a utilização de rápida troca de informações proporcionada pela internet trouxe o crescimento do movimento e a criação de vários coletivos feministas que encampam a Marcha. Prova disso é que já em 2012, no segundo ano do advento da Marchadas vadias, 23 cidades, de todas as regiões do Brasil, organizaram protestos usando ferramentas como *Facebook, Twitter, Youtube, blogs* e *emails*. O que se torna comum neste movimento são as pautas de luta contra a cultura do estupro e a liberdade do corpo e, de certa maneira, a cumplicidade com a pauta de grupos organizados de prostitutas/trabalhadoras do sexo e das mulheres trans.

A ação do movimento é caracterizada por protestos contra o machismo nos quais as mulheres usam roupas provocantes e criam performances engraçadas e irreverentes para questionar inclusive o padrão instituído de apresentação do corpo feminino em espaço público; assim, o corpo vira a forma de resistência e de expressão. Nele, são escritas palavras de ordem como “meu corpo, minhas regras”, “meu corpo não é um convite”, “puta livre”, “útero laico”, “sem padrão”, entre outras frases.

Pesquisa conduzida pela Fundação Perseu Abramo mostra que de 2001 a 2010 aumentou de 21% para 31% o contingente de brasileiras que se consideram feministas. Mesmo as que não se declararam feministas têm uma visão positiva do movimento, identificando-o à luta por igualdade de direitos em geral (27%), por liberdade e independência das mulheres (26%) e por direitos iguais no mercado de trabalho (7%). A pesquisa mostrou ainda que as mulheres jovens são as que mais se declaram feministas. São justamente estas que se destacam na organização de diversos coletivos de jovens feministas, que emergem como um segmento específico dentro do movimento, indicando que o feminismo continua relevante para as novas gerações, ainda que objeto de disputas.

Nesse cenário, a Marcha depara-se com a necessidade de gerenciar os critérios que definem quem o feminismo inclui e exclui. Assim, críticas são tecidas à Marcha mesmo dentro do movimento feminista. Alguns a criticam por não adentrar as camadas

mais pobres e assim reproduzir a lógica elitista e embranquecedora; outros por não conseguir ressignificar o termo *vadias* que continua a ser usado agressivamente contra as mulheres. Contudo, a Marcha proporciona uma oportunidade para mulheres e meninas do Brasil aproximar-se do feminismo e aproximam as militantes de outros debates, tais como os direitos civis das travestis e transexuais, ou a legalização do aborto.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

GOMES, C.; SORJ, B. Corpo, geração e identidade: a Marcha das Vadias no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, v.29, nº 2, mai-ago, 2014.

Sites:

"Marcha das vadias: as divergências estão em curso". Disponível em: <http://revistaforum.com.br/digital/149/marcha-das-vadias-divergencias-estao-em-curso/>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

"Marcha das Vadias Sampa". Disponível em: <https://marchadasvadiassp.milharal.org>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

"Manifesto – Marcha das Vadias do Rio de Janeiro". Disponível em: <http://marchadasvadiasrio.blogspot.com.br>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

"Marcha das Vadias chega ao Brasil". Disponível em: <http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/marcha-das-vadias-chega-ao-brasil>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

"O sentido da Marcha das Vadias". Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/o-sentido-da-marcha-das-vadias>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

Movimento Ambientalista

Movimento marcado pela multiplicidade de ideias, linhas de pensamento e estratégias de ação e que encontra na mobilização em torno das questões ambientais um eixo comum para possíveis articulações. Atuando a partir de movimentos sociais, associações, Organizações Não Governamentais (ONGs) e da política institucional, o Movimento Ambientalista vêm buscando, por meio das redes articuladas a nível local, nacional ou global, um canal para mobilizações coletivas mais amplas.

Por mais que a formação dos primeiros Movimentos Ambientalistas no Brasil remonte ao período da redemocratização do país, é possível vislumbrarmos algumas inciativas pioneiras voltadas para questão ambiental, ainda nos anos 1950, por meio da União Protetora do Ambiente Natural (Upan), criada em 1955 em São Leopoldo-RS pelo naturalista Henrique Roessler e da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), criada no Rio de Janeiro em 1958 por pesquisadores de ciências naturais e membros da burocracia estatal. De caráter preservacionista, essas entidades desempenharam um papel importante ao tentar influenciar o Estado a tomar medidas de caráter ambiental, tais como a criação de leis e a elaboração de políticas públicas acerca do tema. Nos anos 1970, já sobre a égide dos governos militares, foi criada a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan) em 1971 e o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (Mape) em São Paulo no ano de 1973. A primeira, similar à FBCN no que diz respeito à composição de seus membros e estratégias de atuação, mobilizou-se em torno da aprovação de leis e de políticas públicas ambientais a nível estadual; o segundo, formado por artistas e intelectuais vinculados a movimentos de contracultura, demostravam preocupação com os problemas provenientes da poluição urbana na maior metrópole do país. A essa altura, o Movimento Ambientalista Brasileiro já dava sinais de sua multiplicidade e heterogeneidade em seu repertório.

Em 1972, após a realização da Conferência de Estocolmo – reunião da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento, o governo brasileiro passou a ser pressionado a tomar medidas voltadas para a conservação do meio ambiente e racionalização do uso de recursos naturais. A internacionalização do debate sobre as consequências ambientais do “milagre brasileiro” culminou na criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente em 1973 e abriu espaço para uma discussão pública mais ampla sobre a questão ambiental no país. Em fins dos anos 1970, já no período da redemocratização, podemos vislumbrar momentos de articulação coletiva do ativismo ambiental em torno de campanhas conjuntas, tais como: o Movimento em Defesa da Amazônia (1978), a Associação Mineira de Defesa Ambiental (1978), Campanha Contra a Utilização de Energia Nuclear (1980) e o movimento contra a construção da hidrelétrica de Itaipu, o Adeus a Sete Quedas (1982). Além dos movimentos já mencionados, outros grupos tomaram

parte decisiva nesses movimentos, tais como: a Associação Paulista de Proteção Natural – APPN (1976), o Grupo Seiva de Ecologia (1980), o Oikos (1982), entre outros.

No contexto das eleições gerais para a Assembleia Constituinte, uma parcela do movimento ambientalista articulou-se em torno da formação do Partido Verde (V) e outra, na criação da Coordenação Interestadual Ecológica para a Assembleia Constituinte (CIEAC), que optou pela estratégia de apoiar candidatos de diferentes partidos de esquerda e comprometidos com uma agenda verde. A CIEAC conseguiu eleger um dos seus candidatos que, por sua vez, passou a se articular na Frente Nacional de Ação Ecológica (FNAE) organizada por associações ambientalistas, deputados e senadores com intuito de defender propostas de caráter ambientalista na Assembleia. Por meio da atuação da FNAE, a Constituição de 1988 ganhou um capítulo exclusivo para tratar da questão do meio ambiente. Àquela altura, a corrente conservacionista, caracterizada pelo apoliticismo e pela tendência de separar a questão ambiental da questão social, perde lugar para a corrente socioambiental, que é reconhecida por relacionar os problemas ambientais a questões econômicas e sociais.

Os anos 1980 também são marcados por uma maior profissionalização do movimento ambientalista que passa a atuar por meio de ONGs e associações maiores e mais estruturadas e a buscar alterativas de financiamento junto a organismos internacionais, órgãos públicos e empresas privadas. A instalação de escritórios do *Greenpeace* e da *Friends of Earth* no Brasil, no início dos anos 1990, também contribuiu para conferir mais visibilidade às questões ambientais brasileiras.

Em 1992, foi realizada a Rio-92 com a proposta de aliar preservação ambiental e desenvolvimento econômico através do conceito de desenvolvimento sustentável. Sobre liderança da associação SOS Mata Atlântica, criada em 1986, criou-se uma rede ambientalista através dos Movimentos Sociais para Meio Ambiente e Desenvolvimento e da Associação Brasileira de ONGs (ABONG), a fim de marcar uma participação mais efetiva na conferência da ONU. A riqueza dos debates em torno da temática da sustentabilidade que, por sua vez, vieram a se materializar na elaboração do documento final da conferência, a Agenda 21, não ocultou a incompatibilidade já visível entre as reivindicações dos ativistas e o cenário de desequilíbrio mundial acentuado pela globalização econômica desigual do mundo pós-Guerra Fria.

Depois de sediar a Rio + 5 (1997), a cidade do Rio de Janeiro foi novamente palco da conferência ambiental da ONU por meio da realização da Rio +20 (2012), no Riocentro. Em paralelo à conferência, ocorreu a Cúpula dos Povos no Aterro do Flamengo, que tinha como objetivo colocar em debate a ineficácia da "Economia Verde" defendida pelos conferencistas da Rio + 20 e que consistiria em uma possível conciliação entre a economia capitalista e a ecologia. Reunindo centenas de ativistas de diferentes partes do mundo, a Cúpula dos Povos reafirmou a sua posição contrária à Conferência da ONU que, a seu ver, estava pautada pelos interesses do capital financeiro e conclamou a sua luta pela mobilização coletiva dos povos em favor da justiça social e ambiental.

Ainda que uma parte do movimento ambientalista vincule-se fortemente aos interesses de determinados grupos empresariais e midiáticos através de etiquetas "ecocapitalistas", outra parcela de ativistas vem buscando manter uma relação mais

próxima com outros movimentos sociais. Se antes o movimento isolava-se em bandeiras que tratavam exclusivamente da questão ambiental, hoje, alguns grupos buscam associar meio ambiente com justiça social, distribuição de renda, direito ao trabalho, a terra, à moradia, à cidade, entre outros. A sua composição anterior, conformada majoritariamente de militantes de classe média e originária da região sudeste, vem se alterando consideravelmente, passando a estar presente em diferentes regiões do Brasil por meio de movimentos de agricultores, catadores, extrativistas, assentados, etc. Entre as redes criadas pelo movimento ambientalista a fim de unificar e publicizar ainda mais as suas demandas, destacamos: a Rede Mata Atlântica (1992), a Rede Cerrado de ONGs (1992), o Grupo de Trabalho Amazônico (1992), a Aguapé-Pantanal (2002) e a Rede de Educação Ambiental (2002).

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

ALEXANDRE, Agripa Faria. A perda da radicalidade do movimento ambientalista brasileiro. Uma nova contribuição à crítica do movimento. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*. UFRS, v. 10, n. 1, p. 1-18, 2003.

ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro.*Novos estudos – CEBRAP*, n. 79, pp. 151-167, 2007.

JACOBI, Pedro. Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. In: Ribeiro, W. (org.) *Patrimônio Ambiental Brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2003.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Da ECO-92 à RIO+ 20: uma breve avaliação de duas décadas. *Boletim Campineiro de Geografia*, v. 2, n. 3, p. 479-499, 2013.

VIOLA, Eduardo J. et al. O movimento ecológico no Brasil, 1974-1986: do ambientalismo à ecopolítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Vol. 1, nº 3, p. 1-21.

Sites:

<http://riomais20sc.ufsc.br/files/2012/09/DOCUMENTOS-FINAIS-DA-CUPULA-DOS-POVOS-NA-RIO-20-POS-JUSTI%C3%87A-SOCIAL-E-AMBIENTAL.pdf>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

MOVIMENTO ANTIVIOLÊNCIA (VIVA RIO, PELA PAZ...)

Movimento de caráter heterogêneo, geralmente composto por pessoas pertencentes às classes média ou alta que, em linhas gerais, envolvem-se com as questões de segurança pública e a preconização de soluções para se chegar à "paz". Porém, o movimento ocorre de forma polissêmica, pois para que a paz seja alcançada, objet5ivam-se tanto a parceria ou criação de Organizações não Governamentais (ONGs), como a criação de projetos públicos educacionais, por meio de parcerias com comunidades carentes. O movimento também luta pelo recrudescimento de leis e o endurecimento de políticas públicas de segurança de combate ao crime e à violência.

O surgimento desse tipo de movimento ocorreu na década de 1990 em um contexto em que se combinavam agudos problemas econômicos com a escalada da violência e a disseminação de drogas. Nesse período, espalhou-se pelas cidades uma "cultura do medo", mesclada ao apoio à política de endurecimento da repressão policial, à criminalização dos pobres e de seus territórios e à demanda autoritária de grandes segmentos da população por segurança a qualquer preço. É nesse contexto que a cidade do Rio de Janeiro torna-se palco, no ano de 1993, de duas chacinas (Candelária e Vigário Geral), ao mesmo tempo em que se notava o enfraquecimento das associações de moradores que iam perdendo espaço para o tráfico, milícias e violência, chegando mesmo a ter alguns líderes comunitários assassinados. Em decorrência das chacinas, surgiu a primeira ONG com discurso, projetos sociais e campanhas antiviolência – a Viva Rio. Essa foi a primeira organização do tipo institucionalizada, com financiamentos internacionais e governamentais consolidados, gestada por agentes vindos do ativismo dos anos 1970 e 1980 e criada com objetivos relacionados explicitamente à temática da violência urbana.

No decorrer dos anos 1990 e 2000, as ONGs ganham força e muitas delas são frutos de mobilizações que se transformaram, embora os dois tipos de ação coexistissem. Como exemplos, ainda na cidade do Rio de Janeiro, criou-se o Afro-Reggae (1993) que possui ação inspiradora para outros movimentos e ONGs que possuem discurso pautado na antiviolência. Para tanto, a estratégia é a de criação de "grupos culturais de jovens das periferias" que combinam ações sociais, políticas e de mercado.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Instituto de Pesquisa EconômicaAplicada (IPEA). *Trajetos da Violência, da Segurança Pública e da Sociedade Civil na Cidade do Rio de Janeiro*. Ipea, 2013.

Sites:

Zuenir Ventura. Disponível em: <http://www.infoescola.com/biografias/zuenir-ventura>. Acessado em 13 de novembro de 2014.

"'Descolados' criam movimento antiviolência em São Paulo". Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1294703-descolados-criam-movimento-antiviolencia-em-sao-paulo.shtml>. Acessado dia 13 de novembro de 2014.

"Biblioteca de pesquisa". Disponível em: <http://vivario.org.br/viva-rio-no-haiti/biblioteca-de-pesquisa/>. Acessado dia 13 de novembro de 2014.

MOVIMENTO ANTIMANICOMIAL

Movimento social que emergiu no Brasil a partir do processo de redemocratização do país, na segunda metade dos anos 1970, e que mobilizou profissionais da saúde, usuários de saúde mental e seus familiares. Propondo novas formas de tratamento que visavam à humanização do sujeito portador de doença mental e à superação do modelo asilar-manicomial, o movimento engajou-se em lutas em prol dos direitos dos usuários e das suas famílias, buscando, em paralelo, contribuir para a reconstrução da relação da sociedade com o louco e a loucura.

No rastro dos movimentos que lutavam pelo fim da Ditadura Militar no Brasil, foi fundado no Rio de Janeiro, em 1978, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental (MTSM). Combinando reivindicações salariais com propostas de humanização do tratamento psiquiátrico, esse movimento buscou colocar em tela a precariedade das condições de tratamento e higiene dos manicômios, bem como denunciar o aumento da lucratividade da "indústria da loucura", facilitada pela prevalência do financiamento público para internação asilar em instituições privadas durante os governos militares, em detrimento dos investimentos em saúde pública. Tendo como alguns dos seus principais articuladores o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) e o Movimento de Renovação Médica (Reme) e como principais referências o Movimento de Psiquiatria Democrática, liderado por Franco Basaglia na Itália, o MTSM realizou vários eventos entre 1978 e 1987, procurando refletir não só sobre os direitos e acesso à saúde aos portadores de doenças mentais, mas também sobre os próprios postulados da psiquiatria, comumente baseada na normatização e no controle social.

Em dezembro de 1987, durante a realização do II Congresso do MTSM na cidade de Bauru – SP, foi fundado o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial (MNLA). Além de profissionais da área, o congresso contou com a participação de associações de usuários e seus familiares, entre as quais a "Loucos pela Vida" (SP) e a Sociedade de Serviços Gerais para Integração Social pelo Trabalho (SOSINTRA-RJ). Nesse evento, foi instituído o lema do movimento: "por uma sociedade sem manicômios" e elaborado o Manifesto de Bauru, considerado o documento de fundação do MNLA. Seis anos depois, na cidade de Salvador – BA, realizou-se o I Encontro Nacional da Luta Antimanicomial.

A partir desta data, o MNLA passou a organizar encontros bianuais realizados em diferentes regiões do país, articulando-se por meio dos núcleos estaduais e da Secretaria Nacional Colegiada. Entre as conquistas do movimento, destaca-se a aprovação da Lei 10.206/2001, que determinou a redução progressiva dos manicômios e a sua substituição por outras modalidades de cuidado e assistência, como os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) e os Núcleos de Assistência Psicossocial (Naps).

Por ocasião do V Congresso ocorrido no município de Miguel Pereira-RJ em 2003, divergências sobre estratégias de ação e articulação entre os participantes levaram

a uma cisão do movimento que resultou na fundação da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial (Renila).

Por meio de iniciativas como eventos culturais, organização de TVs e rádios comunitárias, articulação de manifestações públicas – como a Marcha dos Usuários em Brasília (2009) e o Ocupe Alesp (2012), o Movimento Antimanicomial tem conseguido publicizar ainda mais as suas demandas e ampliar os seus canais de diálogo com outros movimentos sociais e com a sociedade como um todo. A pulverização do movimento em grupos que muitas vezes discordam radicalmente entre si no que diz respeito à autonomização e a institucionalização do movimento, em um momento em que assistimos a verdadeiros recuos à reforma psiquiátrica ainda em marcha – tais como os recentes episódios que determinam a internação compulsória dos usuários de crack no Rio de Janeiro e em São Paulo – talvez configure um de seus maiores desafios na atualidade. No dia 18 de maio é comemorado o Dia da Luta Antimanicomial.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

AMARANTE, Paulo. Rumo ao fim dos manicômios. *Mente & Cérebro.* Edição 164, setembro de 2006, p. 31-35.

_______________; TORRE, E. H. G. A constituição de novas práticas no campo da Atenção Psicossocial: análise de dois projetos pioneiros na Reforma Psiquiátrica no Brasil. *Saúde em Debate.* Rio de Janeiro, vol. 25, nº 58, p. 26-34, mai.-ago. 2001.

BARBOSA, G. C.; COSTA, T. G.; MORENO, V. Movimento da Luta Antimanicomial: trajetórias, avanços e desafios. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental.* Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, p. 45-50, jan.-jun. 2012.

LÜCHMANN, L. H. H.; RODRIGUES J. O movimento antimanicomial no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva.* Vol. 12, nº 2, p. 399-407, 2007.

TENÓRIO, Fernando. A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais: histórias e conceitos. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos.* Rio de Janeiro, vol. 9, nº 1, p. 25-59, jan.-abr. 2002.

Sites:

<http://movimentonacionaldelutaantimanicomial.blogspot.com.br/>. Acessado em: 19/09/2014.

MOVIMENTO PELA ANISTIA

A luta pela Anistia teve início durante o governo de Ernesto Geisel (1974-79) e tinha como objetivo implantar a distensão do regime militar de forma lenta, gradual e segura. Dentre as medidas que visavam à abertura do regime, encontravam-se o fim da censura prévia aos jornais da grande imprensa e o retorno das campanhas eleitorais para deputados federais e senadores, embora o aparato repressivo continuasse funcionando sem maiores alterações. A luta pela anistia não representou apenas a oposição ao regime militar, mas também pode ser considerada um marco importante no processo de (re) constituição da sociedade civil no país. Nesse contexto, no final da década de 1970, foi criada a campanha pela "Anistia Ampla, Geral e Irrestrita", coordenada por um grupo formado por intelectuais, artistas, jornalistas, políticos progressistas, religiosos de vários credos, sindicalistas e estudantes. Assim, formou-se o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), considerado o primeiro movimento nacional unificado e progressista contra a Ditadura Militar. O CBA tinha sede na Associação Brasileira de Imprensa, na cidade do Rio de Janeiro.

Os militantes pela Anistia tiveram de enfrentar a repressão do Estado autoritário, ainda bastante ativa na segunda metade da década de 1970, ameaçados pelas prisões, desaparecimentos, torturas e mortes cometidas pelo regime. Os assassinatos de Alexandre Vannuchi Leme, em 1973, Vladimir Herzog, 1975, e de Manoel Fiel Filho, 1976, entre outros crimes de lesa humanidade, impulsionaram importantes setores da sociedade civil a se manifestarem nas ruas contra o regime militar. As militantes mulheres tiveram um papel central na organização do movimento de luta pela anistia. Entre as principais lideranças, destaca-se a atuação de Terezinha Zerbini, que esteve à frente do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA). Além do grupo de mulheres militantes, familiares, amigos, intelectuais e advogados das vítimas perseguidas pelo regime militar tiveram um papel importante na construção de uma rede de informações que era fundamental para a articulação do movimento e para a proteção dos militantes presos e perseguidos. Em 1976, foi organizado um manifesto por liberdades democráticas e pelo fim do regime de exceção, lançado durante a realização da 28ª Reunião da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília. Em um ato público realizado em 1977 na Faculdade de Direito da USP, no Largo São Francisco, São Paulo, o professor e jurista Goffredo da Silva Telles leu o manifesto "Carta aos Brasileiros" exigindo a Anistia e o fim do Estado autoritário. O documento ganhou grande repercussão nacional e internacional, tendo sido traduzido para diversos idiomas.

Essas manifestações deram impulso à organização do movimento pela Anistia, criado em 1978. Surgiram diversos comitês regionais por todo o país. No exterior, os exilados brasileiros também se mobilizaram pela Anistia. Foi realizado o 1º Congresso de Anistia, sediado em São Paulo, paralelo ao Congresso Internacional, em Roma, Itália. Os comitês de anistia, os núcleos do MFPA, assim como as comissões de

familiares de vítimas da repressão divulgaram o movimento por todo o país. Ainda neste ano, em 31 de dezembro, o AI-5 foi revogado. A luta pela anistia ganhou força com o surgimento do "novo sindicalismo". Os sindicatos participaram ativamente do movimento a partir de 1979.

O governo Geisel, bastante pressionado pela campanha, enviou ao Congresso um projeto de lei para a anistia. Porém, o projeto não atendia às reivindicações do movimento, uma vez que não previa a anistia ampla, geral e irrestrita, pois excluía os presos políticos condenados que atuaram na luta armada. O senador Teotônio Vilela, presidente da Comissão que analisava tal Projeto de Lei, estreitou relações com os perseguidos, presos e familiares dos mortos e desaparecidos políticos, tendo um papel importante na popularização do movimento. Este criticou duramente o projeto de lei e exigia a localização dos presos políticos desaparecidos e mortos pela repressão e a punição dos torturadores. Em julho de 1979, período em que estava em votação o projeto de Anistia no Congresso, os presos políticos organizaram uma greve de fome nacional, que teve duração de um mês, feita como uma forma de protestar pelo modo como a anistia estava sendo formulada pelo Estado.

Em 28 de agosto daquele mesmo ano, a proposta de anistia foi aprovada. Com a lei da Anistia n°. 6.683, promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo, os presos políticos foram libertados e os exilados puderam retornar ao país. No entanto, a lei não atendia os anseios dos militantes, uma vez que ela também anistiava o Estado, ou seja, os torturadores e os demais agentes públicos responsáveis pela repressão aos militantes políticos. A Lei de Anistia perdoou todos os crimes políticos cometidos entre 1961 e 1979, com exceção daqueles "que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal", como definido em seu artigo primeiro, segundo parágrafo. No entanto, tal fato não tirou a importância do movimento, pois foi patente a pressão exercida pelos militantes no processo da Anistia por meio das diversas passeatas e manifestações que reuniram nas ruas vários setores da sociedade civil. Pode-se dizer que a anistia foi fruto da mobilização social e não uma concessão do regime, representando uma importante conquista dos movimentos sociais daquele período.

Larissa R. Corrêa

Fontes

DEL PORTO, Fabíola Brigante. A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil e a construção da cidadania. Revista Perseu, nº 3, ano 3, 2009, p. 43-72.

Sites:

"Luta pela redemocratização", em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br>, acessado em 9 de novembro de 2014.

"Movimento pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita", em: <http://www.abcdeluta.org.br>. Acessado em 9 de novembro de 2014.

MOVIMENTO CONTRA A CARESTIA

Movimento que ressurgiu ao final dos anos 1970 como desdobramento do Movimento do Custo de Vida que, por sua vez, teve origem relacionada à experiência dos clubes de mães da periferia sul de São Paulo. A partir do início dos anos 1970, os clubes de mães já existentes em São Paulo iniciaram um trabalho ligado à Igreja Católica progressista e às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), voltado para a organização autônoma e ativismo político de suas participantes. O bem sucedido trabalho de base nas periferias de São Paulo inspirou a criação de uma coordenação de clube de mães que, em 1972, deu origem ao Movimento do Custo de Vida (MCV). A crescente mobilização em torno do custo de vida culminou em grandes manifestações, como as ocorridas em 1978 e 1979 na Praça da Sé. Em 1979, o MCV passou a se chamar Movimento Contra a Carestia (MCC). Devido às tensões internas, o movimento entrou em refluxo nos anos posteriores.

Os preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade foram objeto de mobilizações desde 1914 em São Paulo. Em 1953 foi criado o Movimento Contra a Carestia de Vida e em 1954 houve grande greve e passeatas, com cerca de 500 mil pessoas, contra a carestia, as quais entraram para a história como as "passeatas da panela vazia". O movimento Contra a Carestia promoveu ainda manifestações em São Paulo em 1959 e em 1963, ressurgindo nos anos 1970, a partir da periferia paulistana.

Na periferia sul de São Paulo, entre as margens da represa de Guarapiranga e a estrada do M'Boi-Mirim, a igreja de Vila Remo foi importante local de início dos clubes de mães. Nessas associações, algumas mulheres, previamente capacitadas, ensinavam outras, pobres e necessitadas, trabalhos manuais e transmitiam instruções de higiene e saúde. Experiências similares existiram desde os anos 50, porém, a partir do início da década de 1970, elas passaram por uma inflexão, quando perdem seu caráter assistencialista e são assumidas pelas moradoras de periferia. Em reuniões semanais, quinzenais ou mensais mulheres encontravam-se para a realização de trabalhos manuais seguidos de uma reflexão coletiva com base na leitura do Evangelho, que era confrontado com a realidade vivida por elas. Das discussões surgiam ações de reivindicações ante os poderes públicos (escola, creche, ponto de ônibus, posto de saúde, etc.) e atividades comunitárias para a resolução dos problemas coletivos (mutirões para limpeza, para levantar centros comunitários, etc.). Da iniciativa de mulheres ligadas às pastorais católicas, surgiu a coordenação dos clubes de mães. A coordenação, mensalmente reunida, contava com representantes de clubes e buscava trocar experiências, avaliá-las e programar a extensão dos clubes, que deveriam organizar as mulheres para lutar por direitos e valorizar a condição feminina por meio da participação em atividades coletivas. As experiências nos labirintos da administração pública abriram novo horizonte para a existência pública das donas de casa.

O MCV surgiu em 1973 como desdobramento dos clubes de mães e em 1975 organizou uma enquete na periferia de São Paulo, quando foram distribuídos dois mil questionários para saber como as famílias pobres sobreviviam. Após a elaboração das informações coletadas, uma carta abaixo-assinada foi formulada e posteriormente

destinada ao Presidente da República e aos demais representantes do governo. A carta pedia o controle do custo de vida, aumento salarial e fornecimento de escolas e creches. 16.500 assinaturas foram reunidas. Em 1976, uma segunda pesquisa foi realizada assim como foi formulada uma segunda carta abaixo-assinada, com 18.500 assinaturas. O fato do MCV ter como base movimentos já existentes – clubes de mães, principalmente, mas também associações de bairro, grupos de jovens, CEBs, grupos de educação popular, etc. – tornou possível essas grandes mobilizações.

Sem terem respostas às suas demandas, em 1978 foi realizado um abaixo-assinado com mais de um milhão de assinaturas, em âmbito nacional, pedindo ao governo federal o congelamento do preço de gêneros alimentícios. Tal pretensão foi reflexo do crescimento do movimento, que passou a conviver com grandes tensões internas. Houve distanciamento entre direção e base, desentendimentos acerca de seus objetivos (maior atenção à politização popular ou à execução das atividades propostas) e lutas internas (sobretudo entre partidários do PC do B e da Igreja). No dia 27 de agosto, em meio à repressão da tropa de choque, 20 mil pessoas reuniram-se na Sé. Em setembro, membros do MCV foram a Brasília entregar o texto ao presidente, mas não foram atendidos novamente.

A iniciativa ganhou reconhecimento público, a atenção de outras lideranças políticas e, em 1979, passou a se chamar Movimento Contra a Carestia. A partir desse momento, as disputas internas acabaram por desarticular essa mobilização histórica.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena*: Experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GOHN, Maria da Glória. Associativismo civil e movimentossociais populares em São Paulo. In: *Ciências Sociais Unisinos*, vol.44, n.2, p.130-38, 2008.

Sites:

"A Saga do Clube de Mães da Zona Sul", <http://www.unesp.br/aci/jornal/257/ciencias-humanas.php>. Acessado em 8 de novembro de 2014.

MOVIMENTO CONTRA A CORRUPÇÃO

O Movimento contra a corrupção no Brasil não possui uma única instituição que seja ponta de lança nesta temática. De fato, existem várias instituições que o preconizam, mas muitas vezes atuam de forma conjunta. Em geral, mesmo com a dificuldade de se definir o que seja a corrupção, já que a mesma pode variar de país para país e esbarra em subjetividade, as instituições trabalham com a visão de que a corrupção é a violação das normas do sistema a fim de se atenderem objetivos pessoais.

No Brasil, o tema da corrupção foi usado pelos golpistas de 1964 explicitamente, com o argumento de acabar com a subversão e a corrupção da democracia pelo populismo de esquerda, justificando com isso medidas de exceção e uma intervenção militar que duraria duas décadas. A volta do governo civil, em 1985, trouxe a expectativa de que, junto com os problemas sociais, econômicos e políticos, a democracia também restabeleceria quase que automaticamente a integridade entre os atores públicos. Porém, poucos anos bastaram para mostrar que a possibilidade de denúncia e crítica, garantidas na nova ordem democrática, não eliminaria automaticamente a corrupção. Acreditava-se que com a abertura política e diante do fluxo de mobilizações e organizações sociais da década de 1980, com destacada ação democrática via participação popular, esta ação participativa poderia funcionar contra favorecimentos individuais dentro da estrutura governamental.

Ao adentrar os anos 1990, as questões postas contra a corrupção evidenciam práticas antigas diante da combinação de velhas e novas estruturas da sociedade civil, sendo o tema da corrupção ainda recorrente. Assim, o movimento *Ética na política* surge como movimento nacional contra a corrupção e é um dos responsáveis pela articulação que depôs o ex-presidente Collor de Mello em 1992. Reivindicando ética na política e exercendo vigilância sobre a atuação estatal/governamental, orientou a atenção da população para o que deveria ser dela e estava sendo desviado para interesses privados.

No fluxo dos acontecimentos e ainda na década de 1990 houve o projeto “Combatendo a Corrupção Eleitoral”, lançado pela Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP). A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em fevereiro de 1997 culminou na Lei da Compra de Votos (9840, de 28 de setembro de 1999) e no Movimento Contra a Corrupção Eleitoral (MCCE). O MCCE colocava-se contra a compra de votos, alegava que essa prática, mesmo que coibida pelo código eleitoral, não era punida e para isso a CBJP articulou-se à CNBB para a veiculação do projeto de lei de iniciativa popular que foi apresentado na 36ª Assembleia Geral da CNBB, juntamente com os primeiros resultados da pesquisa sobre corrupção eleitoral. A Assembleia decidiu apoiar o lançamento da coleta de assinaturas para a Iniciativa Popular e, a partir dessa decisão, entidades nacionais que acompanhavam o trabalho foram convidadas a também apoiar a Iniciativa Popular. Trinta e duas deram seu acordo. Prepararam-se então as folhas de coleta de assinaturas, com a indicação das entidades

apoiadoras e a justificativa do projeto. Posteriormente, mais entidades, nacionais, regionais e locais associaram-se. O esforço coletivo das entidades e da sociedade civil culminou com a aprovação do projeto.

A compra de votos é apenas uma faceta da corrupção em nosso país. Segundo dados levantados (anos 2000) por várias instituições, a corrupção no Brasil pode consumir entre 1,35% e 5% do PIB. Ademais, cálculos feitos pelo economista chefe do Departamento de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcos Fernandes Gonçalves da Silva, em 2007, indicaram que o Brasil perde anualmente R$ 3,5 bilhões em produtividade e que para cada R$ 10 arrecadados em impostos, R$ 2 são perdidos em desvio de dinheiro público. A sensação produzida pelas denúncias de corrupção é a que mais depõe contra a política institucionalizada. Ademais, olhando para os governos militares da década de 1960, 1970 e as ações midiáticas atuais, podemos concluir que os perigos relatados pela retórica moralista de expurgação do mal pela responsabilização de indivíduos certamente existem, mas há fortes indícios de que a preocupação atual com o fenômeno da corrupção esteja superando estes problemas. Uma diferença notável em relação às campanhas contra a corrupção do passado é que hoje existe uma preocupação maior com o combate a suas causas estruturais e institucionais.

O final dos anos 1990 e início dos anos 2000 presenciou o surgimento da maioria das ONGs que se pautam na temática da corrupção, tais como a Transparência Brasil, a Articulação Brasileira contra Corrupção e Impunidade (Abracci), Movimento Ficha Limpa, Associação Contas Abertas e o Instituto Ethos (criado por empresários), todas de caráter nacional. Contudo, o movimento de cobrança mudou, pois essas ONGs para além de uma articulação com a sociedade civil, articulam-se diretamente com a Controladoria Geral da União (CGU). Tanto que duas das organizações citadas, o Ethos e a Transparência Brasil, em 2010, integravam o Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, órgão colegiado e consultivo vinculado à Controladoria-Geral da União, que tem a finalidade de sugerir e debater medidas de aperfeiçoamento dos métodos e sistemas de controle e incremento da transparência na gestão da administração pública e estratégias de combate à corrupção e à impunidade. Aliás, o CGU é uma ponta de uma cadeia contra a corrupção, ou seja, é dele que partem as ações iniciais que seguem para o Tribunal de Contas da União, Ministérios Públicos e o Judiciário – uma longa cadeia nem sempre acionada.

A Transparência Brasil é uma instituição autônoma que declara como objetivo o combate à corrupção no Brasil, atua em caráter nacional, mas com parcerias internacionais (tal como a Transparência Internacional até 2007) e se baseia no incremento de acesso à informação, evidenciando dados que ajudem ONGs, organismos acadêmicos e órgãos de controle do Estado a exercer o monitoramento de suas instituições. A pesquisa sobre os Conselheiros dos Tribunais de Contas no Brasil mostra que 60% deles são ex-políticos, 20% sofrem processos na Justiça ou foram punidos pela Justiça Eleitoral ou pelos próprios Tribunais de Contas por irregularidades administrativas e ao menos 15% são parentes de políticos. Os dados evidenciam outra questão sobre a corrupção no Brasil: o fato de que tomar conhecimento do envolvimento de certos postulantes a cargos políticos com práticas corruptas não demove, na maioria do eleitorado, a ideia de ofertar votos a esse tipo de candidato, ou

seja, a eleição ou até a reeleição de pessoas com registro de práticas antirrepublicanas é uma constante no Brasil. A parcialidade da mídia no tratamento de alguns escândalos a elas relacionados e a concentração, tanto da propriedade como da distribuição geográfica dos meios de comunicação, também comprometem a eficácia desse mecanismo vertical de combate à corrupção.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes/sites

"Caminhos da transparência". Disponível em: <https://bvc.cgu.gov.br/bitstream/123456789/2567/1/caminhos_da_transparencia.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

"O legado do mensalão". Disponível em: <https://www.diplomatique.org.br/print.php?tipo=ac&id=3013>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

"Corrupção e *Accountability* no Brasil: um olhar a partir de organizações da sociedade Civil". Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2012_APB331.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

"Movimento contra a corrupção quer que partidos respeitem a lei ficha limpa". Disponível em: <http://fichalimpabrasil.net.br/?p=72>. Acessado dia 23 de novembro de 2014.

"História da conquista da lei 9840". Disponível em: <http://www.mcce-mt.org/web/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=54>. Acessado dia 23 de novembro de 2014.

MOVIMENTO PELA DESMILITARIZAÇÃO DA POLÍCIA

A massiva campanha pela desmilitarização da polícia tornou-se mais efetiva após as *Jornadas de Junho* de 2013, momento em que a violência policial evidenciou-se por conta principalmente da repressão às manifestações por todo o país. Esse fato também trouxe a postura policial cotidiana em áreas mais pobres para o foco da discussão tal qual no caso do desaparecimento do pedreiro carioca Amarildo de Souza (14 de julho de 2014), assim como um debate mais denso sobre a repressão ao tráfico e organizações mafiosas, uma vez que esse tema é correlato com a criminalização da pobreza. Assim, a cotidiana ação policial repressiva ao tratar de movimentos sociais organizados, como a repressão aos professores na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, além de outros casos, ganhou repercussão nacional. Na época das *Jornadas*, em ato conjunto da OAB (Ordem dos advogados do Brasil) com a CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) e outros movimentos e organizações sociais, o presidente da OAB defendeu abertamente a desmilitarização da polícia.

A desmilitarização da polícia é defendida por vários segmentos da sociedade civil brasileira, porém não há uma instituição específica que a organize como tema prioritário. As críticas à estrutura policial dizem respeito desde ao treinamento militarizado da polícia, que se reflete em seu número de homicídios (decorrentes da formação policial que prioriza o treinamento para combate e não para abordagem), até à estrutura interna que cria tanto polarizações entre oficiais e praças na corporação quanto o impedimento dos mesmos de ter ciclo completo dentro da instituição. Os questionamentos referem-se, inclusive, à existência da Justiça Militar, o que pode ser considerado uma distorção em relação à concepção democrática de equidade. Assim, várias discussões, propostas e iniciativas que visam desmilitarizar a polícia pregam a unificação das polícias civil e militar, o que reduziria o gasto público (não mais se sustentaria duas estruturas) e nem a concorrência entre elas. A polícia unificada assumiria caráter ostensivo e seus integrantes teriam carreira contínua como funcionários públicos. Assim, seria retirado o peso maior dado hoje à *hierarquia* e à *disciplina* na formação policial para se enfatizarem os *direitos humanos*.

Para os engajados, a estrutura e o aparato policial são heranças do tempo da Ditadura Civil-Militar que ainda se expressam nas práticas mais violentas, como o uso da tortura (denunciado pela Organização das Nações Unidas – ONU, no caso das polícias latino-americanas). A própria ONU, durante reunião do Conselho de Direitos Humanos, em 2012, por meio de recomendação da Dinamarca, solicita a extinção da Polícia Militar no Brasil, o que não pode ser acatado, pois o governo alegou que para tanto deveria ser realizada alteração na Constituição. Evidenciando ainda mais o problema, o relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Organização não governamental) apresentou dados contabilizados de 2009 a 2013, em que os policiais

brasileiros aparecem com 11.197 óbitos a mais do que a polícia americana em 30 anos, gerando uma média de 6 mortes ao dia durante esses 5 anos.

O tema gera muitos debates e posturas contrárias em organizações de campos e segmentos opostos. Como exemplo, temos a discussão do Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 21/2005 na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, quando várias associações, conselhos e federações ligadas ao oficialato da Polícia e até dos Bombeiros pressionaram pela manutenção da estrutura vigente. Por fim, a Comissão de Constituição e Justiça retirou a matéria de pauta, mas a desmilitarização possui grande simpatia nas patentes inferiores. De acordo com o presidente da Associação dos Militares Auxiliares e Especialistas (Amae), tenente Melquisedec Nascimento, mais de 90% dos soldados, cabos, sargentos, subtenentes, tenentes e capitães da Polícia Militar do país são favoráveis a mudanças profundas na estrutura e na concepção do papel da polícia.

Atualmente, além de ter se tornado bandeira de alguns candidatos à presidência na última eleição e por isso ganhar mais espaço de debate, o assunto é tema recorrente de algumas organizações coletivas e de partidos políticos tanto para os que querem o fim da divisão e militarização das polícias quanto para os contrários. Assim, há grande número de revistas e jornais, *blogs* e páginas da internet que sustentam esse debate.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

BALESTRERI, Ricardo Brisola. *Direitos Humanos: Coisa de Polícia*. Passo fundo-RS: CAPEC, Paster Editora, 1998.

FELISMINO, Alissonmedes Fernandes. *A necessidade da desmilitarização das polícias militares frente aos direitos humanos*. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/5379/PDF%20-%20Alissonmedes%20Fernandes%20Felismino.pdf?sequence=1>. Acessado em 11 de novembro de 2014.

ARAÚJO, Marcos de. Tudo que você precisa saber sobre a PEC 21 e ainda não teve resposta. *Revista Política em foco*, n.2, agosto 2007, ano 1. Disponível em: <http://www.proconsciencia.com.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=81>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

Sites:

"A política do extermínio". Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/editorial.php?edicao=19>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

"O papel da polícia: entenda o que é a desmilitarização da polícia". Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/entenda-o-que-e-a-desmilitarizacao-da-policia>. Acessado em 10 de novembro de 2014.

“OAB, CNBB e outras entidades fazem ato e criticam PM”. Disponível em: <http://www.jcnet.com.br/Nacional/2013/06/oab-cnbb-e-outras-entidades-fazem-ato-e-criticam-pm.html>. Acessado em 11 de novembro de 2014.

“Em 5 anos, polícia brasileira matou em média 6 pessoas por dia, diz estudo”. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1545847-em-5-anos-policia-brasileira-matou-em-media-6-pessoas-por-dia-diz-estudo.shtml>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

MOVIMENTOS DE DIREITOS ANIMAIS

Movimento que se caracteriza pelo reconhecimento dos animais como seres dotados dos mesmos direitos que o ser humano (principalmente à vida), sendo que esses direitos não podem ser negociados. Segundo os integrantes desse movimento, os animais têm interesse na vida continuada e jamais devem ser usados como recursos, ainda que se provem benefícios para o ser humano ou para maior número de animais.

O tema dos "direitos dos animais" ganhou espaço no início da década de 1960, com os movimentos de emancipação civil (a chamada "revolução dos direitos"). Inicialmente debatido na Universidade de Oxford por um grupo de filósofos (em especial Peter Singer e o psicólogo Richard D. Ryder), mas possuindo diferenças em relação ao conceito atual, o grupo discutia a questão sem se centrar na noção de valores intrínsecos dos animais. Dessa forma, o movimento restringia-se às melhorias visando ao bem-estar. Exemplo disso pode ser visto na Declaração Universal dos Direitos Animais, proclamada pelo UNESCO em 1978, após ser aprovada resolução a esse respeito pela ONU. Nela, em um dos artigos, fica claro que os animais poderiam ser mortos desde que nutridos, transportados e alojados.

A teoria sobre direitos animais mais difundida atualmente é decorrente dos trabalhos pioneiros de Tom Regan (mestre e doutor pela Universidade da Virgínia/EUA). Pode-se dizer que ele é o fundador do atual movimento de direitos animais. Em sua principal obra (*The Case for Animal Rights*, University of California Press, 1983), o autor elabora um tratado filosófico, desenvolvendo a questão dos animais como seres sencientes, que possuem interesse em vida continuada e outros desejos que os tornam no mínimo pacientes morais. Regan, apoiando-se em Kant e contrapondo-se à ética utilitarista, assevera que utilizar um animal (humano ou não) em um procedimento de vivissecção será sempre imoral, mesmo que disso resulte a cura do câncer ou de outra doença grave.

O movimento atualmente contrapõe-se ao discurso de melhoria ou manutenção do "bem-estar animal", há vertentes que se proclamam abolicionistas, outras defendem que os animais devam ser encarados pelo Direito como pessoas, alguns de seus ativistas defendem o veganismo como atitude moral e básica para um engajado na luta pelos direitos dos animais.

No Brasil, há pluralidade de ações, encontrando-se desde a criação de organizações e articulações com o legislativo até ações mais pontuais de militantes. O caso dos cachorros *beagles*, em São Paulo, evidenciou isso. O fato, largamente divulgado pela mídia, ocorreu no dia 18 de outubro de 2013, quando vários ativistas invadiram o Instituto Royal, em São Roque a 66 quilômetros de São Paulo, alegando que cachorros estariam sofrendo maus tratos em experiências laboratoriais. O grupo com 80 integrantes retirou 178 *beagles*, adultos e filhotes, assim como vários coelhos do local, sendo o prédio arrombado e o laboratório destruído. No dia 23 de outubro, ainda sobre o impacto da invasão do Instituto Royal, deputados da Frente Parlamentar em

Defesa dos Direitos Animais e da Frente Parlamentar Ambientalista e ativistas pelos direitos dos animais fizeram ato simbólico na Câmara dos Deputados em apoio à campanha “Liberte-se da Crueldade”, da *Humane Society Internacional* (HSI), contra o uso de animais em testes de laboratório para a produção de cosméticos. Assim, as bandeiras do movimento evidenciam-se na articulação com o legislativo. O Instituto Royal, alegando prejuízos materiais de mais de R$ 300 mil, ambiente de insegurança e a perda de vários anos de pesquisa fechou suas portas no dia 6 de novembro de 2013.

Segundo ativistas, o tipo de ação realizado no Instituto Royal não é incomum, mas geralmente ocorre no anonimato. Contudo, existem outras formas de ação, tal como o Projeto Estrutura Animal (PEA), criado em 2003 e classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em 2005, pelo Ministério da Justiça. A PEA tem como objetivo propiciar harmonia entre os seres humanos e as diversas espécies do planeta. Para tanto, organiza-se nacionalmente por meio da luta de ativistas contra a eutanásia, o abandono, os maus-tratos e o abuso, o comércio e o uso de animais em entretenimento. Assim, seus ativistas são instruídos a agir tanto na fiscalização, como na denúncia e ação.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

GREIF, Sérgio. *Direitos dos animais e o caminho a seguir. Revista Pensata Animal: revista de direito dos animais, n.12, junho.2008.* Disponível em: <http://www.pensataanimal.net/arquivos-da-pensata/43-sergiogreif/207-direitos-animais-e-o-caminho>. Acessado em 10 de outubro de 2014.

Sites:

“Direitos animais Unicamp. Filósofos da Libertação Animal: Tom Regan”. Campinas, 04 fev. 2010. Disponível em: <http://direitosanimaisunicamp.blogspot.com.br/2010/02/filosofos-da-libertacao-animal-tom.html>. Acessado em 10 de outubro de 2014.

“Caso dos Beagles: Royal anuncia fim da pesquisa no interior de SP”. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,caso-dos-beagles-royal-anuncia-fim-de-pesquisa-no-interior-de-sp,1093921>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

PEA. Disponível em: <http://www.pea.org.br/sobre.htm>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

“Deputados e ativistas fazem ato contra uso de animais em testes de cosméticos”. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/deputados-e-ativistas-fazem-ato-contra-uso-de-animais-em-testes-de-cosmeticos,0a4ebe73d11e1410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

MOVIMENTO ECUMÊNICO

O ecumenismo é visto como um movimento que visa à unificação das igrejas cristãs. Uma definição mais eclesiástica o concebe como a aproximação, a cooperação, a busca fraterna da superação das divisões entre as diferentes igrejas cristãs (católica, ortodoxa e protestante). Do ponto de vista do Cristianismo, pode-se dizer que o ecumenismo é um movimento entre diversas denominações cristãs na busca do diálogo e cooperação comum, buscando superar as divergências históricas e culturais, a partir de uma reconciliação cristã que aceite a diversidade entre as igrejas. Nos ambientes cristãos, costuma-se denominara relação com outras religiões de diálogo inter-religioso.

Alguns estudos lastreiam a criação de um pensamento e processo internacional de aproximação ecumênica já nos fins do século XIX e início do século XX. Porém, esse histórico pauta-se somente nas igrejas chamadas protestantes. É em 1948, com a criação do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), que contou com a participação de 147 igrejas de 44 países (majoritariamente da Europa e América do Norte) e composto por ortodoxos e protestantes, que é possível constatar a criação de novas estruturas e ações que dariam suporte ao avanço do ecumenismo. No caso brasileiro, a união de igrejas evangélicas foi simbolizada pela Confederação Evangélica do Brasil (CEB), criada em 1934. Entretanto, foi somente na década de 1950 que as igrejas evangélicas foram sacudidas por novas formas de pensar teologicamente e de agir pastoralmente. Em grande parte, essas igrejas foram muito influenciadas pelo CMI. Mesmo que a mudança de pensamento teológico já houvesse encampado uma interrogação cristã que procurava contextualizar o estudo da Bíblia à luz dos desafios do tempo em curso (teologia nascida na Europa e que havia sido resultado da contribuição de teólogos como Karl Barth, Emil Brunner, Dietrich Bonhoeffer, Paul Tillichentreoutros), esta encontrava dificuldades de expansão no Brasil pela existência no país de uma postura anti-intelectual e contra qualquer leitura crítica da Bíblia.

Um exemplo dessas mudanças no meio protestante na década de 1950 é a ação de Millard Richard Shaull. Missionário e teólogo presbiteriano, viveu na Colômbia de 1942 a 1950 onde conheceu a vida das pessoas mais pobres e os ideias marxistas. Veio para o Brasil em 1952 e assumiu significativo papel na difusão dos ideias teológicos mais progressistas dentro do Seminário Presbiteriano de Campinas, conhecido à época como uma das melhores escolas teológicas do Protestantismo latino-americano. Shaull, que ficou no Brasil até 1966, influenciou toda uma geração de jovens estudantes, tal como Rubem Alves, Waldo Cesar, Julio de Santa Ana, Zwinglio Dias e Rubem César Fernandes. Participou da União Cristã de Estudantes do Brasil (Uceb) pela qual publicou o livro “O Cristianismo e a Revolução Social” (1953), no qual Shaull conclamava os cristãos a uma participação ativa na transformação social. Além disso, desenvolveu, pela inspiração de padres operários franceses, iniciativa visando adentrar estudantes no meio operário e sindical (Vila Anastácio, em São Paulo) para que vivessem o cotidiano operário e levassem à frente a missão evangelizadora.

No contexto brasileiro e internacional, podia-se notar uma influência crescente de combinações ecumênico-políticas de inspiração cristã e marxista, ao mesmo tempo em que acontecimentos como a Revolução Cubana assombravam os mais conservadores. Assim, diante do recrudescimento de posturas e à beira da instalação da Ditadura Civil-Militar brasileira, o meio protestante também se recrudesce e a CEB é desmantelada. Em 1963, a CEB elegeu nova diretoria que dizia estar preocupada com as *tendências de esquerda* em seu interior e que tomariam ações para colocar ponto final nessa situação, o que de fato ocorreu em abril de 1964 durante a visita do coronel do exército Tito Avilez, membro da Igreja Presbiteriana, para examinar arquivos e documentos. Decorrente disso, uma série de demissões sumárias ocorreu dentro da CEB e o clima de censura e cortes financeiros levou a CEB à extinção, o que somado ao Ato Institucional número 5, em 1968, aumentou o poder dos grupos mais conservadores. Entretanto, um novo *front* foi estabelecido pela Igreja Católica através de sua reorientação teológica viabilizada pelo Concílio Vaticano II e de Medellín, que deram importante espaço à opção pelos pobres. Assim, parte do grupo protestante encontrava apoio em um setor da Igreja Católica e nos movimentos sociais que surgiriam mediante a ação de vários agentes, incluso os próprios protestantes, que se organizaram na sociedade civil. Em alguma medida, o movimento ecumênico passou por certa ressignificação, deixando de ser pensado como um movimento de igrejas em busca de diálogo e se propondo a servir à igreja e aos movimentos sociais.

A importância da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1952, foi fundamental para o contexto da década de 1960, pois, por meio dela, foram criadas 43 novas dioceses, com mais de 109 bispos, em grande parte jovens progressistas que seriam fundamentais a partir de 1968, quando a CNBB faz oposição direta à ditadura. Ao mesmo tempo, as reflexões de católicos (Juan Luis Segundo, Gustavo Gutiérrez, Segundo Galileia, Hugo Assmann) somadas às reflexões de protestantes (Richard Shaull, Rubem Alves, Emílio Castro, Julio de Santa Ana e José MiguezBonino) deu início aos debates que incitaram o surgimento da Teologia da Libertação. Desse estreitamento, novas articulações deram frutos, tais como o Centro Evangélico de Informação (CEI, 1965), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi, 1974), a Coordenadoria Ecumênica de Serviços (Cese, 1973) e, em 1982, o Conic, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

A ação ecumênica deixou várias obras de crítica à realidade social brasileira, sendo uma das mais significativas a parceria entre James Wright (presbiteriano), D. Paulo Evaristo Arns (católico) e o rabino Henry Sobel (judeu). Esta gerou o projeto *Brasil: Nunca Mais*, denunciando a tortura realizada pelo regime militar. D. Paulo relatou que o CMI financiou a pesquisa e James Wright (defensor dos direitos humanos no Brasil) intermediou o levantamento de recursos. A opção política de mudar o mundo deveria ser pensada a partir de um compromisso histórico com o oprimido, uma característica evangélica revelada na Bíblia.

Demarcando os rumos do movimento ecumênico nas décadas de 1970 e 1980, considera-se que as igrejas deveriam ser solidárias aos pobres, objetivando não mais a interpretação da Bíblia literalmente, mas a interpretação da vida a partir da Bíblia. Vários são os fatos que evidenciam essa práxis: em 1979, foi fundado o Centro de

Estudos Bíblicos (Cebi) que procurava congregar pessoas de diversas igrejas objetivando uma leitura popular da Bíblia; o movimento ecumênico apoia o Novo Sindicalismo; o CMI convida Paulo Freire a trabalhar em seu departamento de educação, posteriormente o Cedi cria o programa de Educação Popular/Escolarização Popular com o método Paulo Freire; a Comissão Pastoral da Terra (Igreja Católica) e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil (IECLB) promoveram, em 1984, o encontro que deu origem ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); em 1972, a CNBB criou o Conselho Indigenista Missionário e em 1979, o Cedi ajudou a criar o Grupo de Trabalho Missionário Evangélico (GTME) que articulou as ações missionárias junto aos indígenas pelas igrejas evangélicas; o movimento ecumênico participa ativamente do processo que gerou a Constituição de 1988, articulando-se com movimentos sociais na luta pela democracia, levando propostas para a Constituinte e fazendo lobbies setoriais; em 1988, CONIC e CESE articulam-se contra a dívida externa, com discurso oficial de que a dívida já havia sido paga muitas vezes e era um dos mais poderosos instrumentos de repressão. Além das ações citadas, o movimento ecumênico vem se colocando contra a lógica neoliberal no Brasil e América Latina desde os anos 1980.

Atualmente, mesmo com baixo número de igrejas formalmente filiadas às organizações ecumênicas e até com a desfiliação da Igreja Metodista do Conic (2006), mas com o número expressivo de organizações ecumênicas das igrejas e de grupos de indivíduos associados aos movimentos sociais, há como se afirmar que o ecumenismo ainda é uma forte realidade. Algumas instituições não existem mais, tal como Cedi, mas a ONG Koinonia tornou-se responsável pela continuidade dos programas ecumênicos, trabalhando na ampliação do conceito de ecumenicidade e começando a trabalhar no diálogo inter-religioso. O diálogo entre as religiões tornou-se uma das mais basilares questões para o desenvolvimento do ecumenismo nos últimos anos, que faz da dinâmica de se pensar globalmente e se agir localmente uma estratégia de ação.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

NAVARRO, J. Bosch. *Para compreender o Ecumenismo*. São Paulo: Loyola, 1995.

SANTA ANA, Julio de. *Ecumenismo e Libertação*. Petrópolis: Vozes, 1987.

LOSSKY, Nicholas (et al.) (ed.). *Dicionário do Movimento Ecumênico*. Petrópolis: Vozes, 2005.

DIAS, Agemir de Carvalho. O Movimento Ecumênico no Brasil Contemporâneo: 1980-2000. *Estudos Teológicos*, v. 54, n.1, p.140-152, jan-jun. 2014.

CUNHA, Magali do Nascimento. “Quero Trazer à Memória o que me Traz Esperança”. Movimento Ecumênico: avaliação e perspectivas. *Numen: revista de estudos e pesquisas da religião*, v.13, n. 1 e 2, p. 103-135, 2010.

JÚNIOR, Arnaldo Érico Huff. Richard Shaull pelo ecumenismo brasileiro: um estudo acerca da produção de memória religiosa. *Revista Brasileira de História das Religiões,* ANPUH, ano II, n.4, mai. 2009.

Sites:

Comissão Episcopal Pastoral para o Ecumenismo e o Diálogo Inter-religioso. Disponível em: <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB8QFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.cnbb.org.br%2Fcomponent%2Fdocman%2Fdoc_view%2F999-documento-o-empenho-ecumenico-da-igreja-catolica-no-brasil&ei=notkVMT6HsWhgwSg_IDQDQ&usg=AFQjCNGrdNfhTbJWMP071bUtxB6V6tWdVg&sig2=j_0tmH4xZSAa5X9FLOjbbg&bvm=bv.79189006,d.eXY&cad=rja>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO POPULAR

Movimento que visava à integração entre Educação Popular e a realidade social dos alunos para uma transformação social. Sua metodologia e prática foram iniciadas no Brasil na década de 1960 e teve como protagonista o educador Paulo Freire. A referência mais marcante desse movimento pedagógico-político-cultural é o projeto de Paulo Freire em Angicos, no Rio Grande do Norte, em 1963. Outros movimentos implantados no Nordeste, todos no início da década de 1960, foram o Movimento de Cultura Popular (MCP), criado na Prefeitura de Recife; a campanha "De pé no chão também se aprende a ler", instituída pela Prefeitura de Natal; e o Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil em convênio com o governo federal.

O Brasil foi o pioneiro na construção de um método da Educação Popular, o que enfatizava não o processo de transmissão de conhecimento, mas a ampliação dos espaços de interação cultural e negociação entre os diversos atores envolvidos em determinado problema social para a construção compartilhada do conhecimento e da organização política necessários à sua superação. Assim, ao invés de procurar difundir conceitos e comportamentos considerados corretos, procurava problematizar, em uma discussão aberta, o que estava incomodando e oprimindo. Priorizava a relação com os movimentos sociais por serem expressão mais elaborada dos interesses e da lógica dos setores subalternos da sociedade, cuja voz era usualmente desqualificada nos diálogos e negociações.

Atualmente o Movimento de Educação Popular é pensado em âmbito de rede global, objetivando-se a contribuição da Educação popular como forma de inserção internacional e colocando-a nas grandes discussões que se tornaram multidisciplinares.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

STRECK, D.R. Entre emancipação e regulação: (des)encontros entre educação popular e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 44, mai/ago. 2010.

VASCONCELOS, E. M. Educação Popular: de uma Prática Alternativa a uma Estratégia de Gestão Participativa das Políticas de Saúde. *PHISYS: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, n. 14: 67-83, 2004.

OLIVEIRA, W. F. Educação social de rua: bases históricas, políticas e pedagógicas. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos,* Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.135-158, jan./mar. 2007.

Movimento dos Excedentes e o Movimento dos Cem Mil

O Movimento dos Cem Mil é considerado a maior expressão popular das lutas do movimento estudantil contra a política educacional e as atitudes repressivas da ditadura civil-militar implantada em 1964 no Brasil. Apoiado por diversos setores da sociedade civil, o movimento foi convocado como um ato contra as diversas arbitrariedades praticadas pela PM durante as manifestações estudantis ocorridas em 1968. Além de exigir a libertação de diversos estudantes presos no decorrer daquele ano, a passeata incorporou as pautas educacionais do movimento estudantil, como a ampliação das matrículas, uma política de assistência estudantil e a democratização das universidades. Era o contexto dos acordos do governo com os técnicos do Usaid (*United States Agency for International Development*) na formulação da política educacional para as universidades públicas, o que significava a diminuição das políticas assistenciais aos estudantes, a redução das matrículas e a cobrança de anuidades aos estudantes do ensino superior público.

A mobilização dos estudantes em 1968 teve início nos primeiros meses daquele ano, principalmente em torno da política assistencial aos estudantes e da questão dos “excedentes” (estudantes que, aprovados no vestibular, não alcançavam vagas nas universidades públicas). Entre janeiro e março, diversas greves e manifestações foram organizadas pelo movimento estudantil em torno dessas pautas. No Rio de Janeiro, o restaurante universitário do Calabouço transformava-se num espaço de discussão e organização do movimento estudantil. Em 28 de março, a morte do estudante secundarista Edson Luís após a invasão do restaurante pela Polícia Militar desencadeou a sensibilização pública para as lutas estudantis. No seu enterro, foram reunidas mais de 50 mil pessoas.

As manifestações e atos políticos em torno da morte de Edson Luís foram reprimidos violentamente pela Polícia Militar do estado da Guanabara, o que intensificou a simpatia pública pelo movimento estudantil e transformou o direcionamento de suas lutas. Entre abril e maio, os setores mais radicais do movimento estudantil triunfaram na defesa da luta mais ampla contra o governo militar, em vez de deter-se apenas na luta específica pela universidade pública democrática e gratuita.

Durante o mês de junho, ocorreram três grandes episódios de repressão policial ao movimento estudantil. No dia 11, a concentração em frente ao prédio do MEC, no Centro do Rio de Janeiro, transformou-se em passeata devido à forte repressão das forças policiais que cercavam o campus. No dia 18, uma assembleia universitária no campus da UFRJ da Praia Vermelha foi invadida e seus participantes duramente reprimidos. No dia seguinte, uma nova concentração em frente ao MEC acabou transformando a Cinelândia numa praça de guerra, envolvendo também a população que apoiava os estudantes.

Esses episódios tiveram grande repercussão na opinião pública, o que culminou em nova passeata marcada para o dia 26 de junho contra a opressão policial e a libertação dos estudantes presos. A passeata foi apoiada por diversos setores da sociedade civil – intelectuais, advogados, artistas, funcionários públicos, mães, jornalistas, populares – e levou 100 mil pessoas a percorrerem a Avenida Rio Branco, dessa vez sem a presença das forças policiais. Uma Comissão foi escolhida para dialogar com o governo – a Comissão dos Cem Mil – com representantes dos estudantes, profissionais liberais, dos professores, dos religiosos e das mães dos estudantes. As repercussões públicas da passeata também levaram o governo a se pronunciar na formação de um grupo de trabalho para estudar a reforma universitária, o que nunca ocorreu de fato.

Os diálogos empreendidos pela Comissão dos Cem Mil não avançaram devido à resistência do governo em libertar os estudantes presos. Embora em 3 de julho uma nova passeata tenha reunido 50 mil pessoas no Centro do Rio, o restante do ano foi marcado pelos impasses no interior do movimento estudantil, pela intransigência do governo em negociar e pelo aumento da repressão. Em dezembro de 1968, o decreto do AI-5 desarticulou de vez a expressão pública do movimento estudantil, levando muito dos seus membros à luta armada.

Marcelo Dias Lyra Júnior

Fontes

MARTINS FILHO, João Roberto. *O movimento estudantil e a ditadura militar, 1964-1968.* Campinas: Papirus, 1987.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. *68: A paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

VALLE, Maria Ribeiro do. *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e ditadura militar no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

MOVIMENTO FEMINISTA

O movimento de luta feminina por seus direitos teve o seu significado, suas formas de luta e reivindicações alterados ao longo de sua história. A utilização dos termos 'gênero' e 'mulher' estiveram em disputa para caracterizar o movimento e, até hoje, são objetos de discussão. Dessa forma, podemos considerar, atualmente, que o feminismo pode ser definido como toda ação ou intenção que gere um proposto contra a sujeição e discriminação da mulher, ou que demande a ampliação de direitos civis e políticos, para as mulheres, individualmente ou coletivamente. Sob essa acepção, o movimento não postularia obrigatoriamente a contraposição ao 'homem' para balizar suas reivindicações, prendendo-se menos ao ideal de igualdade entre os sexos que ao de luta por direitos.

No Brasil, o movimento remonta ao período imperial, com a reivindicação de que o acesso à educação fosse extensivo às mulheres. É também dessa época, a publicação do livro *Direitos das mulheres e injustiças dos homens* (1832) de Nísia Floresta Brasileira Augusta, que discorria sobre os direitos das mulheres à instrução e ao trabalho. No século XIX, também foram publicadas revistas e jornais com contornos feministas, tais como: *O sexo feminino*, periódico de Francisca Senhorinha da Mota Diniz, que defendia a instrução da mulher como forma de conscientização sobre os seus direitos ao estudo e ao trabalho; *Echo das damas* (1975); *O domingo* (1873); *Jornal das damas* (1873); e *O corimbo* (1884) que chegou a ser publicado até 1944. Esses jornais serviam como uma verdadeira rede de colaboração e solidariedade, além de servirem de espaço para expressão das mulheres. Próximo à virada do século XIX, o direito ao voto feminino passou a fazer parte da pauta de reivindicações do movimento, ao lado da ampliação do acesso ao mercado de trabalho às mulheres. Despontando como protagonistas dessa luta, estavam Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, fundadoras da Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher (1919), que três anos depois seria conhecida como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

A luta sufragista alcançou a sua primeira vitória em 1927, quando o governador do Rio Grande do Norte, José Augusto Bezerra, aprovou lei ampliando o voto para as mulheres. No mesmo estado, em 1929, o município de Lajes elegeu a primeira mulher para prefeita do país. A conquista estadual tornou-se nacional em 1932, com a incorporação desse direito ao Código Eleitoral. No entanto, abrindo-se uma lacuna na participação política com o Estado Novo, o voto feminino só veio a ser exercido nas eleições de 1945. O reconhecimento nacional de escritoras, como Rachel de Queiroz, e os questionamentos quanto à liberdade sexual, o direito ao corpo e ao prazer, também marcaram as reivindicações do movimento na primeira metade do século XX.

Com o golpe militar de 1964, o movimento feminista também se voltou para a luta contra a ditadura e por melhores condições de vida. Em 1975, foi declarado o Ano Internacional da Mulher e a data de 8 de Março passou a ser o dia de luta pelos direitos das mulheres e contra a discriminação do sexo. No mesmo ano, o Movimento Feminino

pela Anistia mobilizou-se nacionalmente, pedindo a anistia dos exilados e presos políticos, influenciando assim o processo de abertura política do país e o fim da ditadura. Diante dos movimentos de contracultura e da criação da pílula contraceptiva, o direito ao prazer, à maternidade a ao aborto também se tornou assuntos para discussão. Em 1977, foi aprovada a lei do divórcio no Brasil, uma antiga demanda do movimento.

No final dos anos 1970 e na década de 1980, o feminismo passou a ser institucionalizado como campo de saber, com o avanço de pesquisas e a expansão do debate acadêmico em congressos, seminários e grupos de estudos, destacando-se nesse campo mulheres como Rose Marie Muraro e Maria Odila Leite da Silva Dias. No campo político, o movimento feminista participou intensamente das discussões da constituinte, conseguindo inserir na legislação importantes demandas como, por exemplo, o direito à igualdade, ampliação da licença-maternidade, aposentadoria para trabalhadoras rurais e 13º salário e férias para as empregadas domésticas. A institucionalização de órgãos estatais de defesa das mulheres também foi marcante no ano de 1985, com a criação das primeiras Delegacias de Defesa da Mulher (DMM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), surgido das reivindicações do Seminário Mulher e Política, realizado no ano anterior.

O CNDM foi absorvido pela Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, em 2002, e, no ano seguinte, já com status de ministério e agora vinculada à Presidência da República, passou a se chamar Secretaria de Políticas para as Mulheres. O órgão tem como objetivo a promoção da igualdade entre homens e mulheres e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação. Com a bandeira de não apenas reduzir a desigualdade de gêneros, a Secretaria possui políticas voltadas para redução da miséria e da pobreza das mulheres. Em 2006, a “Lei Maria da Penha”, que protege a mulher vítima de ameaças e agressões físicas, representou outra importante conquista das mulheres no âmbito institucional. Fora da esfera estatal, o movimento feminista também ampliou sua área de atuação, buscando uma interseção com outros movimentos de minorias, como negros e gays. O surgimento das ONGs (Organizações Não Governamentais), na década de 1990, e a atuação de grupos feministas fora da esfera acadêmica ou governamental, na década seguinte, fortaleceram a militância de rua, originando movimentos como a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), movimento feminista internacional iniciado em 2000, com o objetivo de lançar luz sobre a situação de pobreza e maus tratos aos quais as mulheres são submetidas. Outra marcha, a das Vadias (Slutwalks), cuja primeira edição ocorreu em 2011, em Toronto, Canadá, buscou denunciar a culpabilização das vítimas de estupro, com base na roupa ou no seu comportamento. No Brasil, a primeira Marcha das Vadias ocorreu no mesmo ano, reacendendo a discussão sobre o papel e as reivindicações dos movimentos feministas.

Por fim, é importante destacar a necessidade de falarmos de feminismos, no plural, para destacar os diferentes movimentos, ideias e reivindicações que gravitam ao redor deste conceito. A inserção dos transgêneros também provocou um deslocamento das discussões da pauta política para a problematização das identidades e lugares de fala, tornando evidentes as disputas sobre o termo e a conceituação do pós-feminismo.

Heliene Nagasava

Fontes

COELHO, Mariana. *A evolução do feminismo*: subsídios para sua história. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, vol.17, n.49, p. 151-172, 2003.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Os movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil*. NIEM / UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/os%20movimentos%20feminismtas_cyntia.pdf>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). *Revista Brasileira de História*, vol. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

ZIRBEL, Ilze. Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2007.

MOVIMENTO INTERSINDICAL ANTIARROCHO (MIA)

O Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA) foi criado em 1967 e representou uma reação dos dirigentes sindicais e dos trabalhadores à política antitrabalhista implantada no governo de Castello Branco (1964-67). Após o golpe civil-militar deflagrado em 1964, os sindicatos tornaram-se alvo da política repressiva instaurada pelos militares. Ainda em 1964, o Ministério do Trabalho nomeou interventores de sua confiança para administrar os sindicatos considerados sob "domínio comunista". Com o fim das intervenções sindicais ocorrida de forma progressiva em meados de 1965 e 1966, muitos interventores, por meio de fraudes nos processos eleitorais, foram eleitos diretores das entidades que eles haviam ocupado.

A nova política econômica do governo militar baseava-se, entre outras medidas, no arrocho salarial, considerado uma forma eficaz de combate à inflação e fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico. A chamada "lei do arrocho" regulamentada pela Lei nº 4.725, de 13 de julho de 1965, restringiu o poder normativo da Justiça do Trabalho, ou seja, o poder dessa justiça especial e autônoma de criar normas e condições de trabalho no âmbito das negociações dos dissídios coletivos. Os reajustes salariais passaram a ser controlados rigidamente pelos índices de aumento do custo de vida definidos pelo governo federal. Na prática, os índices dos reajustes salariais passaram a ser estabelecidos nos valores abaixo da inflação. Segundo dados do Dieese, esta política reduziu o rendimento do trabalhador em 15,9%, em 1965, e em 15,3%, em 1966. O arrocho dos salários veio acompanhado da forte repressão aos trabalhadores, que passaram a sofrer perseguição intensa dentro e fora das fábricas. Muitas lideranças expulsas dos sindicatos em 1964 visavam driblar a repressão e reocupar as entidades.

É nesse contexto de reação à política trabalhista repressiva do governo de Castelo Branco (1964-67) que os sindicalistas criam o MIA, reunindo mais de 40 sindicatos por meio de organizações intersindicais em vários estados do país. O movimento intersindical antiarrocho, que contou com a participação do movimento estudantil, teria surgido inicialmente na região do ABC e São Paulo. No Rio de Janeiro, foi criada a Frente Intersindical Antiarrocho; em Minas Gerais, o Comitê Intersindical Antiarrocho; e em São Paulo, o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA). Embora de forma limitada e tímida, pode-se considerar que esse movimento foi um dos mais representativos da reação dos trabalhadores durante o regime autoritário. Entre os anos de 1967 e 1968, foi realizada uma série de encontros regionais que se desenvolveram a partir da Campanha Nacional de Proteção Contra a Política de Arrocho Salarial, de 1967. Porém, o MIA não contou com o apoio da Confederação Nacional dos Trabalhadores Industriais (CNTI) nem da Confederação Nacional dos Trabalhadores no

Comércio (CNTC), organizações bastante comprometidas com os interesses empresariais e do Estado autoritário.

O MIA tinha como objetivo pressionar o governo contra a política econômica que promovia o arrocho salarial. Uma parte do movimento era composta pelas chapas oposicionistas, formadas por antigos dirigentes do PCB e do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), entidade extinta após o golpe, e também por novos militantes integrantes das chamadas "Oposições Sindicais" (ver verbete). Entre as principais lideranças do MIA, estava o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, José Ibrahin, que havia recentemente conquistado a direção daquela entidade vencendo a chapa integrada pelos ex-interventores. Entretanto, outros dirigentes vinculados aos grupos conservadores chamados de "democráticos" pelo novo regime passaram a integrar o movimento. Esses dirigentes preocupavam-se em mostrar às suas bases que eles estavam participando de ações em defesa dos interesses da classe trabalhadora. Receosos de perderem os seus cargos nas próximas eleições sindicais, muitos dirigentes "pelegos", ou seja, aqueles que apoiavam governo, juntaram-se ao MIA. Foi o caso das lideranças do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo do Campo. Ademais, esses dirigentes conservadores viam no Movimento um instrumento de barganha em negociações com as autoridades. Não obstante, a participação dos chamados "pelegos" no MIA também tinha a intensão de controlar a ação dos militantes que estavam na articulação do movimento.

O MIA enfrentou uma série de dificuldades não somente devido à vigilância policial, mas também pelo perfil heterodoxo do movimento. A reunião de líderes opositores ao governo e de "pelegos" provocou enormes divergências sobre a condução e postura do movimento. Para os primeiros, representados por José Ibrahin, o MIA deveria ser uma frente de luta contra a ditadura e a estrutura sindical vigente, ao passo que para os últimos, o movimento deveria ser um espaço de ação moderada que deveria abrir diálogo com o governo. Além disso, o papel limitado do MIA ocorreu em parte devido à não participação das principais confederações e federações sindicais.

Além dos encontros intersindicais, o MIA de São Paulo planejou uma ação de boicote ao Dia do Trabalhador do 1º de Maio de 1968, evento realizado na Praça da Sé, na região central da capital. A ação contou com a criação de um grupo de autodefesa, encarregado para combater a repressão policial. Trabalhadores e estudantes, liderados pelo grupo de Osasco, iniciaram um tumulto durante a presença do governador biônico do estado de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, incendiando o palanque em que discursava o governador. Após o episódio, o MIA de São Paulo foi dissolvido.

Larissa R. Corrêa

Fontes

ALMEIDA, Fernando Lopes. *Política salarial, emprego e sindicalismo, 1964-1981*. Petrópolis: Vozes, 1982, p. 22.

SANTANA, Marco Aurélio. "Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática". Revista *Política & Sociedade*, n. 13, outubro de 2008, p. 279-309.

Sites:

"CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL. 1968 – Contagem e Osasco: o ressurgimento do sindicalismo". <http://www.memoriasindical.com.br>. Acessado em 28 de setembro de 2014.

MOVIMENTO LGBT

A sigla LGBT designa lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Em alguns locais no Brasil, o T, que representa a presença de travestis e transexuais no movimento, também diz respeito a transgêneros, ou seja, pessoas cuja identidade de gênero não se alinha de modo contínuo ao sexo que foi designado no nascimento (*crossdressers*, *dragqueens*, transformistas, entre outros). O movimento LGBT defende uma diversidade de questões predominantemente relacionadas ao gênero e à sexualidade, tendo como mote a defesa de políticas públicas, assistenciais e a luta por direitos.

Mundialmente, a Revolta de *Stonewall* é o marco da luta LGBT. Ocorrido em 1969, na cidade de Nova York, quando os frequentadores do bar *Stonewall Inn,* local conhecido por abrigar um público predominantemente gay, revoltam-se contra as investidas e provocações, de longa data, perpetradas pela polícia. Surgia então o *Gay Pride* e outras manifestações que conseguiram a atenção de inúmeros países. No Brasil, em meados da década de 1970 e diante da efervescência de outros movimentos (como o movimento feminista e o movimento negro), surgiu o movimento homossexual que cresceu e se organizou, transformando-se no MHB (Movimento Homossexual Brasileiro). O movimento travou parcerias com o Estado na luta contra o surto de HIV/AIDS, ocorrido na década de 1980. Essas atividades favoreceram o fortalecimento do movimento homossexual no Brasil e muitas associações e grupos gays foram fundados nesse período a partir do financiamento de programas governamentais e do apoio de instituições internacionais que combatiam a AIDS. A luta contra a epidemia, num primeiro momento, possibilitou que a homossexualidade ganhasse visibilidade, favorecendo o debate em diversos espaços da sociedade.

Em 1995, ocorre a fundação da primeira e maior rede de organizações LGBT brasileira, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis), que reúne cerca de 200 organizações espalhadas por todo o Brasil, sendo considerada a maior rede LGBT na América Latina. Esta promove uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para combater diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei, como o 1151/95, que reconhece a parceria civil, e o 122/2006, que criminaliza a homofobia, além da contínua campanha contra a AIDS.

Outros pontos de tensão para o movimento surgem, porém ditados por dinâmicas particulares de cada segmento: a questão da prostituição, o combate à violência e a garantia do acesso e permanência na escola, temas mais caros às organizações de travestis; a demanda pelo acesso às transformações corporais que promovam a adequação dos corpos às identidades de gênero, que ganham destaque entre os transexuais; demandas por adequação da identidade jurídica (mudança de prenome) e pela possibilidade de uso e reconhecimento do nome social em serviços de saúde e

escolas, entre outros, que unem travestis e transexuais na luta por direitos. Enfim, a luta contra a discriminação e a violência e pelo respeito à laicidade do Estado fazem com que se unam os diferentes segmentos que compõem o movimento LGBT.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. Políticas públicas e crítica queer algumas questões sobre identidade LGBT. *Psicologia e Sociedade*, 26(2), 2014. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/psoc/v26n2/a06v26n2.pdf>. Acessado em 24 de outubro de 2014.

Sites:

"Histórico de luta LGBT no Brasil". Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx>. Acessado em 26 de outubro de 2014.

"História do movimento LGBT". Disponível em: <http://www.cepac.org.br/agentesdacidadania/?page_id=185>. Acessado dia 24 de outubro de 2014.

MOVIMENTO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS (MNDH)

Fundado em 1982, o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) caracteriza-se por ser organizado pela sociedade civil, democrático, ecumênico e suprapartidário. Atualmente, abrange todo o território nacional e forma uma rede com mais de 400 entidades filiadas. O MNDH é tido como principal articulação de luta e promoção dos direitos humanos, com reconhecimento internacional. Sob o eixo LUTA PELA VIDA CONTRA A VIOLÊNCIA, o movimento atua na promoção de Direitos Humanos em sua universalidade, interdependência e indivisibilidade, fundado nos princípios estabelecidos pela Carta de Princípios (Carta de Olinda) de 1986.

De acordo com o XV Encontro/Assembleia Nacional, realizado em Vitória, ES, entre os dias 18 a 21 de abril de 2008, o MNDH adotou como tema central a radicalização da luta por direitos humanos, ou seja, reafirmar a intransigência para com todas as formas de violação dos direitos humanos que geram vítimas individuais e coletivas que não têm seus direitos humanos realizados. O encontro buscou refletir sobre a definição de estratégias que visam fortalecer a luta popular pela integralidade e exigibilidade dos direitos humanos. Percebeu-se a necessidade de identificar, nos diversos campos de atuação, os principais entraves institucionais e conjunturais que dificultam a luta pelos direitos humanos no Brasil. O MNDH visa garantir a proteção da pessoa humana em sua dignidade e direitos, afirmando que os direitos humanos são exigíveis em suas diversas formas, sobretudo, pela resistência, pela mobilização e pela luta dos excluídos. Nesse sentido, radicalizar a luta por direitos humanos significa, sobretudo, reafirmar o compromisso com a construção de novas opções para o Brasil, de modo que a violência e a desigualdade sejam superadas e que a diversidade e a pluralidade sejam valorizadas. Entre os desafios enfrentados pelo Movimento está o de democratizar a comunicação. Para o MNDH, ampliar e garantir as condições amplas para que os meios de informação e de comunicação estejam disponíveis a todos é um processo fundamental. Da mesma forma, entende-se que é fundamental combater os monopólios da comunicação, uma vez que se pode influenciar a formação da opinião pública e a construção de direitos. Outro desafio recai sobre a necessidade de refletir e criar estratégias para enfrentar os modelos de desenvolvimento excludentes e violadores dos Direitos Humanos.

Entre as diversas atividades realizadas pelo MNDH, destacou-se o seu apoio ao Programa Nacional de Direitos Humanos ((PNDH 3), lançado pelo governo federal em 21 de dezembro de 2009, apresentado pelo ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi. Quando lançado, o PNDH 3 sofreu uma série de críticas da grande imprensa e dos setores conservadores. Nesse sentido, o MNDH manifestou publicamente o seu repúdio às muitas inverdades e posições contrárias ao PNDH 3, por entender que o Programa dava um passo à frente no

sentido de o Estado brasileiro assumir direitos humanos em sua universalidade, interdependência e indivisibilidade como política pública. O MNDH e suas entidades filiadas, além de outras centenas de organizações, participaram ativamente deste processo de gestão do PNDH 3, embora tenha afirmado que o Programa não incluiu as exigências mais avançadas da agenda popular de luta por direitos humanos. Em nota publicada no dia 31 de dezembro de 2009, o MNDH reiterou sua manifestação na qual cobra do governo brasileiro coerência com os compromissos constitucionais e com os compromissos internacionais com a promoção e proteção dos direitos humanos.

O MNDH desenvolve um conjunto de ações de monitoramento dos compromissos brasileiros em direitos humanos, com destaque para os seguintes temas: 1) produção do Relatório Periódico sobre a Situação dos Direitos Humanos no Brasil; 2) a produção do Contra Informe da Sociedade Civil sobre o cumprimento do Pidesc (Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Além dessas atividades, o MNDH também participa do novo instrumento do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Essas duas principais ações são desenvolvidas pelo MNDH em conjunto com a Articulação de Parceiros de Misereor no Brasil, a Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Dhesca Brasil) e o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Europeias e suas Contrapartes no Brasil (PAD) por meio de projeto apoiado por Misereor, agência católica alemã.

Larissa R. Corrêa

Fontes

Sites:

Nota do MNDH publicada em 11 de janeiro de 2010, disponível em: <http://pndh3.com.br/geral/mndh-movimento-nacional-de-direitos-humanos/>, acessado em 9 de novembro de 2014.

“História e missão” e “Monitoramento em Direitos Humano”, <http://www.mndh.org.br>, acessado em 9 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DE FAVELAS

Movimento social de base comunitária que ao longo da sua trajetória articulou-se na luta pelos direitos dos moradores das favelas. Além de reivindicações que buscavam garantir o direito de propriedade da terra, maior acesso a equipamentos urbanos e melhores oportunidades sociais e educacionais para os seus moradores, este movimento acabou colocando em pauta temas como a criminalização dos favelados e a necessidade de reconhecimento da favela como parte integrante da paisagem urbana das grandes cidades.

É possível que o movimento tenha começado juntamente com o próprio surgimento das favelas. A estigmatização, a total ausência de serviços públicos em seus espaços e as constantes ameaças de erradicação das favelas por parte do poder público, certamente motivaram articulações entre os favelados na luta coletiva pelo direito de morar, desde o início do século XX. Os primeiros movimentos organizados de moradores de favelas, porém, remontam aos anos 1920. Por meio dos Centros Pró-Melhoramentos, moradores de bairros e favelas do Rio de Janeiro buscavam trazer melhorias, tais como serviços de transporte e fornecimento de luz elétrica para os locais menos abastados da cidade. Desarticulados após a decretação do Estado Novo (1937-1945), esses centros deram origem às associações de moradores que começaram a surgir durante chamado intervalo democrático (1945-1964) e a entidades, tais como: a União dos Trabalhadores Favelados (UTF), criada no Rio de Janeiro em 1954; a Federação das Sociedades de Amigos de Bairros e Vilas de São Paulo (Fesab), em 1954; a Coligação dos Trabalhadores favelados do Distrito Federal, em 1957; a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) e a Sociedade de bairros de Salvador, em 1959. A luta pela posse da terra, contra as remoções capitaneadas pelo Estado e por melhorias urbanas nas favelas configuravam algumas frentes de luta do movimento nesse período.

Procurando neutralizar a influência do Partido Comunista do Brasil (PCB) nas favelas, foi criada, em 1946, na então capital federal Rio de Janeiro, a Fundação Leão XIII. Com o objetivo de assistir os moradores das favelas, a Fundação conseguiu obter algumas melhorias para essas localidades, como abastecimento de água e fornecimento de energia elétrica para algumas (poucas) comunidades, bem como buscou atuar em oposição às remoções que, por sua vez, aceleraram-se ao longo das décadas de 1960 e 1970. Por outro lado, a Fundação Leão XIII colaborou com o Serviço de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiências (Serpha) – órgão da administração municipal do Rio de Janeiro para a criação de diversas associações nas favelas com o objetivo de torná-las instrumentos de controle político e eleitoral. Em 1963, essa tensa relação entre Igreja e Estado transformou a Fundação Leão XIII em autarquia estadual.

A decisiva atuação do movimento associativo de moradores favelados contra as remoções somou forças por meio da criação da Federação das Associações das Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG), em 1963. Diante da ampla mobilização de

associações civis de favelas em torno desta e de outras entidades, a FAFEG, assim como a FTFBH e a Fesab sofreram intervenção durante o regime civil-militar de 1964 e suas principais lideranças foram indiciadas. Durante a ditadura, as associações passaram por um longo período de burocratização. Assumindo, na prática, as funções do Estado ao gerir os serviços de água, luz e esgotos nas comunidades, as associações passaram também a colaborar com o governo na política de remoções. Entre 1968 e 1975, sessenta favelas foram extintas no Rio de Janeiro e cem mil moradores foram removidos para áreas periféricas da cidade.

Em fins dos anos 1970, observamos uma rearticulação dos movimentos sociais, associativos e sindicais em todo o país. A antiga FAMEG, agora com a denominação de Federação das Associações dos Moradores de Favelas do Rio de Janeiro (Faferj), foi reativada juntamente com outras associações civis de favelados existentes no país. Essas passaram a atuar contra a política de remoções e iniciaram um movimento de retomada das associações de moradores que se encontravam sobre tutela do Estado. A Pastoral das Favelas, criada em 1977 a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), também desempenhou um papel importante na luta pela posse da terra das populações faveladas, oferecendo serviços de assistência jurídica para as famílias ameaçadas de remoção pelo poder público.

Foi nesse mesmo período que alguns representantes do movimento de favelados passaram por uma espécie de inflexão na sua forma de atuação. Os mutirões, que exerciam um papel importante na articulação coletiva dos moradores das favelas, passaram a ser questionados, dando lugar a um discurso mais direto de cobrança e responsabilização das autoridades de melhorias urbanas nas favelas. Por outro lado, a ausência de políticas públicas voltadas para a urbanização das mesmas intensificou a chamada "política da bica d'agua", que consistia na barganha de votos de lideranças partidárias em troca de pequenas melhorias nas comunidades. Foi nesse momento que a Faferj, acusada de manter estreitas relações com o chaguismo, passou por um "racha" que levou a uma situação de duplicidade dessa entidade até 1982.

A mudança de postura de alguns governos municipais e estaduais com as favelas, concedendo-lhes títulos de propriedade das terras e realizando alguns projetos de urbanização nessas localidades a partir dos anos 1980 intensificou as lutas por melhorias na infraestrutura e na segurança das comunidades, que levantavam bandeiras pela conquista da cidadania e pelo direito à cidade de seus moradores. A participação mais efetiva das associações na costura dessas políticas, seja por meio de conselhos ou até mesmo da incorporação de líderes comunitários nos quadros de funcionários do governo, conferiu mais democracia ao processo ao mesmo tempo em que acirrou a competição entre as associações pela distribuição de cargos e recursos governamentais. Dessa maneira, o poder de barganha dos dirigentes comunitários junto ao poder público passou a se sobrepor à capacidade de pressão das próprias associações. Além disso, o poder exercido pelo tráfico de drogas passou a disputar espaço dentro das associações de moradores e a ameaçar, cooptar e assassinar lideranças que lhes fazia frente. A atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) dentro das favelas acabou fragilizando ainda mais as condições de representatividade do movimento associativo de moradores nesses locais. Hoje, iniciativas como a Central Única das Favelas (Cufa), o

Movimento Popular das Favelas, a Frente de Luta Popular (FLP), a ONG Viva Rio e a Agenda Social Rio vêm tentando articular ONGs, associações de moradores e diferentes entidades da sociedade civil na luta contra a criminalização dos moradores das favelas e pelo reconhecimento das favelas como parte integrante das grandes cidades.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

AMOROSO, Mauro; GONÇALVES, Rafael Soares. União como acesso à cidade: a UTF entre a história e a memória do movimento associativo de favelas do Rio de Janeiro. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,* nº 7, p. 175-190, 2013.

BRUM, Mario Sergio. Da luta pelo solo urbano à negociação pela urbanização: associativismo em favelas cariocas na democratização. *Perseu,* ano 6, nº 5, p. 70-95, 2011.

GRYNSZPAN, Mario; PANDOLFI, Dulce. Poder público efavelas: Uma relação delicada. *In:* OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002, p. 238-255.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio; LEITE, Marcia Pereira. Favelas e democracia: temas e problemas das ações coletivas nas favelas cariocas. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio et. al. (orgs.). *Rio: a democracia vista de baixo.* Rio de Janeiro: Ibase, 2004. p. 61-78.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues de. O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e bairros populares (1956-1964). *Revista Mundos do Trabalho,* vol. 4, nº 7, pp. 100-120, jan.- jun. 2012.

MOVIMENTO ESTUDANTIL DE 1977

O ano de 1977 foi marcado por diversas manifestações estudantis, as quais, após anos de dura repressão, foram um marco para a história do Movimento Estudantil (ME) e seu processo de reorganização. Tais ações tiveram caráter pioneiro nas lutas pelo retorno da democracia no Brasil, no contexto de abertura política do regime militar, após 1974. A partir de março de 1977, houve uma escalada de manifestações do ME que, tendo início em São Paulo, irradiaram-se pelo país. Suas pautas apresentaram reivindicações internas às universidades, a defesa de liberdades democráticas e a reconstrução das entidades do ME. A ação repressiva sobre o ME teve como resposta seu fortalecimento. Um dos desdobramentos das ações daquele ano foi a realização do III Encontro Nacional de Estudantes (III ENE), momento importante do processo de reconstrução da UNE.

A primeira manifestação pública ocorrida em São Paulo no ano de 1977 deu-se no dia 30 de março, por iniciativa do Diretório Central dos Estudantes-Livre (DCE-Livre) da Universidade de São Paulo (USP) com o apoio da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e outras faculdades particulares. O protesto expôs os problemas do ensino superior, como a necessidade de verbas, e foi alvo de uma intervenção policial que prendeu 13 estudantes. Até abril daquele ano, outras ações ocorreriam em diversas universidades, como as greves na Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e na Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as assembleias contra o aumento dos preços do bandejão na UFRJ. A luta estudantil não era unificada nacionalmente, o que o impedia o ME de ter coesão e continuidade em suas manifestações. Mesmo assim, os estudantes fizeram lutas emblemáticas como o repúdio à edição do "Pacote de abril", que propunha medidas de caráter autoritário, e deram continuidade aos protestos naquele ano.

Às vésperas de uma manifestação de 1° de Maio, 8 jovens paulistas foram presos por transportarem panfletos que convocavam trabalhadores para a manifestação. Em resposta às prisões, houve um protesto na PUC-SP no dia 3 de maio, e no dia 5 foi realizada uma passeata que se iniciou no Largo de São Francisco e seguiu ao viaduto do Chá. Mesmo sob a repressão policial, os manifestantes reivindicavam a libertação dos estudantes presos, a anistia ampla e irrestrita e liberdades democráticas. Aquele início de mês foi marcado por diversas manifestações estudantis. Houve prisões em São Carlos e em Curitiba, greve na PUC-SP, paralisação na faculdade Casper Líbero, em São Paulo, e concentrações de estudantes na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e PUC-RJ. Foi dentro desse contexto de mobilização que nasceram os Dias Nacionais de Luta contra a ditadura, os quais representaram o propósito do ME de busca por unidade. A radicalização estudantil seria duramente recebida pela ditadura e os protestos vindouros tiveram sua divulgação pela imprensa proibida.

No dia 19 de maio ocorreu um ato público com o propósito de deflagrar uma greve geral dos estudantes. Posteriormente nomeado de Primeiro Dia Nacional de Luta, o ato apresentou intensas manifestações nas principais capitais do país (Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Salvador, Brasília e Manaus, entre outras) e em cidades do interior de São Paulo. Em 15 de junho, ocorreu o Segundo Dia Nacional de Luta, tido como um dos protestos de maior repressão policial. Tais atos não foram grandes e em alguns momentos evidenciaram a debilidade organizacional do ME. O Terceiro Dia Nacional de Luta, em 23 de agosto, retomou com força a mobilização estudantil no país. O ato foi uma resposta às arbitrariedades cometidas pela reitoria da Universidade de Brasília (UnB) contra estudantes mobilizados. A ação da polícia foi brutal em todas as cidades com manifestações.

A partir da avaliação que apenas uma entidade a nível nacional poderia unificar a luta estudantil, conjuntamente às manifestações daquele ano, buscou-se a reconstrução da UNE. Após duas tentativas frustradas, a primeira em 4 de junho, na UFMG, e a segunda em 21 de setembro, na USP, o III ENE realizou-se secretamente no dia 22 de setembro nas dependências da PUC-SP. Entre os temas da pauta do encontro estavam a anistia, a Constituinte e a reconstrução da UNE. Uma comissão pró-UNE foi criada e encarregada de dar andamento ao congresso de reconstrução da entidade. O congresso de refundação da UNE aconteceu em 1979, em meio ao ápice das manifestações populares, a partir do ano 1978, e do fortalecimento da luta pela redemocratização.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

LACERDA, G. E. Memória e História: o Movimento Estudantil em tempos de transição democrática (1974-1984). In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. ANPUH, São Paulo, 2011.

SANTOS, J. de S. *A atuação das tendências políticas no Movimento Estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da Ditadura Militar dos anos 70*.Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

MOVIMENTO PELO IMPEACHMENT DO PRESIDENTE COLLOR

Movimento surgido em agosto de 1992, quando milhares de manifestantes saíram às ruas, em diversas cidades brasileiras, exigindo o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. Liderados pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), secundaristas e universitários puseram-se na linha de frente do movimento que, em 16 de agosto de 1992, promoveu a sua primeira manifestação.

Alguns dias antes, em 13 de agosto, o presidente Fernando Collor, sentindo-se acuado após inúmeras denúncias de corrupção e de tráfico de influência, conclamou a população, em rede nacional de rádio e televisão, que saísse às ruas vestida de verde e amarelo, em apoio ao seu governo. Em contrapartida, as ruas acabaram sendo tomadas por manifestantes vestidos de preto, que exigiam o fim do seu mandato. Estima-se que somente em Brasília mais de 100 mil pessoas concentraram-se em frente ao Palácio do Planalto para pedir a renúncia do presidente. Esse dia ficou conhecido como “Domingo Negro” e foi marcado por manifestações contra o governo em pelo menos dez capitais brasileiras. Após esse primeiro ato, o movimento ganhou maiores proporções e também novas cores. Os manifestantes começaram a pintar seus rostos com as cores da bandeira nacional e, por esse motivo, ficaram conhecidos como “caras pintadas”. Vestiam-se de preto, como forma de ostentar um luto simbólico, e pintavam os rostos de verde e amarelo, para demonstrar patriotismo.

Duas semanas após o pedido de apoio feito por Collor, o país estava tomado por manifestações pró-impeachment. No dia 25 de agosto, elas ocorreram em 31 cidades brasileiras e mobilizaram mais de 500 mil pessoas. As manifestações eram muito heterogêneas, sendo formadas por pessoas de diversos segmentos da sociedade. No entanto, a mídia elegeu o jovem como o típico representante do movimento pró-impeachment.

A força do movimento pelo impeachment de Fernando Collor pode ser compreendida a partir da análise do contexto histórico do período. Em 1989, Collor foi o primeiro presidente eleito, através do voto direto, após o fim da ditadura militar, que vigorou no país por cerca de 21 anos (1964-1985). As eleições geraram ampla expectativa na população, que aguardava ansiosa pelas medidas a serem tomadas para conter a inflação, que chegava a 4% ao dia. Além disso, em sua campanha, Collor prometera moralizar a política, além de cassar os “marajás”. Logo que tomou posse, o novo presidente decretou o Plano Brasil Novo, popularmente conhecido como Plano Collor, confiscando os saldos da poupança e de outros investimentos, congelando preços e salários, dentre outras medidas. O resultado foi desastroso, a inflação atingiu índices alarmantes, as taxas de desemprego cresceram e o país viu-se mergulhado em uma recessão. Somado aos problemas na economia, o presidente perdia prestígio

popular devido às crescentes denúncias de corrupção. Em maio de 1992, Pedro Collor, irmão do presidente, em entrevista à revista Veja, descreveu operações ilegais de Paulo César Farias, que envolviam o presidente. Pedro Collor acusou o irmão de conivência com os crimes de PC Farias, que seria seu "testa-de-ferro". Diante da gravidade das acusações, a Polícia Federal abriu um inquérito para investigar as atividades de PC Farias e a Câmara dos Deputados aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar as denúncias.

As investigações foram acompanhadas atentamente pela população, que viu seus anseios por melhorias e mudanças no país totalmente frustrados. Fernando Collor, eleito por representar o novo, agora tinha sua imagem atrelada à corrupção, àquilo que a população não queria mais para o país. Por esse motivo, o movimento pelo seu impeachment foi tão mobilizador.

Quando o Congresso aprovou o afastamento do presidente – que na prática consubstanciou-se no próprio fim do mandato – o movimento pelo impeachment esmoreceu, e, quando Collor renunciou, os manifestantes saíram momentaneamente de cena com a sensação de vitória, ainda que o tão esperado impeachment não tivesse ocorrido.

Marina Mesquita Camisasca

Fontes

BADIN, Luís Armando. Impeachment. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

DIAS, Luiz Antonio. Política e Participação Juvenil: os "caras pintadas" e o movimento pelo impeachment. *História Agora* – A Revista de História do Tempo Presente, vol. 4, p. 1-18, 2008.

JUNIOR, Brasilio Sallum; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. O Impeachment do Presidente Collor: a literatura e o processo. *Lua Nova*, vol. 82, p. 163-200, 2011.

LEMOS, Renato. Fernando Collor. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos – Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, n° 5 e 6, p. 134-150, 1997.

PIVA, OTÁVIO. *Presidencialismo sem coalizão: a ruptura do modelo de relacionamento entre poderes no governo Collor*. Dissertação de mestrado. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010, p. 87-97.

QUINTÃO, Thales Torres. Os *media* e a construção dos caras-pintadas. *Revista Todavia*, ano 1, nº 1, p. 103-117, 2010.

MOVIMENTO NEGRO (1964-1988)

O golpe de 1964, assim como para outros movimentos sociais e organizações de esquerda, teve um forte impacto na organização das lutas políticas do movimento negro. A perseguição aos militantes negros provocou a desarticulação e um refluxo na mobilização do combate ao preconceito racial. Os militantes passaram a ser bastante estigmatizados e acusados pelo aparato repressivo autoritário de criar um problema que supostamente não exista – o racismo brasileiro. Com os militares no poder, o tema do racismo perdeu espaço público, foi praticamente banido dos debates e deixou de ser uma questão social. Em seu lugar, enfatizava-se imagem do Brasil como uma democracia racial. No final da década de 1970, período de ascensão dos movimentos sociais e do "novo sindicalismo", o movimento negro voltou a se reorganizar.

Após o golpe, algumas organizações negras tiveram que se transformar em entidades culturais e de lazer, como ocorreu com o Centro de Cultura e Arte Negra, fundado na cidade de São Paulo, em 1969. No início dos anos 1970, devido ao fato de a militância negra buscar atuar mesmo diante de situações de forte repressão política, surgiu um movimento cultural negro que se expressava por meio de vários novos grupos de teatro, música e dança espalhados em diversas cidades brasileiras. Em 1972, por exemplo, um grupo de estudantes e artistas formou na cidade de São Paulo o Centro de Cultura e Arte Negra (Cecan). Alguns jornais da imprensa negra alternativa foram lançados nesse período, entre eles, *Árvores das Palavras* (1974), *O Quadro* (1974), em São Paulo; *Biluga* (1974), em São Caetano, SP; e *Nagô* (1975), em São Carlos, SP. Outras ações do movimento negro também ocorreram nas capitas do Rio Grande do Sul, com a criação do Grupo Palmares, em 1971, tido como o pioneiro na defesa da substituição as comemorações do 13 de Maio para o 20 de Novembro – hoje reconhecido em vários estados e municípios como o Dia da Consciência Negra. No Rio de Janeiro, eclodiu um movimento de *Soul* entre a juventude negra, mais tarde conhecido como *Black Rio*. Em 1976, foi fundado, no mesmo estado, o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN). No Rio de Janeiro, no início da década de 1970, também floresceu a militância negra no teatro. Uma das suas maiores expressões foi o Teatro Profissional do Negro (Teprom), criado pelo ator, diretor e dramaturgo maranhense Ubirajara Fidalgo. Ele organizou uma série de montagens teatrais de temática afro-brasileira abordando o tema do racismo.

No entanto, a partir de 1978, com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), a luta de combate ao racismo ganhou força como movimento político de enfrentamento ao regime ditatorial. A formação do MNU foi bastante influenciada pela luta dos direitos civis dos negros norte-americanos e pelo papel exercido pelos líderes Martin Luther King, Malcon X e pelos Panteras Negras, assim como pelos movimentos de libertação nacional dos países africanos, sobretudo pelas guerras contra o colonialismo português que levaram à independência de Angola e de Moçambique. Da mesma forma, a militância negra acompanhou com grande interesse o movimento negro

contra o apartheid na África do Sul. Esses movimentos internacionais foram fundamentais para a construção de um discurso mais radicalizado contra a discriminação racial. A organização marxista, de orientação trotskista – Convergência Socialista – também exerceu papel importante nas origens da criação do MNU. O jornal *Versus*, publicado pela Convergência Socialista entre os anos de 1977 e 1979, dedicava uma coluna intitulada "Afro-Latino América", escrita pelo núcleo socialista negro.

Um dos marcos da história do Movimento Negro foi o ato público, no dia 7 de julho de 1978, em repúdio aos dois fortes episódios de discriminação racial, o primeiro sofrido por quatro jovens negros impedidos de frequentar o Clube de Regatas Tietê, e a morte do trabalhador negro Robson Silveira da Luz, torturado até a morte por policiais no Distrito de Guaianases. O ato reuniu cerca de duas mil pessoas e obteve grande repercussão, tendo comparecido diversos grupos de militância negra, entre eles, Cecan, Grupo Afro-Latino América, Câmara do Comércio Afro-Brasileiro, Jornal Abertura, Jornal Capoeira, Grupo de Atletas e Grupos de Artistas Negros. Com o ato, foi criado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), que mais tarde passou a se intitular apenas Movimento Negro Unificado (MNU).

Em seu Programa de Ação, de 1982, o MNU tinha como pauta as seguintes reivindicações: 1) desmistificação da democracia racial brasileira; 2) organização política da população negra; 3) transformação do Movimento Negro em movimento de massas; 4) formação de um amplo leque de alianças na luta contra o racismo e a exploração do trabalhador; 5) organização para enfrentar a violência policial; 6) organização nos sindicatos e partidos políticos; 7) luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares; 8) apoio internacional contra o racismo no país. Paralelamente à organização do MNU, observou-se a rearticulação da imprensa negra. Entre os principais jornais produzidos entre o final da década de 1970 e primeira metade dos anos 1980, destacam-se: *SINBA* (1977), *Africus* (1982), *Nizinga* (1984), no Rio de Janeiro; *Jornegro* (1978), *O Saci* (1978), *Abertura* (1978), *Vissungo* (1979), em São Paulo; *Pixaim* (1979), em São José dos Campos, SP; *Quilombo* (1980), em Piracicaba, SP; *Nêgo* (1981), em Salvador, BA; *Tição* (1977), no Rio Grande do Sul, além da revista *Ébano* (1980), em São Paulo, (Domingues, 2007).

Pode-se dizer que o MNU contribuiu para uma maior organização da militância negra e exerceu um papel fundamental na sensibilização dos grupos de esquerda sobre a importância e a especificidade da questão racial na sociedade brasileira. De acordo com um levantamento feito no ano de 1988, havia 343 organizações negras de todos os tipos, sendo 138 delas estabelecidas em São Paulo, 76 no Rio de Janeiro, 33 em Minas Grais, 27 na Bahia e o restante localizadas nos demais estados.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, o movimento de mulheres negras ganhou força atentando para certas especificidades na forma como mulheres e homens sofrem a discriminação racial. Em 1988, foi criado o GELEDÉS, uma organização política com objetivo de combater o racismo e valorizar as mulheres negras. Em 2001, 25 entidades, incluindo o GELEDÉS, fundaram a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras.

Os anos pós-Constituição de 1988 registraram avanços nas lutas institucionais dos movimentos afro-brasileiros contra o racismo e até mesmo numa maior aceitação da

discussão dessa temática por parte da sociedade. Com a Constituição de 1988, a prática de racismo tornou-se crime inafiançável, imprescritível e sujeito à pena de reclusão. Em 1989, foi promulgada a Lei 7.716/89, conhecida como Lei Caó por ter sido proposta pelo deputado negro Carlos Alberto de Oliveira, conhecido como Caó.

Fontes

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [online]. 2007, vol.12, n.23, p. 100-122.

TRAPP, Rafael Petry e SILVA, Mozart Linhares da. Movimento Negro no Brasil contemporâneo: estratégias identitárias e ação política. *Revista Jovem Pesquisador,* Santa Cruz do Sul, v. 1, p. 89-98, 2010.

MOVIMENTO CONTRA O GENOCÍDIO NEGRO

O Movimento contra o Genocídio Negro reúne trabalhadores ligados a diversas organizações sociais (principalmente ao Movimento Negro) do campo e da cidade na luta contra o racismo e a morte de diversas negras e negros espalhados por todo o Brasil. Para muitos militantes negros, a causa do genocídio encontra-se na desigualdade racial que se cruza umbilicalmente com a condição social, assim, a cor da pele retroalimenta a exclusão econômica e social e as questões educacionais, de entrada no mercado de trabalho e, sobretudo, de exposição a situações de violência. As estatísticas corroboram a argumentação do Movimento, pois, segundo o levantamento "Mapa da Violência", realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos, morreram proporcionalmente 146,5% mais negros do que brancos no Brasil, em 2012. E entre 2002 e 2012, o número de homicídios de jovens brancos caiu 32,3%, ao passo que o de jovens negros aumentou 32,4%. Os dados nacionais sobre violência letal revelam que os negros são as principais vítimas de homicídios e entre estes, os mais vitimados são os jovens.

A denúncia da participação desproporcional de negros como vítimas de homicídios não é assunto recente, tanto que o Movimento Negro Unificado (MNU) quando de sua fundação, em 1978, realizou ato que denunciava muitas violências sofridas pela população negra e, especificamente, a tortura e morte de um homem negro dentro das dependências de uma delegacia policial. O mesmo MNU, em 1995, entregou ao presidente Fernando Henrique Cardoso o documento Marcha Zumbi dos Palmares, contra o racismo, pela cidadania e pela vida, que afirmava no capítulo referente à violência que "[...] de 1970 a 1992 a Polícia Militar de São Paulo matou cerca de 8.000 pessoas; das 4.170 vítimas identificadas, 51% eram negras, numa cidade em que, segundo o IBGE, os negros somam 25% da população". Ainda sobre os centros urbanos, a violência contra a população negra é geralmente encontrada na tríade: ações do crime organizado, de grupos de extermínio e incursões policiais. Todas atuam com maior rigor nas áreas periféricas e com confrontos acirrados onde usam armas pesadas.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Brasil 2005 – Racismo, pobreza e violência, produzido pelo Programa Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), corrobora o levantamento Mapa da Violência realizado pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos ao demonstrar que os negros são as maiores vítimas não só dos criminosos, mas também da polícia e que a proporção de pretos e pardos entre os mortos pela polícia é maior que na população não negra. Assim, o peso desproporcionalmente alto dos negros entre as vítimas mortas nas ações policiais constitui, segundo as organizações, claro indício da existência de viés racista nos aparelhos de repressão. Recentemente, as organizações que alicerçam o Movimento contra o Genocídio Negro organizaram a Marcha contra o Genocídio do Povo Negro em várias cidades do país, e no dia 28 de agosto de 2014, foi realiza sua segunda edição. Esta articula organizações, movimentos, coletivos e várias instituições da sociedade

civil com o intuito de denunciar a violência, bem como de discutir e implementar políticas públicas que a evitem, mas que, principalmente, combatam o racismo em todas as dimensões da vida pública para que os direitos humanos sejam direitos de todos.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE). *Relatório Parcial do Projeto "Movimentos Sociais e Esfera Pública – Impactos e desafios da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas governamentais*. CBAE, 2014, 496-506.

SILVA, Rodnei J. da, CARNEIRO, Suelaine. *Violência racial: uma leitura sobre os dados de homicídios no Brasil*. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra; Global Rights Partners for Justice, 2009.

Sites:

"Marcha contra genocídio negro mobiliza trabalhadores do campo e da cidade". Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/16442>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"Movimento Negro realiza marcha nacional contra o genocídio". Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br/audio/movimento-negro-realiza-marcha-nacional-contra-o-genoc%C3%ADdio>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"Confirmado protesto contra o genocídio do povo negro em todo o Brasil". Disponível em: <http://negrobelchior.cartacapital.com.br/2014/08/21/confirmado-protestos-contra-o-genocidio-do-povo-negro-em-todo-o-brasil>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

"Reportagem: no Brasil, duas a cada 3 vítimas de homicídios são negras". Disponível em: <http://periferiaemmovimento.wordpress.com/2013/08/19/reportagem-no-brasil-duas-a-cada-tres-vitimas-de-homicidios-sao-negras>. Acessado em 16 de novembro de 2014.

MOVIMENTOS CULTURAIS DA PERIFERIA

Manifestações culturais de diferentes estilos que buscam por meio da música, da dança, da literatura, das artes plásticas, do vestuário, do vocabulário, expressar a sua identidade e canalizar as suas denúncias e reivindicações. Ainda que a periferia não configure um elemento central na afirmação das identidades culturais de todos estes movimentos, a experiência de exclusão econômica e social, bem como o protagonismo juvenil e a busca de canais alternativos para divulgação da sua arte podem ser apontados como alguns dos traços comuns entre eles.

Até os anos 1980, periferia era sinônimo de pobreza, precarização, segregação social e espacial. Nesse mesmo período, os chamados "novos movimentos sociais" já vinham se mobilizando a fim de recolocar em cena as demandas dessas regiões populosas e situadas à margem das grandes metrópoles. A "cultura da periferia", no entanto, ainda não era partilhada como algo passível de gerar positividade e um grau de identificação comum. O movimento punk, que era formado em sua maioria por jovens moradores dos subúrbios, utilizava os espaços públicos dos grandes centros – e não as periferias – como *locus* principal para os seus encontros e manifestações. A ocupação da *urbe*, com as suas roupas, acessórios, som, letras de música e comportamento *punk*, procurava chamar a atenção para o colapso de toda a sociedade e não apenas das periferias de onde se originavam seus membros.

Foi somente em meados dos anos 1990, principalmente a partir da expansão do movimento hip-hop, que a periferia passou a ser vista como um espaço produtor de cultura e de afirmação identitária. Através dos quatro elementos do hip hop reconhecidos internacionalmente – o rap, o break, o grafite e os MCs – e também de outras manifestações que ganharam ênfase no Brasil, tais como a literatura e o basquete de rua, o movimento hip hop, que nasceu e se desenvolveu com grande expressividade no estado de São Paulo, influenciou movimentos culturais nas periferias de diferentes partes do país. No Rio de Janeiro, ONGs como o *AfroReggae* e *Nós do Morro* e organizações como a Cufa (Central Única das Favelas), criada pelo *rapper* MV Bill, estimulam a produção cultural dos jovens das favelas, buscando valorizar a periferia como um local de produção cultural e de exercício da cidadania; no Recife, o movimento *Mangue Beat*, que se caracterizou pela mistura de ritmos tradicionais regionais (maracatu, frevo, forró, coco, caboclinho, entre outros) com o hip hop, funk e hardcore e que notabilizou grupos como Chico Science e Nação Zumbi, Fred O4 e Mundo Livre S.A, encontrou na metáfora do mangue um terreno fértil para um hibridismo inovador de culturas periféricas e populares, inspirando não só uma profusão de novos grupos do gênero em Pernambuco, mas estimulando também a criação de projetos sociais em comunidades carentes do Recife, tais como o projeto *Acorda* Povo, articulado pelos grupos Nação Zumbi e Devotos, e a grife de moda *Alto Falante.*

Em São Paulo, ainda que recentemente o rap venha perdendo espaço para o funk, grupos de rap paulistas como Racionais MCs tiveram (e ainda têm) um papel

fundamental na denúncia das injustiças sofridas pelos moradores das periferias e na construção de uma identidade coletiva dos mesmos. No campo literário, "autores periféricos" como Sérgio Vaz, Alessandro Buzo, Allan da Rosa, entre outros, destacam-se pela qualidade de suas obras (algumas delas publicadas por grandes editoras) e pela organização dos saraus, onde qualquer manifestação cultural da comunidade é feita de forma livre e democrática. Apesar das diferenças existentes entre os mais variados movimentos culturais da periferia, algumas redes e coletivos culturais foram criados em São Paulo numa tentativa de articular pela cor (negra) e pela arte (periférica) movimentos nacionais e internacionais, como a Rede Livre Leste e a Agência Solano Trindade Zona Sul. Também nesse sentido, merece destaque a Agenda Cultural da Periferia, publicada todos os meses pela ONG Ação Educativa de São Paulo. De variadas maneiras e em diferentes locais, a cultura da periferia passa a se expressar mais por aquilo que tem e menos por aquilo que reivindica.

Atualmente, verificamos uma forte vinculação das iniciativas culturais da periferia com a ideia de "autonomia" e "promoção da cidadania" entre os jovens pobres das comunidades. Se, por um lado, essa associação muitas vezes se faz necessária a fim de conferir competitividade aos projetos que se submetem à ampla concorrência para captação de recursos públicos e privados, por outro, vislumbramos certa tendência à instrumentalização da cultura para resolução de problemas sociais que deveriam ser alvo de políticas públicas mais abrangentes. A grande mídia, que por um longo tempo chegou a ignorar o sucesso de determinados *hits* – divulgados nos bailes funks pelos DJs, pelas gravadoras independentes, pelas rádios comunitárias e, mais recentemente, pela internet – passou a incorporar, seletivamente, "a cultura da periferia" por meio de programas radiofônicos e televisivos, revistas especializadas e na publicização de alguns artistas lançados pelas grandes gravadoras. Ainda assim, existe uma infinidade de *rappers* e pagodeiros paulistas, *funkeiros* cariocas, *punks* gaúchos, bandas de *mangue beat* pernambucanas, grupos de *reggae* maranhenses, bandas de *rock underground* da Baixada Fluminense, entre outros grupos de gênero musical variado, em diferentes partes do país, que não chegam ao grande público através da mídia, mas chegam a alcançar grande sucesso nas periferias onde estão inseridos e além delas.

Apesar do crescente interesse da mídia pela cultura da periferia, motivado, em parte, pelo impacto positivo que ela vem exercendo entre os jovens da classe média, determinados gêneros como o *funk ostentação* e manifestações como o chamado *Rolezinho* não são plenamente aceitos. Embora configurem em sua maior parte moradores das periferias, os chamados "rolezeiros" escolheram uns dos maiores símbolos de consumo da sociedade capitalista – o shopping – como *locus* privilegiado para as suas manifestações. Ainda que a ideia fosse passear, comprar, namorar, cantar e ouvir música, encontrar "famosinhos do Facebook", a repressão aplicada aos milhares de jovens praticantes dos *Rolezinhos* (muitos deles negros, pobres, moradores das periferias, consumidor de marcas famosas e fãs de *funk*) acabou colocando em pauta temas como discriminação racial e segregação espacial e simbólica que ainda hoje impera nas grandes metrópoles brasileiras.

Hoje, milhares iniciativas culturais da periferia recebem incentivos do poder público através de programas como o Programa de Valorização de Iniciativas Culturais

(VAI) da prefeitura de São Paulo e Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura (MINC). Os poucos recursos que muitas vezes esses programas disponibilizam ou até mesmo, em alguns casos, a total ausência desses, não limitam a capacidade criadora da periferia em suas mais variadas manifestações culturais.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

ABRAMO, Helena W. *Cenas juvenis: punks, darks no espetáculo urbano.* São Paulo: Scritta, 1996.

ALMEIDA, Renato de Souza. Cultura de periferia na periferia. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=995>.

HOLANDA, Heloisa Buarque de. A política do hip hop nas favelas brasileiras. Disponível em: <http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/Le%20monde%20-%20%20Heloisa%20Buarque.pdf>.

SILVA, Darlene Fróes da e José Carlos Gomes da Silva. "Rolezinhos": sociabilidades juvenis, discriminações e segregação urbana. *Revista Pensata*, vol. 3, nº 2, p. 17-35, maio de 2014.

TESSER, Paula. Mangue Beat: húmus cultural e social. *Logos*, ano 14, nº 26, p. 70-83, 1º semestre 2007.

TOMMASI, Livia De. Culturas de Periferia: entre o mercado, dispositivos de gestão e o agir político. *Política & Sociedade,*vol. 12, nº 13, p. 11-34, jan.-abr. 2013.

VIANNA, Hermano. Funk e cultura popular carioca. *Revista Estudos Históricos*, vol. 3, nº 6, p. 244-253, 1990.

MOVIMENTOS CULTURAIS DA SEGUNDA METADE DOS ANOS 1960

A segunda metade dos anos 1960 foi marcada por grande efervescência cultural, provocada em grande parte pelos acontecimentos da política nacional autoritária, iniciada com o golpe civil-militar de 1964. Por outro lado, elementos do contexto cultural internacional, como o *rock*, a *black music* e o movimento *hippie*, influenciaram fortemente os movimentos de cultura brasileira. Essas manifestações culturais refletiam, sobretudo, o espírito de uma época de contestação dos padrões sociais, de contracultura e das ideias revolucionárias. No Brasil, além da influência do *rock* inglês e norte-americano, ganhava espaço no cenário musical uma nova geração de cantores que, mais tarde, com o AI-5, seriam perseguidos e exilados do país.

Muitos desses artistas tornaram-se conhecidos nos Festivais da Canção, cujo auge aconteceu no final dos anos 1960, e que mobilizavam a população, tendo bastante apelo entre os jovens. Muitos artistas destacaram-se nesses festivais, como os cantores Caetano Veloso, Chico Buarque, Milton Nascimento, Geraldo Vandré, Nara Leão, Gilberto Gil, entre outros. Todos participaram ativamente dos movimentos estudantil e de luta contra a ditadura militar. Suas canções foram censuradas pelo regime militar e algumas delas tornaram-se símbolos da resistência dos chamados "anos de chumbo". Foi o caso de "Para não dizer que não falei de flores", de Vandré, que concorreu no 3º Festival Internacional da Canção (FIC), produzido pela TV Globo, de 1968, pouco antes da vigência do Ato Institucional n. 5 (AI-5). A canção tornou-se um hino das passeatas do movimento estudantil. Outras canções abordavam o tema do exílio, como "Aquele abraço", de Gilberto Gil e "Soy loco por ti América", cantada por Caetano Veloso.

O primeiro festival de música popular brasileira transmitido pela TV Excelsior foi realizado em abril de 1965, em São Paulo. Um ano depois, a TV Record passou a promover o seu próprio festival. Em 1967, o III Festival de Música Popular Brasileira, da TV Excelsior, revelou vários compositores e intérpretes, entre eles, Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Elis Regina. A febre dos festivais encerrou-se com a intensificação da repressão militar institucionalizada pelo AI-5. As manifestações culturais no país nesse período foram também marcadas pelo clima de contestação internacional da época, principalmente pelo "Maio Francês", de 1968, tido como um acontecimento político e cultural emblemático de contestação política e da sociedade. O movimento francês também teve grande repercussão no movimento estudantil brasileiro.

Nesse período, surgiu um dos movimentos artísticos considerados mais importantes da década de 1960 – a Tropicália, também chamado de Movimento Tropicalista (1967-69) – interpretada como uma contestação radical às posições da esquerda. Além da música, o movimento também abarcava uma diversidade de manifestações artísticas espalhadas por diferentes ramos da produção cultural, como as

artes plásticas, com os trabalhos de HélioOiticica; o cinema, com as obras de Glauber Rocha; e o teatro com as peças dirigidas por José Celso Martinez. O período da década de 1960, o espectro da "Revolução" esteve no horizonte dos setores progressistas. A instauração da ditadura militar não extinguiu essa ideia. A nova conjuntura imposta em 1964 modificou os conteúdos atribuídos à esperada "Revolução Brasileira", alterando as formas de luta julgadas necessárias para a sua implementação, provocando uma mudança na correlação de forças internas às correntes de esquerda. Nesse período, houve um intenso processo de politização da produção artística.

Entre os anos de 1964 e 1980, observa-se uma considerável expansão do consumo de bens culturais. A criação da Embrafilme, em 1969, juntamente com a obrigatoriedade da exibição de filmes brasileiros na TV, tornou o cinema um tipo de entretenimento adequado ao consumidor que se delineava naquele período do chamado "milagre econômico" (1969-73). Nesse contexto, o Cinema Novo, que teve seu auge no início dos anos 1960, tornou-se marginal, renegado por sua característica ideológica e crítica. O Tropicalismo teria rompido com a visão mais tradicional da esquerda, que defendia a arte como engajamento político, como fazia o Centro Popular de Cultura (CPC) e a União Nacional dos Estudantes (UNE), no início dos anos 1960. Entretanto, o Tropicalismo também pode ser interpretado como um movimento artístico musical que trouxe uma versão alternativa das relações entre cultura e política, disputando com a esquerda no seu próprio terreno. À parte dos conflitos entre grupos de esquerda e os tropicalistas, estavam os chamados artistas "alienados", representados pela "Jovem Guarda".

As canções tropicalistas, sendo a canção símbolo "Tropicália", de Caetano Veloso, apresentariam em suas letras uma sociedade marcada pela combinação do Brasil arcaico e moderno. A Tropicália tornou-se um movimento cultural de curta duração, mas de grande impacto, que se consolidou em 1968, tendo nas figuras de Caetano Veloso e Gilberto Gil as suas maiores expressões. Em Salvador, além deles, destacam-se na Tropicália Gal Costa, Tom Zé e os poetas Torquato Neto e José Carlos Capinam. Conhecidos como "o grupo baiano", eles migraram para São Paulo e travaram contato com vários compositores do cenário musical de vanguarda, com destaque para Rogério Duprat e a banca de rock Os Mutantes, tida como inovadora na época.

Larissa R. Corrêa

Fontes

COELHO, Cláudio N.P. A Tropicália: cultura e política nos anos 60. *Tempo Social*, vol. 1, n. 1, 1989, p. 159-176.

DUNN, Christopher. *Brutalidade jardim. A Tropicália e o surgimento da contracultura brasileira*. São Paulo: Unesp, 2008.

SANTOS, Jordana de Souza. O papel dos movimentos socioculturais nos "anos de chumbo". *Revista online do Grupo Pesquisa em Cinema e Literatura*, vol. 1, nº 6, Ano VI, dez./2009, p. 488-505.

MOVIMENTO PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA

Movimento que se articula em torno da luta pela democratização da comunicação e da informação no Brasil, pressionando o poder público para a aprovação de leis e adoção de políticas públicas setoriais que garantam a construção de uma mídia efetivamente democrática. Procurando manter um diálogo próximo com o conjunto da sociedade civil ao convocá-la para o debate, o movimento também denuncia a concentração empresarial nos meios de comunicação e as práticas clientelísticas que ainda hoje prevalecem na outorga das concessões para funcionamento de emissoras de rádio e TV.

Historicamente, as políticas públicas de comunicação voltadas para a distribuição de concessões para emissoras de rádio e televisão no Brasil, foram marcadas por favorecimentos, acordos e exclusão do conjunto da população nesses debates. Durante a vigência da ditadura civil-militar, a expansão das telecomunicações era encarada como uma ferramenta estratégica para a divulgação das realizações do governo, sendo autorizadas, portanto, apenas àquelas emissoras que se mostravam favoráveis ao regime. As concessões eram emitidas diretamente pelo Executivo, situação essa que vigorou, em termos legais, até a promulgação da Constituição de 1988.

Durante o período da redemocratização, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) tomou parte do debate público reivindicando mudanças na política de concessão de mídia eletrônica. Sobre liderança da Fenaj, foi criada em 1984 a Frente Nacional por Políticas Democráticas de Comunicação (FNPDC), reunindo jornalistas, sindicalistas, parlamentares e representantes da sociedade civil. Durante os preparatórios para elaboração da Constituinte, a FNPDC desempenhou um papel decisivo na inclusão da mídia na pauta dos parlamentares constituintes, ao conseguir coletar mais de 30.000 assinaturas para incorporação da Emenda Popular intitulada “Democratização dos Meios de Comunicação” da Carta de 1988. Apesar das modificações feitas em seu texto original, os meios de comunicação ficaram contemplados no capítulo V da Constituição Federal.

A Carta de 1988 transferiu para o Congresso a responsabilidade pela outorga das concessões de emissoras de rádio e TV, sem que isso significasse necessariamente o fim das práticas clientelísticas anteriores. Outra reivindicação contemplada pela Constituição foi à criação do Conselho de Comunicação Social (CCS), um órgão autônomo composto por representantes da sociedade civil que deveria analisar e debater as políticas nacionais de comunicação. O CCS, que chegou a ser regulamentado pela Lei 8.389/91 durante o governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), somente foi implantado em 2002, por ocasião do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006). Apesar de representar uma vitória para o movimento, o caráter apenas

consultivo do CCS, somado ao fato de que, a partir de 2004, os empresários da comunicação começaram a assumir os oito postos destinados à sociedade civil no Conselho, gerou motivos de indignação e protestos.

Àquela altura, a principal rede de articulação do movimento já era representada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC). Criado em 1991, esse movimento social transformou-se em entidade em 1995 e reúne em torno de si centenas de associações, sindicatos, centrais sindicais, conselhos profissionais, movimentos sociais, ONGs, diretórios e grêmios estudantis, institutos, centros de estudos, entre outros, atuando no planejamento, mobilização, formulação de projetos e de medidas legais para promover a democracia na comunicação. Essa entidade esteve amplamente envolvida na campanha contra a aprovação da Emenda Constitucional que permitia a entrada de capital estrangeiro em empresas de comunicação em 2002, além de ter publicado uma pesquisa detalhada sobre a concentração da mídia no Brasil, denominada “Os Donos da Mídia”.

Após demonstrar pouca disposição para negociação com o movimento pela democratização da mídia em seu primeiro mandato, o Presidente Lula inicia o seu segundo governo acenando com boas perspectivas de diálogo com o mesmo. Atendendo a uma antiga reivindicação do movimento, foi realizada em Brasília a I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que garante a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas para o setor.

Entre as vitórias do movimento, podemos apontar: o recadastramento de todas as concessões públicas de rádio e TV concedendo um pouco mais de transparência ao processo; a instituição de uma rede nacional de TV pública; a regulação das TVs a cabo com a obrigatoriedade das concessionárias fornecerem gratuitamente quatro canais de uso público; e o Marco Civil da Internet. Porém, ainda que as vitórias do movimento não possam ser menosprezadas, o governo de Dilma Rousseff (2010-2014) ainda não acenou com medidas concretas em prol de uma efetiva democratização da mídia.

Nos últimos anos, os debates em torno da questão midiática no Brasil vêm sendo consideravelmente ampliado graças ao uso cada vez mais generalizado da internet. Através da atuação de movimentos sociais, ONGs, sindicatos, Observatórios da imprensa e do cidadão comum, a luta pela democracia comunicativa no Brasil tem conseguido cada vez mais adeptos. A cobertura tendenciosa concedida por alguns veículos de comunicação à campanha presidencial de 2014, que chegou até a violar regras mínimas de isenção, e a recente aprovação da regulação da mídia no Reino Unido reacenderam ainda mais o debate junto à sociedade. Um dos desafios atuais do movimento é conseguir recolher mais de um milhão de assinaturas para encaminhar ao Congresso o Projeto de Lei de Iniciativa Popular das Comunicações.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

AGUIAR, Itamar et al. A 1ª Conferência Nacional de Comunicação ea participação da sociedade civil na democratização da comunicação no Brasil. *Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional "Movimentos Sociais Participação e Democracia"*, p. 1091-1110.

KUCINSKI, Bernardo. Um balanço da campanha pela democratização da informação. *Terra de gigantes*, p. 83, 2008.

LIEDTKE, Paulo Fernando. O movimento pela democratização da comunicação no Brasil: os embates entre o Estado, as empresas de mídia ea sociedade civil. *Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais Participação e Democracia*. UFSC, v. 4, 2007.

ROLDÃO, Carlos Gilberto. *Conselho de Comunicação Social: Um instrumento para a democratização da comunicação*. Trabalho apresentado ao NP, 2006.

Sites:

<http://www.fndc.org.br>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

<http://donosdamidia.com.br/>. Acessado em 23 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DE DIREITO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em linhas gerais, o Movimento de Direito de Crianças e Adolescentes defende as mesmas questões colocadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), tais como o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Para tanto, o Movimento promove a mobilização, debates, assembleias, fóruns, etc., pautando a luta por direitos em políticas públicas que busquem uma compreensão da população infanto-juvenil para além de uma questão legal, objetivando adentrar o campo ideológico e cultural de construção de novos referenciais e novas práticas relacionadas às políticas sociais.

Várias Organizações Não Governamentais (ONGs) e instituições públicas estão envoltas com a temática de Direito de Crianças e Adolescentes (DCA), mas o Fórum Nacional DCA é a organização que além de capitanear a história do movimento, consegue articular-se nacional e internacionalmente. O Fórum é fruto do processo de redemocratização deflagrado pela sociedade brasileira na década de 1980, em que o horizonte de fim da Ditadura Civil-Militar e a criação de várias entidades com vistas à luta por direitos pautaram a Constituição de 1988. É nesse contexto que encontramos movimentos visando evidenciar a situação de crianças e adolescentes, bem como o debate, a luta e propostas por mudanças sobre a realidade dos mesmos. Em 1985, surge, no Brasil, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua; em 1987, acontece a reunião para elaboração da emenda "Criança Prioridade Nacional", remetida à Assembleia Nacional Constituinte, que revelou a importância das entidades articularem-se para se fortalecerem conjuntamente; em 1988, há a criação do Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA), a partir do encontro de vários segmentos organizados de defesa da criança e do adolescente (março). Assim, o Fórum DCA torna-se o principal articulador da ampla mobilização social pela inclusão da emenda dos direitos da criança e do adolescente na Constituição Federal. O Fórum articula vários encontros nacionais (1988 a 1997, 1999, 2001, 2003, 2004, 2006, 2009, etc.), bem como ajuda a gestar a realização dos Encontros Nacionais dos Meninos e Meninas de Rua e, mais recentemente, atua como participante do Fórum Social Mundial.

As lutas pelo DCA entrecruzavam ações nacionais e internacionais. Assim, em 1989, a Comissão de Direitos Humanos da ONU debateu o DCA e aprovou, por unanimidade, a Convenção Internacional de Direitos da Criança e do Adolescente (20 de novembro). Nesse mesmo ano, ocorreu a II Assembleia Nacional do Fórum DCA que dava indicativo de luta pela inclusão dos direitos da criança e do adolescente nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais. Além disso, o Fórum assume tarefa

de articular a elaboração de um anteprojeto de regulamentação dos artigos 227 e 228 da Constituição, da regulamentação do primeiro artigo mais o artigo 204 da Constituição Federal surge a legislação de proteção integral para a criança e o adolescente, Lei Federal 8069/90, O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

O ECA foi a primeira legislação voltada à população infanto-juvenil, e suas concepções partem de rupturas com práticas e componentes culturais depreciativos ao desenvolvimento infanto-juvenil, apresentando concepções e métodos condizentes com o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes, em consonância com as ações normativas internacionais, com a Doutrina de Proteção Integral e com pretensões democráticas. Além disso, a partir dele, houve uma revisão de prioridade políticas e de investimento, assegurando o gerenciamento das políticas de forma democrática, alinhadas às necessidades sociais pertinentes à população infanto-juvenil, prevendo a criação dos mecanismos para viabilizá-los. Esses mecanismos são: Conselhos de Direitos – de constituição paritária; Conselhos Tutelares – encarregados de 'zelar' pelos direitos de crianças e de adolescentes, e os Fundos – de caráter especial, pois estão vinculados às políticas de atendimento à população infanto-juvenil.

Atualmente, os Direitos da Criança e do Adolescente passam, no Brasil, por uma avaliação das políticas públicas e ações realizadas, várias instituições como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e o CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) buscam, com o apoio do governo federal e UNICEF, estruturar dados e ações sobre a situação das políticas públicas e a condição das crianças e adolescentes brasileiros, sendo o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006) um exemplo disso. O Plano é defendido pelo governo e entidades participantes como um marco nas políticas públicas no Brasil ao romper com a cultura da institucionalização de crianças e adolescentes e ao fortalecer o paradigma da proteção integral e da preservação dos vínculos familiares e comunitários preconizados pelo ECA. A manutenção dos vínculos familiares e comunitários – fundamentais para a estruturação das crianças e adolescentes como sujeitos e cidadãos – está diretamente relacionada ao investimento nas políticas públicas de atenção à família. Embora a família e o ambiente doméstico sejam essenciais para o bem-estar de crianças e adolescentes, os dados do Ministério da Saúde demonstram que a violência e acidentes constituem o primeiro fator mais importante de mortalidade no Brasil, na faixa etária de 5 a 19 anos (59%). As agressões ocupam o primeiro lugar nas estatísticas, sendo responsáveis por 40% do total de óbitos. A maioria dos estudos aponta que grande parte dos casos de violência ocorre dentro do ambiente doméstico, sendo os principais agressores o pai ou a mãe, uma realidade a ser mudada.

A implementação de políticas públicas ainda se encontra em uma complicada correlação de forças, pois os fundos destinados a essas demandas não estão à altura das políticas sociais a serem implementadas. Ademais, o fortalecimento de certa visão pautada em pilares sociais mais conservadores (vide última eleição presidencial e o posicionamento de muitos dos candidatos), bem como a expansão da acumulação capitalista, negam os direitos e a equidade social. Como exemplo, podemos citar a ação de vários dos movimentos pelos DCA envoltos, desde 2007, na luta contra a redução da

maioridade penal. Esta é referendada por determinados grupos e seus representantes partidários como forma de ratificar a ordem social pelo recrudescimento das leis, reproduzindo os estereótipos sociais que tanto o ECA como as políticas públicas e movimentos sociais se esmeram em mudar.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE). *Relatório Parcial do Projeto "Movimentos Sociais e Esfera Pública – Impactos e desafios da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas governamentais*. CBAE, 2014, p. 220, p. 509.

Sites:

"Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária". Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/planonacional_direitocriancas.pdf>. Acessado dia 21/11/2014.

"Fórum Nacional DCA". Disponível em:<http://www.forumdca.org.br/historia>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

"Crianças e Adolescentes: direitos e política social". Disponível em:<http://www.egem.org.br/arquivosbd/basico/0.804772001257278011_eca___pos_gestao.pdf>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

"MCDA: Movimento pelos Direitos da Criança e do Adolescente". Disponível em:<http://www.mdca.org.br/index.php>. Acessado em 17 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DIRETAS JÁ

Movimento ocorrido em diversas cidades brasileiras nos anos de 1983 e 1984 a favor da realização de eleições diretas para a escolha do presidente da República. Nesse momento, o país vivia o período da abertura política promovida pelos militares, que governavam ditatorialmente o país desde 1964. A população não escolhia seu presidente havia muitos anos, a última vez fora em 1960, quando Jânio Quadros venceu o pleito, e o desejo de votar para presidente tornou-se latente com a iminência do fim da ditadura.

A ideia de realização de eleições diretas para presidente começou a ganhar força em 1982, quando o governo de João Figueiredo restabeleceu a realização de eleições diretas para governadores estaduais. Em março de 1983, por meio de um acordo entre os partidos da oposição – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)– o deputado federal Dante de Oliveira apresentou ao Congresso Nacional emenda que propunha o retorno das eleições diretas para escolha do presidente e vice-presidente, em eleição prevista para o ano de 1985. No entanto, para que essa emenda, conhecida como Dante de Oliveira, fosse implementada, era necessária uma alteração constitucional, que dependia da aprovação de dois terços dos membros do Congresso Nacional.

Meses depois de a emenda Dante de Oliveira ser apresentada ao Congresso, começaram a surgir as primeiras manifestações favoráveis a sua aprovação. Esse movimento ficou popularmente conhecido como Diretas Já e o seu primeiro evento ocorreu em Goiânia, no mês de maio de 1983, quando o deputado federal Ulisses Guimarães, presidentedo PMDB, e representantes do PT foram à cidade para um debate político. A partir desse evento, novas manifestações começaram a ocorrer em todo país e, no ano de 1984, o movimento pelas Diretas Já ganhou as ruas e agregou políticos, artistas, intelectuais e a população comum. As manifestações aconteciam durante a realização de grandes comícios, que tinham algumas características marcantes: eram suprapartidários; suas apresentações eram feitas por um locutor esportivo de uma grande rede de televisão; seus participantes carregavam bandeiras do Brasil, utilizavam roupas verdes e amarelas e cantavam o hino nacional. Além disso, o refrão "um, dois, três,/ quatro, cinco, mil,/ queremos eleger/ o presidente do Brasil" era sempre cantado pela multidão.

No início de 1984, o movimento pelas Diretas Já havia se espalhado por todo o país, e, em fevereiro, foi inaugurado, na Praça da Sé, em São Paulo, o "Placar das Diretas", um grande painel no qual seriam mostrados os nomes de todos os congressistas e suas posições diante da votação da emenda Dante de Oliveira, marcada para abril. Às vésperas da votação, o movimento promoveu gigantescas manifestações. No Rio de Janeiro, no dia 10 de abril, um grande comício de seis horas, na Candelária, mobilizou cerca de um milhão de pessoas. Nesse momento, marcado pelo tom emotivo, falaram 52 oradores e muitos choraram. A imprensa esteve presente e a TV Globo

promoveu a cobertura de todo o evento. No dia 16 de abril, mais uma manifestação a favor das Diretas ocorreu em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, reunindo aproximadamente um milhão e quinhentas mil pessoas. O apoio da população era muito grande e um dia antes da votação os motoristas promoveram "buzinaço", ao mesmo tempo em que nas residências via-se um piscar de luzes, além de se ouvir o barulho do bater de panelas.

A emenda foi votada no dia 25 de abril de 1984, em clima de muita agitação e expectativa. Em Brasília, estavam presentes vários artistas, intelectuais, além de um grande número de anônimos, todos favoráveis às Diretas. Mas para decepção de todos, a emenda não foi aprovada, faltando para tanto apenas 22 votos na Câmara dos Deputados, pois, precisando de 320 votos para ser aprovada, de um total de 479 congressistas, a emenda recebeu 298 votos. Após a derrota, a população que ocupava as dependências do Congresso, em lágrimas, deu as mãos e cantou o hino nacional.

Prevaleceu a opção pela transição negociada, o que demonstra a grande distância entre o desejo da população e as aspirações do Congresso Nacional. O novo presidente seria escolhido de forma indireta, por meio de um Colégio Eleitoral, como previa a Constituição de 1967. Em 15 de janeiro de 1985, o governador mineiro Tancredo Neves, lançado candidato pela Aliança Democrática, uma coligação entre PMDB e PFL, tendo como vice José Sarney, derrotou o candidato do PDS Paulo Maluf por 480 votos a 180. Com a escolha de Tancredo Neves, os militares saíram de cena e delegaram aos civis a tarefa de condução do país.

Marina Mesquita Camisasca

Fontes

BERTONCELO, Edison Ricardo. Eu quero votar para presidente: uma análise sobre a Campanha das Diretas. *Lua Nova*, n. 76, p. 169-196, 2009.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 509-515.

MOREIRA, Maria Ester Lopes. Diretas Já. In: ABREU, Alzira Alves de et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930.* Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

MUNIZ, Maria Luiza de Castro. *Opinião pública e opinião publicada*: representação política, Diretas Já e a grande imprensa nos (des)caminhos da abertura. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2010, p. 128-183.

OLIVEIRA, Sonale Diane Pastro; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins. Diretas Já, um movimento social híbrido. *Revista Debates*, v. 6, n° 3, p. 129-143, set.-dez. 2012.

MOVIMENTO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS

O Movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos teve início logo após o golpe civil-militar de 1964, quando os primeiros grupos de familiares, de diferentes localidades do país, começaram a se organizar para denunciar não somente as mortes e os “desaparecimentos”, mas também as torturas, as prisões arbitrárias e as péssimas condições em que se encontravam os presos políticos. A luta dos familiares intensificou-se em 1975 com o crescimento da campanha em defesa da anistia aos presos políticos. Com base nessas experiências, foi criada, na década de 1980, a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos.

O objetivo do movimento de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos é dar continuidade às investigações das mortes e localizar os restos mortais das vítimas do regime militar, por meio da pesquisa realizada nos arquivos das polícias políticas, os DOPS, arquivos das Forças Armadas e demais arquivos que possibilitem avançar na busca por informações dos mortos e desaparecidos políticos. Além disso, o movimento de familiares também procura identificar os responsáveis pela tortura, assassinatos e “desaparecimentos”, incentivando medidas judiciais para a reparação moral e material das vítimas da repressão política. Busca também organizar e fornecer fontes para investigação, incentivar a pesquisa acadêmica sobre o tema, entre outras ações, visando contribuir para o debate e a história do passado recente do Brasil.

Em 1979, a organização das informações e dos relatos que denunciavam os assassinatos e desaparecimentos provocados pela perseguição política ocorrida durante todo o período da ditadura militar (1964-1985) foi fundamental para a sistematização dos crimes contra os direitos humanos cometidos pelo Estado autoritário. Um dossiê contendo essas denúncias foi apresentado no II Congresso pela Anistia, realizado em Salvador, BA. Posteriormente, o documento foi ampliado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia e editado pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, em 1984. O dossiê passou por demais revisões, atualizações e ampliações até ser publicado o “Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)”, editado pela Comissão de Familiares e o Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado, em 2009, pela Imprensa Oficial de São Paulo.

Em outubro de 1980, os familiares dos desaparecidos na Guerrilha do Araguaia foram até região dos conflitos em busca de informações sobre as circunstâncias das mortes e a localização dos corpos dos guerrilheiros. Essa primeira caravana obteve indícios importantes sobre os corpos enterrados no cemitério de Xambioá e sobre a existência de uma vala clandestina numa área denominada de Vietnã, coletando ainda depoimentos sobre outros cemitérios clandestinos existentes naquela região. Os trabalhos prosseguiram nos anos posteriores.

No início dos anos 1990, as reivindicações da Comissão dos Familiares ganharam maior repercussão por meio da pressão feita pelos militantes para que os governos federal e estadual promovessem a abertura dos arquivos policiais contendo informações sobre os mortos e desaparecidos políticos. O debate público sobre os mortos e desaparecidos ocorreu no mesmo período em que a imprensa mundial discutia a abertura dos arquivos das polícias políticas no Leste Europeu, o que contribuiu para dar maior destaque à publicação do dossiê de mortos e desaparecidos e também para as reivindicações da Comissão.

Ainda no início da década de 1990 ocorreu a abertura da vala clandestina de Perus, em 4 de setembro de 1990, localizada no cemitério Dom Bosco, na cidade de São Paulo, onde foram encontradas 1.049 ossadas de presos políticos, indigentes e vítimas dos esquadrões da morte. Esse fato provocou maior mobilização da opinião pública, tendo impulsionado o trabalho da Comissão. O descobrimento da vala clandestina de Perus ocorreu juntamente com a realização da CPI dos Desaparecidos Políticos na Câmara Municipal de São Paulo, com a aprovação da lei 9.140/95 e a instalação da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP). Essas ações possibilitaram a circulação de informações até então dispersas, em grande parte fornecida por parentes, amigos e companheiros militantes sobre os mortos e desaparecidos políticos. O apoio da prefeita Luiza Erundina de Souza, do PT, foi importante para a repercussão das reivindicações da Comissão, pois a prefeita criou a Comissão Especial de Investigação das Ossadas de Perus. Em dezembro de 1990, as ossadas foram transferidas para o Departamento de Medicina Legal da Universidade Estadual de Campinas. Com o término do mandato da prefeita, em dezembro de 1992, os familiares continuaram conduzindo suas pesquisas sem respaldo institucional. Em decorrência da abertura da vala clandestina de Perus, foi criado, em janeiro de 1993, o Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado (IEVE).

Em dezembro de 1995, o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei dos desaparecidos (Lei 9.140), que determinou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte de 136 "desaparecidos" políticos e criou a Comissão Especial de Reconhecimento dos Mortos e Desaparecidos Políticos para examinar outras denúncias apresentadas por meio de requerimentos de seus familiares.

Larissa R. Corrêa

Fontes

Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos e IEVE. *Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)*. São Paulo: IEVE/ Imprensa Oficial, 2009.

Vala Clandestina de Perus – Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história brasileira. São Paulo: Instituto Macuco Núcleo de Preservação da Memória Política, 2012.

Sites:

"Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos". Disponível em: http://www.desaparecidospoliticos.org.br. Acessado em 18 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Movimento nascido nos anos 1980 da união de várias instituições e pessoas, associações filantrópicas, movimentos partidários e apartidários, religiosos e laicos que,congregando interesses de todas as áreas de deficiência existentes, organizaram-se para lutar pelos direitos dos portadores de deficiência. Evitando a lógica assistencialista ou a tutela estatal, tais movimentos também têm atuado como agentes de políticas públicas, transformando suas instituições em um espaço político importante.

As primeiras organizações brasileiras de caráter nacional foram o Conselho Brasileiro para Bem-Estar dos Cegos (1954), a Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos de Excepcionais (APAEs, 1962), a Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi (1970) e a Federação Brasileira de Instituição de Excepcionais (1974). Contudo, somente nos anos 1980 ocorreria a formação da "Coalizão Nacional pró – Federação de Entidades de Pessoas Deficientes" que congregava entidades de deficientes de todo o país e que realizou o I e II Encontros Nacionais de Pessoas Deficientes (Brasília, em 1980 e Recife, em 1981). Posteriormente, essa instituição veio a se tornar o Movimento pelos Direitos das Pessoas Deficientes.

No contexto de fim da Ditadura Civil-Militar e pela campanha das Diretas, o fortalecimento da luta de pessoas com deficiência ocorreu junto com outros movimentos sociais. É também neste contexto que gradativamente notava-se a melhora da legislação para as organizações da sociedade civil, ao mesmo tempo em que se criavam estratégias de parceria e colaboração para a formulação e a execução das políticas públicas de melhorias das condições de vida das pessoas defendidas pelo Movimento de Portadores de Deficiência.

Atualmente, os segmentos organizados da pessoa portadora de deficiência têm sido gradativamente convocados a ter assento e voz nos conselhos federais, estaduais e municipais criados pelo Estado para a fiscalização, formulação e a gestão das políticas públicas. Entretanto, também fica evidente que a dotação de verbas públicas para este fim, os espaços físicos dentro da própria estrutura governamental, além de pessoal muitas vezes desqualificado ou em número insuficiente para as demandas de atendimento (principalmente nas prefeituras) revelam que ainda há um longo caminho a ser trilhado.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

SILVA, Idari A. *Construindo a Cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. 2002. 116. Dissertação de Mestrado em História Social, na linha Trabalho e Movimentos Sociais da UFU (Universidade Federal de Uberlândia). Uberlância, 2002.

Sites:

Direitos humanos na internet. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/guias/dh/br/sp/guia_sp.htm#71>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

O movimento associativista das pessoas portadoras de deficiência: Conquistas e Lutas. Disponível em: <http://intervox.nce.ufrj.br/~joana/textos/tecni13.html>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

OIT terá papel ativo no novo Fundo das Nações Unidas para pessoas com deficiência. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/content/oit-ter-papel-ativo-no-novo-fundo-das-na-es-unidas-para-pessoas-com-defici-ncia>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

Dia internacional das pessoas com deficiência. Disponível em:<http://www.oitbrasil.org.br/content/dia-internacional-das-pessoas-com-deficiencia>. Acessado em 12 de novembro de 2014.

MOVIMENTO PELA REFORMA URBANA

Movimento social que reúne diferentes setores da sociedade civil na luta por reformas que promovam a democratização do espaço urbano, garantindo condições dignas de moradia, mobilidade urbana e acessibilidade aos espaços da cidade a toda a população e não apenas a uma parte desta. Articulando associações de classe, instituições de pesquisa, movimentos sociais, Organizações Não Governamentais (ONGs), este movimento mobiliza-se em favor da gestão democrática da cidade, pela garantia da função social da propriedade e pelo direito à cidade.

A proposta de criar uma legislação voltada especificamente para a questão urbana no Brasil foi formulada pela primeira vez em 1963, durante o Seminário de Habitação e Reforma Urbana, coordenado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB). Naquele momento, quando uma parcela da sociedade mobilizava-se em favor das Reformas de Base anunciadas pelo governo de João Goulart (1961-1964), a reforma urbana já despontava como uma das premissas necessárias para a diminuição das desigualdades no país. Instalada a ditadura civil-militar, os debates em torno dessa questão ficaram em segundo plano, dando lugar aos projetos tecnocráticos dos governos militares, voltados para a especulação imobiliária e para a progressiva privatização dos espaços.

No período da redemocratização, a questão urbana foi novamente colocada em pauta como uma condição necessária para a redução das desigualdades e para a consolidação da democracia no país. Foi nesse contexto que, em 1985, surgiu o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Reivindicando, além do direito ao acesso à moradia, a melhoria nos equipamentos urbanos e o direito à cidade, esse movimento reuniu uma série de entidades na sua conformação, entre elas: Federação Nacional dos Arquitetos, Federação Nacional dos Engenheiros, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Articulação Nacional do Solo Urbano (Ansur), Movimento dos Favelados, Associação dos Mutuários, Instituto dos Arquitetos, Federação das Associações dos Moradores do Rio de Janeiro (Famerj), Pastorais, movimentos sociais de luta pela moradia, entre outros. Mobilizado para transformar as suas propostas em lei, o MNRU uniu forças para elaborar uma emenda popular a fim de ser incorporada à Constituição, com o objetivo de diminuir o caráter excludente das cidades brasileiras.

Contando com 150 mil assinaturas, a Emenda Popular da Reforma Urbana possibilitou que, pela primeira vez em nossa história constitucional, a temática urbana fosse tomada como um direito legal. Dividido em dois artigos, o capítulo “Da política urbana” previa a descentralização da política de desenvolvimento urbano no país, a qual passava a ser uma atribuição dos municípios, e reconhecia a importância da função social da propriedade, penalizando os proprietários de terrenos ociosos e assegurando, além dos direitos privados, os interesses coletivos do uso da propriedade. Apesar da Emenda Popular da Reforma Urbana não ter sido incorporada em sua totalidade, o

reconhecimento legal da questão urbana e os avanços obtidos pela Carta de 1988 representaram uma vitória para o MNRU e uma derrota para os setores conservadores e representantes do mercado imobiliário, que tentaram, a todo custo, barrar as propostas de reforma.

Os anos 1990 foram marcados pelo debate em torno dos Planos Diretores e da elaboração das Constituições Municipais e das políticas públicas locais (Lei Orgânica dos Municípios). Tratando-se de instâncias deliberativas que possibilitavam a participação popular, muitas entidades e movimentos sociais articularam-se a fim de tomar parte desses debates. Foi nesse mesmo período que o movimento pela reforma urbana, que passou a se denominar Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), buscou aprofundar o seu debate junto à sociedade civil, organizando fóruns, estudos, cartilhas, conferências nacionais e internacionais, bem como articular- se em novas redes com outras entidades e movimentos populares.

No ano de 2001, após 12 anos de tramitação, o FNRU angaria mais uma vitória com a aprovação do Estatuto da Cidade (Lei Federal n° 10.257/01). Essa lei, que busca ampliar algumas das diretrizes enunciadas pelo capítulo da política urbana da Carta de 1988 instituindo diretrizes para o cumprimento da função social da propriedade e da cidade, não foi acompanhada por ajustes institucionais que garantiram a sua implantação. Em 2002, com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva e a subsequente criação do Ministério das Cidades e do Conselho Nacional das Cidades, o debate em torno da reforma urbana amplia-se através das campanhas de mobilização da sociedade civil em torno do tema e da realização de fóruns participativos, como a Conferência Nacional das Cidades. O compromisso assumido pelo governo petista com as alianças partidárias, porém, acabaram conduzindo ao Ministério das Cidades lideranças que nem sempre estavam comprometidas com as bandeiras históricas da FNRU e que impunham, assim, alguns retrocessos aos avanços obtidos até então pelo movimento.

Hoje, a FNRU encontra-se em total atividade propondo debates, realizando marchas e liderando campanhas que buscam politizar a questão urbana e garantir o direito à cidade a todos e todas. Entre as mobilizações mais recentes, destacam-se: a luta pela garantia de recursos para o Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social (Lei Federal n° 11.124/05), pela aprovação do Projeto de Lei da Política Nacional de Saneamento e pelo fim dos despejos forçados. Em de novembro de 2014, a FNRU subscreveu duas cartas dirigidas à presidenta reeleita, Dilma Rousseff, solicitando uma maior atenção do executivo à questão urbana brasileira e reivindicando que o Ministério das Cidades fosse ocupado por alguém realmente comprometido com a efetivação da reforma urbana no Brasil e com o direito à cidade.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

BASSUL, José Roberto. Reforma urbana e Estatuto da Cidade. *EURE* (Santiago), vol. 28, n. 84, p. 133-144, 2002.

DA SILVA, Ana Amélia. Reforma urbana e o direito à cidade. *POLIS-Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais*, 1991.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 11, n. 2, p. 31-50, 2011.

Sites:

JÚNIOR, Nelson Saule; UZZO, Karina. A trajetória da reforma urbana no Brasil. Disponível em: <http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/a%20trajectoria%20n%20saule%20k%20uzzo.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

<http://www.forumreformaurbana.org.br/>. Acessado em: 18 de novembro de 2014.
<http://polis.org.br>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

MOVIMENTOS CONTRA REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO (COPA E OLIMPÍADAS)

Desde 2010 vem sendo realizadas nas principais capitais do país uma série de reformas e construções para sediar a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016. Essas obras têm intensificado o debate sobre a questão habitacional no país. Nesse processo de preparativos para esses dois megaeventos, milhares de famílias pobres moradoras das áreas onde esses projetos vêm sendo desenvolvidos foram removidas de suas casas e transferidas para bairros distantes. No Rio de Janeiro, cidade sede dos próximos jogos olímpicos, esse processo ocorreu e vem ocorrendo com grande intensidade. A capital tem sido foco de grandes projetos urbanos que provocam impactos econômicos extraordinários, com consequências ambientais, sociais e urbanísticas ainda não avaliadas. Dentre os diversos impactos, estima-se que aproximadamente 170 mil pessoas tenham sofrido a remoção forçada de seus lares, embora os governos não tenham divulgado dados concretos sobre a quantidade de remoções. As estimativas dos atingidos pelas remoções em todo o país variam – cerca de 250 mil pessoas, segundo o mapeamento realizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (ANCOP), e 10,8 mil famílias, de acordo com o governo federal. Já a Anistia Internacional afirma que, até setembro de 2013, 19.200 famílias haviam sido removidas de suas moradias apenas na cidade do Rio de Janeiro. Desde 2013, a ANCOP vem reivindicando que o poder público crie, em parceria com as comunidades afetadas, um Plano Nacional de Reparações às remoções forçadas.

Os Comitês Populares da Copa tiveram um papel importante na divulgação de milhares de casos de remoção. De modo geral, o deslocamento das moradias tem sido comandado pelos poderes públicos municipais com o apoio das instâncias estaduais e, em alguns casos, federais. Tratam-se de comunidades localizadas em regiões que vêm sendo foco de altas especulações imobiliárias. Entretanto, os poderes públicos alegam que as remoções forçadas devem favorecer a mobilidade urbana, além de preservar essas próprias comunidades dos supostos riscos ambientais e proporcioná-las melhorias nas suas condições de vida, ainda que sem o consentimento desses moradores.

De acordo com o dossiê Megaeventos e violações de Direitos Humanos no Brasil: “As violações do direito humano à moradia cometidas pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através da prática das remoções não são casos isolados, mas se constituem política de reorganização do lugar dos pobres na cidade do Rio de Janeiro, conforme os interesses imobiliários e as oportunidades de negócios”. A maioria das remoções concentram-se nas áreas de extrema valorização imobiliária, como a Barra da Tijuca, Recreio, Jacarepaguá e Vargem Grande. O processo de realocação dessas famílias removidas tem sido feito por meio do programa habitacional do governo federal Minha Casa Minha Vida (destinado às famílias com rendimentos de até três salários mínimos). A maioria dos conjuntos habitacionais construídos pelo programa

não estão localizados nas áreas beneficiadas com os investimentos dos megaeventos, mas em regiões periféricas da cidade. Há ainda um grande número de comunidades que vivem sob a ameaça da remoção, uma vez que não há divulgação prévia dos locais a serem afetados por essas obras.

Entre as diversas comunidades afetadas por esses megaprojetos urbanos, grande parte delas removidas durante a primeira etapa da implantação do sistema de transporte rápido – BRT Transcarioca – que faz a ligação da Barra da Tijuca ao bairro da Penha, destacam-se a comunidade de Campinho e as ameaças de remoção da comunidade Arroio Pavuna. Para a construção do BRT Transoeste, que fará a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande, destacam-se as remoções da comunidade da Restinga, Vila Harmonia e Recreio II. A comunidade de Vila Autódromo, situada no bairro de Jacarepaguá, também está entre as áreas afetadas pelas remoções e possui cerca de 500 famílias residindo no local. A Vila Autódromo, formada na década de 1980, tem um histórico de resistência popular contra as tentativas de remoção sistematicamente promovidas pelo poder público desde a década de 1990. Já a comunidade Asa Branca, localizada no bairro de Curicica, é constituída por cerca de 2 mil famílias e encontra-se ameaçada de remoção para a construção do BRT Transolimpíca. Em situação semelhante encontram-se diversas outras comunidades, entre elas: Vila Azaleia (Curicica), Taboinha (Vargem Grande); além de outras removidas devido às obras de instalação ou reformas de equipamentos esportivos, como: Metrô Mangueira, Ocupação Aldeia Maracanã, Favela do Sambódromo, Favela Belém-Belém (Pilares) e a Favela Barreira do Vasco (Vasco da Gama, bairro desmembrado de São Cristóvão). Há ainda as remoções realizadas para o desenvolvimento das obras voltadas à promoção turística, como as famílias residentes na região portuária e no Morro da Providência. As ocupações Machado de Assis, na Rua do Livramento e Flor do Asfalto, também são alvo de remoções. Conforme os relatos dos moradores, o problema central desse processo de deslocamento é a falta de diálogo e informação por parte da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Outras comunidades também sofrem ameaça por serem consideradas áreas de risco ambiental, como no caso dos moradores de Estradinha e Pavão-Pavãozinho.

Durante o período que antecedeu a Copa do Mundo de 2014, o Grupo do Movimento de Moradia organizou e participou de uma série de manifestações e atos contra a Copa e contra as remoções das áreas afetadas pelos megaeventos. Em um desses protestos realizado no dia 28 de agosto de 2013 em frente à sede da prefeitura do Rio de Janeiro, 100 militantes ocuparam o prédio do Instituto Nacional de Seguro Social, na Praça Mauá, zona portuária, local no qual, em 2009, houve o despejo de famílias do movimento Ocupação Zumbi dos Palmares. Os manifestantes cobraram a destinação de imóveis públicos para habitação popular. O ato fez parte da Jornada Nacional pela Reforma Urbana, que ocorreu em diversos estados. No dia 23 de junho de 2014, os moradores de comunidades removidas e ameaçadas de remoção protestaram na praia de Copacabana, fixando cruzes de madeira na areia com os nomes das comunidades atingidas.

Larissa R. Corrêa

Fontes

COMITÊ POPULAR DA COPA E OLÍMPIADAS DO RIO DE JANEIRO**.** “Moradia”, in: Dossiê: Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/04/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa – “Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Brasil, p.13-24. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

“Movimento Moradia protesta contra remoção de famílias no Rio de Janeiro”, *Correio Braziliense*, de 28 de agosto de 2013. Disponível em: <http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/08/28/interna_brasil,385099/movimento-moradia-protesta-contra-remocao-de-familias-no-rio-de-janeiro.shtml>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

Sites:

“Remoções e despejos”, <http://www.portalpopulardacopa.org.br>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

“Copa removeu pessoas ‘a toque de caixa’ e sem diálogo, afirma movimento social”, artigo de Danilo Mekari, de 21 de agosto de 2014, disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2014/08/21/copa-removeu-pessoas-a-toque-de-caixa-e-sem-dialogo-afirma-movimento-social/>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza-se ao redor de três objetivos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Para isso, defende uma reforma agrária que ofereça infraestrutura, saneamento, energia elétrica, subsídios, preços mínimos, escoamento da produção, acesso à cultura e lazer, entre outras questões, lutando para o assentamento de famílias de forma que estas possam participar tanto da estrutura organizativa do próprio MST quanto de núcleos que discutam a produção, a escola e as necessidades de cada área.

As origens do MST encontram-se no início da década de 1960, quando surgiu no Rio Grande do Sul um movimento que, de certa forma, antecipou as propostas e estratégias do MST. O Movimento dos Agricultores Sem Terra (Master), organizado no município de Encruzilhada do Sul, iniciou-se a partir de um conflito de retomada de terras onde habitavam cerca de 300 famílias de camponeses. Aos poucos, foram sendo criadas outras associações de agricultores sem-terra espalhadas pelos municípios gaúchos. O Master contava com o apoio do governador do estado, Leonel Brizola (1959-62). O ano de 1962 marcou uma fase de expansão do movimento, com a instalação de diversos acampamentos de sem-terra e assentamentos. Com a instauração do governo militar, em 1964, o Master passou a ser perseguido e foi desmantelado pelas forças repressivas, muitas lideranças foram presas, torturadas e algumas delas exiladas. Somente no final da década de 1970, momento de ascensão do chamado "novo sindicalismo", é que a disputa pela terra foi retomada, com a ocupação das fazendas de Macali e Brilhante, no complexo da Fazenda Sarandi. Essa ocupação é considerada a gênese do MST.

A fundação do movimento ocorreu em 1984, durante o 1º Encontro Nacional dos Sem Terra, realizado entre os dias 20 e 22 de janeiro, na cidade de Cascavel, Paraná. No evento, cerca de 80 trabalhadores rurais reuniram-se para organizar ocupações de terra em 12 estados, incluindo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, além de representantes da Abra (Associação Brasileira de Reforma Agrária), da CUT (Central Única dos Trabalhadores), do Cimi (Conselho Indigenista Missionário) e da Pastoral Operária de São Paulo. O movimento agregou posseiros, atingidos por barragens, migrantes, meeiros, parceiros, pequenos agricultores que representavam estes e outros movimentos populares.

Nos anos 1990, o MST torna-se o principal interlocutor do governo federal em relação à Reforma Agrária, uma construção que se faz através de lutas e mobilizações realizadas na era Fernando Henrique Cardoso, que se torna presidente do Brasil, em 1994, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O governo FHC, marcadamente de política neoliberal e privatizante, passa a organizar uma reforma agrária com caráter de mercado, utilizando-se de medidas e manobras que eliminavam a

pequena agricultura em favorecimento do agronegócio, apoiado por planos e recursos do Banco Mundial e do FMI, além do evidente apoio dos meios de comunicação de massa. Enquanto o governo divulgava o assentamento de 264.625 famílias, 70% delas no Norte (onde, na prática, os projetos eram mais de colonização, pouco alterando a concentração fundiária) e Nordeste, somente nos dois primeiros anos de seu mandato (1995-1996), 450 mil famílias de pequenos proprietários rurais perderiam suas terras para os bancos, e isso enquanto, segundo Relatoria de Crédito do Banco do Brasil (1995), 1.227 fazendeiros deviam 2,1 bilhões de reais aos cofres públicos. Ratificando a postura do governo em relação ao MST e à política governamental para a reforma agrária, temos como Ministro da Agricultura um banqueiro, José Eduardo de Andrade Vieira, dono de 254.410 hectares espalhados pelo país, dos quais utilizava apenas 85.917 hectares.

As lutas intensificam-se e os massacres de trabalhadores rurais tornariam-se o símbolo desse processo. Em Corumbiara (sul de Rondônia), no dia 15 de julho de 1995, 514 famílias de trabalhadores lideradas pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais ocuparam a Fazenda Santa Elina. No dia 8 de agosto, 300 policiais, que cumpriam ordens de juiz para despejo *imediato*, invadiram o assentamento às 4 h da manhã. Dois policiais morreram na ação, mas foram mortos 9 trabalhadores, segundo o legista, com claros sinais de execução, sendo um dos mortos uma menina de sete anos. Mediante investigação realizada por Comissão de Representantes da Câmara de Deputados o governo federal foi responsabilizado e, posteriormente, processado pela Comissão Internacional de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). O processo foi montado a partir de denúncias apresentadas pelo MST e pela organização *America´s Watch*. Outro massacre de trabalhadores, que posteriormente também foi denunciado nacional e internacionalmente, ocorreu em abril de 1996, em Curionópolis no Pará, na região conhecida como Eldorado dos Carajás. Mais de 2.000 famílias que pretendiam ocupar a Fazenda Macaxeira bloquearam o trânsito como forma de exigir o cumprimento do acordo com o governo (envio de alimentos, assentamento das famílias, etc.). Em meio as negociações, as famílias foram cercadas por 150 policiais dos batalhões de Paraopebas e Marabá. O resultado foi o massacre: 12 trabalhadores receberam tiros certeiros (cabeça e tórax), 7 mortos por instrumentos de corte. A operação deixou 19 mortos, 69 feridos e, pelo menos, 7 desaparecidos. Segundo os laudos, 13 executados após serem rendidos.

As mortes e execuções evidenciaram, nacional e internacionalmente, a violência contra os trabalhadores rurais, assim como as lutas destes, e adentraram o cotidiano de discussão da sociedade civil. O dia 17 de abril tornou-se o Dia Internacional de Luta Camponesa em todo o mundo em memória do massacre de Eldorado dos Carajás, numa iniciativa da Via Campesina, organização internacional dos trabalhadores rurais. O MST recebeu maior reconhecimento da sociedade civil nacional e internacional, a reforma agrária e a luta por justiça social elencavam-se como um dos contrapontos aos tempos neoliberais, e as mobilizações e atividades continuavam, tal como a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária (1997) que saiu de três pontos do país rumo à Brasília, exigindo a punição aos culpados pelos massacres e celebrando o Dia Internacional da Luta Camponesa.

No decorrer da década de 1990, o MST filiou-se à Via Campesina, uma articulação de movimentos sociais rurais, fundada em 1992 e que congrega a Ásia, África, América e Europa, formando uma articulação internacional que visa, entre outras bandeiras, à reforma agrária e ao combate à fome. Exemplo disso é o acordo assinado (2013) entre a Via Campesina e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) para o combate à fome e defesa da agricultura camponesa. No Brasil, além do MST, estão vinculados à Via Campesina o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), e o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC). A articulação desses movimentos deu maior força às lutas sociais nos anos 2000, porém, enquanto os ativistas por justiça social e reforma agrária organizavam-se em movimentos sociais, os fazendeiros/latifundiários também se organizavam em sindicatos, na União Democrática Ruralista (UDR) e dentro do Congresso Nacional através da Bancada Ruralista.

No governo Lula, embora parte da imprensa alegue que o MST tenha dado um *alívio* ao petista, mostrando que o número de invasões foi menor que no período de seu antecessor, é clara a postura do MST de que o então presidente não cumpriu a meta de assentamentos. O movimento considera que no primeiro mandato, ainda sobre maior pressão popular, ocorreu o 2º Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) considerado um avanço, mas no segundo continuou com a valorização do agronegócio, questão iniciada por FHC.

Na contemporaneidade, o MST, o principal movimento social rural brasileiro, está presente em 24 dos 26 Estados da federação, organizando mais de 1,5 milhão de pessoas, com mais de 350 mil famílias assentadas e mais de 100 mil vivendo em acampamentos. Possui uma estrutura que tem mais de 400 cooperativas de produção, comercialização e serviços, mais de 40 cooperativas de produção agrícola (CPAs), mais de 30 cooperativas de prestação de serviços (CPSs); possuía, no início deste século, mais de 96 pequenas e médias agroindústrias, que processavam frutas, hortaliças, leite e derivados, grãos, carne, café e doces. Na questão ambiental, o MST está produzindo, no Rio Grande do Sul, sementes agroecológicas (sem agrotóxicos ou insumos químicos) e faz plantações consorciadas visando à preservação da mata no Pontal do Paranapanema, além de produzir ervas medicinais em diversos estados.

O movimento se diz capaz de organizar duas dezenas de manifestações simultaneamente em capitais espalhadas pelo país. Além disso, conquistou reconhecimento internacional pelas bandeiras defendidas, e, mais recentemente, tem colocado outros temas em pauta, tais como: o modelo de desenvolvimento a ser seguido, a política comercial internacional, direitos humanos, o acesso à cultura com a valorização dos saberes populares, o combate à violência sexista, a democratização da comunicação, a luta contra os transgênicos, a diversidade étnica, a soberania nacional e popular.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

COMPARATO, Bruno Konder. *A ação política do MST.* São Paulo: Expressão Popular, 2003.
MORISSAWA, Mitsue. *A história da luta pela terra e o MST.* São Paulo: Expressão Popular, 2001.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra.* São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Sites:

"Um histórico do MST". Disponível em: http://www.mst.org.br. Acessado em 6 de novembro de 2014.

"Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio". Disponível em:http://www.mst.org.br/Politica-agraria-do-governo-Lula-valorizou-o-agronegocio. Acessado em 20 de novembro de 2014.

"MST: governo Lula teve 20% a menos de invasões de terra que o de FHC". Disponível em: http://oglobo.globo.com/politica/mst-governo-lula-teve-20-menos-de-invasoes-de-terra-que-de-fh-2832226. Acessado dia 20 de novembro de 2014.

"Via Campesina firma acordo com FAO na defesa da agricultura camponesa". Disponível em: http://www.mst.org.br/node/15292. Acessado em 20 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) surgiu no final da década de 1990, em uma fase considerada de recuo dos movimentos sociais, e ganhou maior repercussão durante o período que antecedeu a Copa do Mundo de 2014. O MTST identifica-se não apenas como um movimento por moradia, mas que também luta por transformações sociais profundas que vão além das questões urbanas. Segundo o próprio movimento, eles representam os "operários, informais, subempregados, desempregados que, como mais de 50 milhões de brasileiros, não têm sequer moradia digna. Vivemos de aluguel, de favor ou moramos em áreas de risco pelas periferias urbanas do Brasil" (<http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somos>).

A realização da Marcha Popular Nacional, em 1997, que visava relacionar os problemas sociais vividos no campo e na cidade, constitui o embrião desse movimento. Na cidade de Campinas, estado de São Paulo, os militantes do Movimento dos Sem Terra (MST) estreitaram laços com os militantes da cidade. Tal aproximação propiciou a formação de um grupo de ativistas que passou a investigar os problemas sociais urbanos, assim como a elaborar estratégias de ação diferentes daquelas efetuadas no campo. Com a participação do MST, ocorreu a ocupação de um terreno em Campinas, conhecido como Parque Ociel. Essa foi considerada a primeira experiência de ocupação na cidade com organização própria gestada pelo movimento urbano.

A partir do início da década de 2000, o movimento passou a abarcar uma base social formada pela população pobre das periferias das grandes e médias cidades, apresentado um projeto político de transformação social, que tinha como base a reivindicação por moradia e a reforma urbana, com contatos, na época ainda incipientes, entre diferentes movimentos urbanos de algumas capitais do país, como o Rio de Janeiro e Recife (Goulart). Até 2008, o MTST realizou a maioria das suas ocupações na região metropolitana de São Paulo, com ênfase na organização interna dos acampamentos e a criação de infraestrutura (captação de água, energia elétrica, abertura de ruas, construção de barracos, etc.). O contato com as lideranças do bairro que abrigam as áreas das ocupações, bem como a busca pelo abastecimento por meio de doações também constituem ações importantes no processo de ocupação. Em 2007, durante a realização do Encontro Estadual do MTST, foi decidida a ampliação da atuação do movimento, buscando consolidar um "cinturão" de lutas no estado de São Paulo. No ano seguinte, o MTST realizou três novas ocupações nos municípios de Embu das Artes, Mauá e Campinas. Essa nova fase foi identificada pelo próprio movimento como "estadualização do MTST", incluindo também novas ações para interrupção de transportes de mercadorias nas principais rodovias do estado, ação conhecida como "trancaço". A primeira dessas ações ocorre em 26 de abril de 2006, com o bloqueio das rodovias Castello Branco, Raposo Tavares e Régis Bittencourt, na

tentativa de anular os despejos e agilizar as negociações pela construção de moradias nas áreas ocupadas. Esse processo de "estadualização" das ações fez com que o governo do estado de São Paulo tivesse que negociar diretamente com o MTST, deixando de ser apenas uma questão tida como de âmbito das prefeituras das áreas de atuação do movimento. Desse modo, o MTST atua no enfrentamento direto com o governo do Estado, forçando a abertura de negociações e de forma a atrair a atenção da população e da mídia para a causa da necessidade de políticas públicas relacionadas à habitação popular. Entre as ações promovidas pelo MTST para chamar a atenção da sociedade para as suas reivindicações estão a organização de marchas, acorrentamento a prédios públicos ou em áreas públicas e greves de fome em locais de grande circulação.

Em 2009, o MTST amplia as suas reivindicações nacionalizando o movimento por meio da formação de grupos de atuação em estados diferentes, mas sob uma única organização, procurando unificar uma carta de princípios políticos e de atuação. Nesse mesmo ano, o movimento organizou uma ação em frente a um imóvel do presidente Lula, localizado na cidade de São Bernardo do Campo. Um grupo de militantes se acorrentaram aos portões do prédio que abrigava um apartamento de propriedade do presidente. Após oito dias, iniciaram-se as negociações com o Ministérios das Cidades, que resultou no compromisso do governo federal em incluir as famílias acampadas no programa habitacional "Minha casa, Minha Vida". O MTST reivindicava ao governo federal os seguintes pontos: 1 – Desapropriação de terrenos ocupados pelo MTST, em especial o terreno da ocupação Zumbi dos Palmares em Sumaré, que está ameaçado de despejo; 2– Regularização fundiária do assentamento Anita Garibaldi para mais de 2000 mil famílias; 3 – Agilidade burocrática para as famílias do Acampamento Carlos Lamarca, há mais de 5 anos esperando resposta do governo; 4 – Participação ativa do Governo Federal nas negociações do MTST em todas as regiões e Estados onde o MTST está presente.

Durante os protestos que antecederam à Copa do Mundo de 2014, o MTST desempenhou papel central na organização de manifestações em diversas cidades do país, principalmente em São Paulo. Esse foi um momento de forte tensão política em que o movimento conseguiu obter forte repercussão de suas demandas na mídia, o que chamou a atenção da opinião pública. Em maio de 2014, as vésperas do megaevento, o MTST percorreu os principais pontos de acesso da cidade de São Paulo, reunindo mais de 20 mil pessoas sob uma forte chuva. Tendo como principal porta-voz o seu coordenador Guilherme Boulos, o MTST conclamava os manifestantes a organizarem o "junho vermelho" caso não fossem atendidos pedidos de investimentos na construção de moradias. Após a Copa, o MTST, que representa hoje um dos movimentos sociais mais organizados e ativos do país, vem promovendo uma série de passeatas e atos em todo o Brasil.

Larissa R. Corrêa

Fontes

GOULART, Débora Cristina. "Do barracão à nacionalização: o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST como proposta de poder popular e resistência ao neoliberalismo".

Disponível em: <http://www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/401.pdf>. Acessado em 18 de novembro de 2014.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes para a (re)territorialização de espaços de conflito: os casos do MST e MTST no Brasil. *Interface: a journal for and about social movements*, vol. 1 (1): 105 – 124, January 2009.

Sites:

“MTST: Mais um acorrentado em frente à casa de Lula”. Disponível em: <http://passapalavra.info/2009/07/8028>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

“MTST – quem somos”. Disponível em: <http://www.mtst.org/index.php/o-mtst/quem-somos>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

Mauro Donato. “‘Vamos viver um junho vermelho’: por que o MTST está parando São Paulo”. Disponível em: <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/vamos-viver-um-junho-vermelho-por-que-o-mtst-esta-parando-sao-paulo>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DESEMPREGADOS

Movimento social que articula trabalhadores desempregados ou subempregados na luta por trabalho, moradia e criação de políticas públicas voltadas para trabalhadores e trabalhadoras que se encontram em situação de desemprego. Atuante em alguns estados do Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) tem como o seu principal método de luta a ocupação de terrenos para fins de moradia e trabalho, apesar de suas formas de organização, mobilização e articulação poderem variar de acordo com a região na qual se inserem.

Por mais que a informalidade e a rotatividade configurem elementos historicamente associados ao desenvolvimento do mercado de trabalho brasileiro, o primeiro movimento explicitamente motivado pela questão do desemprego no Brasil ocorreu na cidade de São Paulo, entre os anos de 1983 e 1985. Organizando atos públicos e acampamentos, o Movimento de Luta Contra o Desemprego (MLCD) reivindicava a abertura de frentes de trabalho, direitos para os trabalhadores desempregados, tais como: seguro-desemprego, passes, cestas básicas, a redução da jornada de trabalho de 48 para 40 horas e a isenção de contas de água e de luz. Embora já tivesse se desarticulado em 1986, as pressões do MLDC certamente contribuíram para a regulamentação do decreto do seguro-desemprego naquele ano.

Nos anos 1990, a ascensão de governos de orientação neoliberal levou a uma diminuição da regulação do Estado nas questões sociais, em um momento em que o país registrava altos índices de desemprego. Porém, somente no ano de 2000 é que um novo movimento articulado em torno da questão do desemprego foi formado. Gestado no interior da Subcomissão de Desemprego – órgão criado em 1999 e vinculado à Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, o MTD resulta dos debates entre trabalhadores desempregados, militantes de movimentos sociais, sindicalistas e pastorais que faziam parte daquela referida comissão criada com o objetivo de combater os altos índices de desemprego no estado. Como resultado dessas discussões, foram criadas as Frentes Comunitárias de Trabalho, que previam a geração de mais de trinta mil postos de trabalho e a proposta de auxílio financeiro para os trabalhadores desempregados, que incluía uma bolsa auxílio no valor de um salário mínimo, vale-transporte e uma cesta básica de alimentação por um período de seis meses.

Contando com o apoio decisivo do Movimento Consulta Popular (MCP), o MTD ocupou um terreno que seria destinado a General Motors (GM) no município de Gravataí-RS. A partir daquele momento, a luta por moradia passava a se delinear de forma mais contundente através das reivindicações pela regularização de assentamentos urbanos. Esses assentamentos trabalhavam com a perspectiva de um dia transformarem-se em agrovilas, com moradias dotadas de toda infraestrutura urbana, horta

agroecológicas e áreas verdes buscando assim, aliar em seu interior moradia, alimentação e trabalho. Após a realização da *Marcha por Trabalho e Teto* no ano 2000, o MTD obteve, junto ao governo do Rio Grande do Sul então ocupado por Olívio Dutra (1999-2003), um terreno para instalação de um assentamento rururbano em Gravataí.

Hoje, além de Gravataí, o MTD organiza-se em cidades como Campinas-SP, Rio de Janeiro-RJ, João Pessoa-PB, Vitória da Conquista - BA, Criciúma - SC, entre outras. Em alguns casos, a organização do movimento assemelha-se a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e conta com composição de uma coordenação geral, a realização de assembleias regulares e uma preocupação em divulgar a mística do MTD entre os seus militantes; já outros são caracterizados pela horizontalidade e optam por um movimento sem a escolha de lideranças específicas. Em 2007, o MTD chegou a articular um encontro nacional, mas as dificuldades de mobilização que perpassam diversos fatores configuram alguns fatores que dificultam a criação de laços associativos entre os trabalhadores desempregados de forma mais ampla e orgânica. Como exemplo dessas dificuldades, é possível citar a tendência ao isolamento dos trabalhadores que perdem seus vínculos empregatícios, a competição entre os trabalhadores desempregados pela conquista de uma nova ocupação no mercado de trabalho, a estigmatização sofrida pelo trabalhador desempregado, a despolitização do tema – tratado mais como um problema de natureza individual e não como uma questão social – e as diferenças de estrutura organizativa entre seus núcleos.

Luciana Pucu Wollmann

Fontes

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez, 2005.

GOULART, Patrícia Martins. Sem medo do desemprego: o caso do movimento dos trabalhadores desempregados. *Psicologia e Sociedade*, p. 137-160, 2003.

LEAL, Giuliana Franco. Entre dificuldades e superações: pensando a luta coletiva de trabalhadores desempregados a partir de um movimento social. *REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão*, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2013.

______________________. Trabalhadores desempregados e luta coletiva: dificuldades e possibilidades. *Caderno CRH*, v. 24, n. 63, p. 647-662, 2011.

MACHADO, Rita de Cássia Fraga. *Demitidos da vida: quem são os sujeitos da base do Movimento dos Trabalhadores Desempregados*. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2009. Dissertação de mestrado.

Sites:

<https://mtdrio.wordpress.com/>. Acessado em 21 de novembro de 2014.

<http://www.brasildefato.com.br/node/799>. Acessado em de novembro de 2014.

OCCUPY

Embora o termo *Occupy* tenha sido criado pela ocupação da praça Zuccoti, nos Estados Unidos, devemos identificá-lo com um gênero de manifestação política que começou a ganhar conformação a partir de 2008. Além do uso das redes sociais da internet na divulgação das pautas, organização e convocação da população às ruas, podemos caracterizá-la por suas formas de ação política. De acordo com o geógrafo David Harvey, suas táticas consistiram em "tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo onde muitos dos bastiões do poder estão localizados, e fazer com que corpos humanos convertam esse lugar de espaço público em uma comunidade de iguais, um lugar de discussão aberta e debate sobre o que esse poder está fazendo e as melhores formas de combater seu alcance". Além da adoção de formas de organização e tomadas de decisão coletivas, através da internet e de assembleias locais em espaços públicos simbólicos, a rejeição aos partidos políticos e formas de associação e organização políticas tradicionais, bem como a desconfiança sobre a grande mídia foram marcas importantes desses movimentos.

Os movimentos caracterizados nessas formas de organização e ação política deram-se em diversos contextos políticos e sociais. No continente europeu e nos Estados Unidos, as manifestações voltaram-se contra as consequências sociais da crise econômica de 2008 e o acobertamento político dos governos às instituições bancárias privadas e outras empresas do capital financeiro internacional. No mundo árabe, as insurreições do que ficou conhecido como a "Primeira Árabe" incidiram também contra a corrupção e o autoritarismo dos regimes políticos, a reivindicação por liberdade de expressão e a democratização das instituições.

As primeiras manifestações do mundo árabe ocorreram na Tunísia e no Egito. Enquanto no primeiro os protestos tiveram início em janeiro de 2010, os do segundo deram-se a partir de finais de janeiro do ano seguinte. Organizadas e convocadas pelas redes sociais, as manifestações exigiam liberdade de imprensa, a deposição de governos autoritários e eleições verdadeiramente democráticas. As ocupações das praças Gouvernement e Tahrir, espaços públicos que simbolizavam o poder, também se deram pelo autogerenciamento coletivo, através de assembleias públicas realizadas nas ocupações. A transmissão dos protestos e assembleias pela internet auxiliaram na difusão desses exemplos a outros lugares do mundo.

Se a Primavera Árabe expressou, para além da crise social, a insatisfação popular com um ambiente político ditatorial, as manifestações na Europa tiveram como principal alvo as alianças entre as autoridades políticas e o capital financeiro, consideradas responsáveis pela crise sistêmica provocada pelo colapso do mercado financeiro em 2008. O primeiro levante ocorreu na pequena Islândia. A crise econômica e social ocasionada por esquemas bancários fraudulentos e o acobertamento do governo levou, a partir de outubro de 2008, milhares de pessoas, organizadas pelas redes sociais, a ocuparem a praça Austurvollur, defronte ao prédio do Parlamento, para exigir a

renúncia do governo islandês e a elaboração de uma nova Constituição. Em fevereiro do ano seguinte, um novo governo foi eleito, nacionalizando os bancos, responsabilizando criminalmente os responsáveis pela crise econômica e atendendo às demandas populares por uma reforma constitucional.

Os exemplos da Primavera Árabe e da Islândia foram seguidos em diversos países. Em maio de 2011, às vésperas das eleições municipais, os espanhóis ocuparam a Plaza del Sol, num movimento denominado "Indignados". Seguindo as características semelhantes aos precedentes, levaram as ruas o lema *Democracia Real Ya!*, expressando a descrença nas formas existentes de representação política e nas políticas de austeridade do governo no combate à crise econômica de 2008.

Em setembro de 2011, em protesto contra as mazelas sociais provocadas pela crise dos mercados financeiros e a consequente crise econômica de 2008, teve início a ocupação da Praça Zucotti, no distrito financeiro de Manhattan. O *Occupy Wall Street* teve como principal lema "We are the 99%" ("Nós somos os 99%), pautada na interpretação de que a maioria esmagadora da população fora sacrificada pelas ações do governo no combate da crise econômica em nome dos privilégios daquele 1% que controlava as riquezas do país. Os membros do movimento afirmaram espelhar-se nas táticas da Primavera Árabe de organização coletiva horizontal e sem lideranças.

Em outubro de 2011, uma rede global de movimentos *Occupy* mobilizou centenas de milhares de pessoas em 95 cidades de 82 países. A partir das bandeiras da Democracia Real e da Justiça Social, esses movimentos seguiram o modelo de convocação, organização e nos valores de descrenças das instituições e formas de organização e representação políticas tradicionais.

Em junho de 2013, manifestações de características semelhantes aos *Occupy* eclodiram no Brasil, levando milhares de pessoas às ruas em passeatas e ocupações de prédios e espaços públicos. Embora a internet tenha exercido um papel fundamental na organização e convocação dos protestos, sua massificação espontânea deveu-se a indignação com a violência policial em pequenas ações do Movimento Passe Livre, contrárias ao aumento das tarifas do transporte público. O que começou com uma pequena passeata em São Paulo, no dia 2 de junho de 2013, cresceu dia-a-dia até atingir milhões nas ruas em diversas cidades do país, como ocorreu em 20 de junho. Diversas bandeiras foram levantadas nestss manifestações, tais como: a crítica à corrupção do governo e à exclusão social ocasionada pelas transformações urbana; a crítica aos gastos públicos com grandes eventos; as lutas pelo direito à cidade e a desmilitarização da Polícia Militar, dentre outras. Assim como os movimentos *Occupy*, as manifestações expressaram grande repúdio pelos partidos políticos e desconfiança em relação à grande mídia.

Marcelo Dias Lyra Júnior

Fontes

ANTUNES, Ricardo. As rebeliões de junho de 2013. *OSAL – Observatório Social da América Latina*, n.34, pp.37-49, nov. 2013.

ARANTES, Paulo et ali. *Cidades Rebeldes – Passe Livre e as Manifestações que tomaram conta do Brasil.* São Paulo: Boitempo, 2013.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

HARVEY, David (org.). *Occupy*: *movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.

Oposições Sindicais

Forma como se denominou particularmente, a partir dos anos 1970, o setor do movimento sindical que se caracterizou pela oposição vigorosa à estrutura sindical corporativista. Composto tanto por militantes egressos da luta armada, quanto por ativistas ligados à Igreja católica progressista, as Oposições atuaram a partir de um intenso trabalho de base, via comissões de fábrica. Porém, sua origem remonta ao pré-1964. Ao longo do período ditatorial, as Oposições foram fundamentais para a organização e mobilização do movimento sindical nos anos 1980, sendo a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo (OSM-SP) sua maior expressão.

Afirmando defender um sindicalismo independente, democrático e livre da intervenção estatal, a OSM-SP era integrada por um grupo de trabalhadores que tinha como objetivo imediato conquistar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos da capital paulista, resgatando a entidade das mãos dos sindicalistas considerados "pelegos". Para tanto, buscava atuar *por dentro* dos sindicatos e *por fora* a partir da organização de base nas fábricas. O OSM-SP surgiu a partir de algumas experiências realizadas em fábricas paulistas nos anos de 1961 e 1963. Experiências semelhantes surgiram nas cidades do Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Porto Alegre, entre outras. Em 1967, quando os trabalhadores buscavam reorganizar-se após o desmantelamento do movimento sindical ocorrido após o golpe civil-militar de 1964, surgiram muitas chapas de oposição durante o período das eleições sindicais realizadas em vários sindicatos, entre elas a dos metalúrgicos de Osasco e São Paulo (ambas metalúrgicas). Em São Paulo, decidiu-se por uma chapa de oposição que fosse o núcleo de um "Movimento de Oposição à Estrutura Sindical Brasileira" e não apenas uma chapa de oposição à diretoria.

A fragmentação da esquerda no pós-1964 influiu no movimento sindical. Ainda não envolvidos com a luta armada, setores mais à esquerda do Partido Comunista Brasileiro (PCB) reforçaram o trabalho de mobilização a partir do interior das empresas e oposições sindicais, juntando-se a outros militantes, em especial, operários-cristãos. Esse processo gerou movimentos grevistas de impacto no período, por exemplo, as greves de Contagem e Osasco, em 1968.

O Ato Institucional nº 5, promulgado em dezembro de 1968, intensificou o refluxo das mobilizações. Com o recrudescimento da repressão, militantes de diversas organizações partidárias de esquerda dedicaram-se a ações clandestinas, adotando as fábricas como *locus* privilegiado. As prisões efetuadas no ano de 1974 atingiram dezenas de operários militantes, enfraquecendo o movimento de oposição sindical. Diversos encontros foram realizados e alguns documentos elaborados tentando definir essa organização. Em 1975, formou-se uma nova geração no OSM-SP e o movimento passou a se consolidar a partir das experiências dos eventos chamados "*inter-fábricas*", realizados em conjunto com a pastoral operária. No período de 1975 e 1976, a Oposição não atuou no Sindicato.

As greves dos metalúrgicos do ABC paulista, a partir de 1978, abriram caminho para as paralisações em outras cidades e logo fábricas metalúrgicas e de outras categorias na cidade de São Paulo também paralisaram suas atividades, dando início ao movimento do "novo sindicalismo". Tal processo foi marcado pela aproximação entre os chamados sindicalistas "autênticos", reunidos em torno dos metalúrgicos do ABC, e as oposições sindicais, os quais, junto a outros setores dos movimentos populares, fundaram a Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983.

A experiência do OSM-SP influenciou o movimento sindical de todo o país, constituindo um dos principais setores do movimento operário ao longo da década de 1980 e um dos pilares da tendência CUT pela Base – a segunda maior força política da Central naquele período. Entre vários exemplos, encontram-se a Oposição Sindical dos Trabalhadores Químicos de São Paulo, que conquistou a direção do Sindicato em 1983 e a Oposição Sindical dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico.

Eduardo Ângelo da Silva
Larissa Rosa Corrêa

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

SANTANA, M. A. Ditadura Militar e resistência operária: o movimento sindical brasileiro do golpe à transição democrática. In: *Política e Sociedade*, n.13, p.279-309, 2008.

BATISTONI, Maria Rosângela. *Confronto operário. A Oposição Sindical Metalúrgica nas greves e nas comissões de fábrica de São Paulo (1978- 1980)*. São Paulo: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.

Sites:

"História da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo", <http://www.iiep.org.br>. Acessado em 28 de setembro de 2014.

PARADA GAY

A Parada Gay ou Parada do Orgulho Gay é um evento associado ao movimento LGBT que leva às ruas milhares de pessoas que apoiam a luta por direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e, ultimamente, transgêneros. Um acontecimento considerado por muitos como a expressão da globalização de uma política gay. O simbólico ato padronizou-se e evidencia-se pelas imensas bandeiras arco-íris apresentadas durante a manifestação. Já no campo estritamente político, a Parada ecoa como luta pela inclusão cidadã e dos direitos humanos dos homossexuais.

O dia 28 de junho tornou-se o dia oficial da Parada Gay no mundo, pois foi o dia da Revolta de Stonewall, ocorrida em 1969 na cidade de Nova York, quando a população LGBT presente no bar Stonewall Inn, revoltou-se contra as investidas e provocações, de longa data, perpetradas pela polícia e tomam as ruas da cidade. Atualmente, a maior Parada do Orgulho Gay mundial ocorre na cidade de São Paulo, com cerca de 3,5 milhões de pessoas que tomam as ruas durante evento. Trata-se de um crescimento impressionante, já que no início da Parada Gay paulista (em 1997), contava-se com a participação de 2000 manifestantes.

Atualmente, no Brasil, as temáticas propostas pelo movimento LGBT e simbolizadas pela Parada Gay conseguem maior expressão social e política. A Parada espalhou-se por várias capitais e cidades menores e massificou-se. Um maior número de pessoas tem assumido publicamente sua homossexualidade, mas a violência contra os homossexuais no Brasil ainda é significativa. No campo político, partidos políticos de esquerda têm defendido as bandeiras do movimento LBGT e a própria Presidenta reeleita (Dilma Rousseff) declarou publicamente que defenderá a aprovação de uma lei que puna a homofobia no país.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

TRINDADE, Ronaldo. O mito da multidão: uma breve história da Parada Gay de São Paulo. *Revista Gênero,* vo1. 11, n.02, 2011, p. 73-97. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/download/332/244>. Acessado dia 30 de outubro de 2014.

Sites:

"Parada Gay: História e Objetivo". Disponível em: <https://stophomofobia.wordpress.com/2011/01/23/parada-gay-historia-e-objetivo>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

GOLDBERG, Cauê. Todo mundo é igual. *Revista Orgulho*, (sem número) 2011. Disponível em: <http://www.unisanta.br/revistavirtual/materias.asp?cd=503>. Acessado em 30 de outubro de 2014.

PROTESTOS CONTRA A COPA (COMITÊS)

Movimentos que protestam contra a violação de direitos humanos e, em especial, o de moradia, violados quando da reestruturação urbana do país para a realização de megaeventos, no caso a Copa do Mundo, ocasionando prisões, intervenções violentas, processos e remoções arbitrárias por parte dos governos.

A realização dos protestos incialmente foi veiculada por vários coletivos e movimentos populares, sendo que alguns deles articulavam-se desde a realização dos Jogos Pan-Americanos no Rio de Janeiro. A partir de 2010, os Comitês Populares da Copa (CPC) surgiram como resultado de mobilizações nas cidades-sede da iniciativa de movimentos sociais organizados, universidades e entidades da sociedade civil. Os contatos iniciais que geraram o CPC deram-se na realização de seminários sobre megaeventos, especificamente nos *Impactos Urbanos e Violações de Direitos Humanos nos Megaeventos Esportivos*, realizado na USP, em São Paulo e *O Desafio Popular aos Megaeventos Esportivos*, realizado no Rio de Janeiro.

Os Comitês espalharam-se pelas doze cidades-sede da Copa e atuam como uma instituição guarda-chuva, ou seja, como articuladores das ações no nível municipal que agregam as comunidades afetadas pelas remoções e os atores envolvidos como monitoramento da política pública da Copa 2014. Sendo assim, não há número definido de Comitês por cidade, pois eles foram constituídos junto às comunidades afetadas pelas remoções. Como padrão, há sempre um comitê municipal que agrega os demais e possui sua própria pauta local, estrutura-se horizontalmente, lança suas campanhas e interage com as autoridades de acordo com sua leitura de oportunidades e ameaças para sua causa. Decorrente do contato entre os Comitês, surgiu a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop) que permite construir a voz nacional desses atores e promover ações conjuntas, atuando na elaboração e divulgação de diagnóstico sobre a realização da política da Copa no país, denunciando as precárias condições de trabalho dos envolvidos nas obras, o processo de remoção e violações do meio ambiente. Tanto os Comitês quanto a Ancop têm articulação com outras organizações de caráter nacional e internacional. A Ancop solicitou ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (em Genebra, na Suíça) intervenção na política de remoções junto aos governos do Brasil, tanto para as da Copa (2014) como para as das Olimpíadas (2016). Nota-se que as pautas do CPC e da Ancop adentram as questões urbanas que se problematizam diante dos megaeventos, mas se entrecortam com vários outros temas que transversalizam a luta por direitos.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE). Relatório Parcial do Projeto "Movimentos Sociais e Esfera Pública – Impactos e desafios da participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas governamentais. CBAE, 2014, 116-165.

DOWBOR, M.; SZWAKO, J. Respeitável Público... Performance e organização dos movimentos antes dos protestos de 2013. *Novos Estudos*, CEBRAP, n. 97, nov. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n97/04.pdf>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

Sites:

"Portal Popular da Copa e das Olimpíadas". Disponível em: <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=360&Itemid=278. Acessado dia 16 de novembro de 2014.

"Copa sem povo, tô na rua de novo". Disponível em: <https://comitepopularsp.wordpress.com/>. Acessado em 14 de novembro de 2014.

RÁDIOS COMUNITÁRIAS

Emissoras de radiodifusão comunitária que têm como objetivo promover a democratização da palavra, sobretudo em áreas economicamente desfavorecidas e não contempladas em suas experiências socioculturais e necessidades de comunicação pelas emissoras convencionais existentes no país. Apesar da sua abrangência e programação variada, as Rádios Comunitárias (RCs) têm em comum a gestão participativa, a liberdade de expressão, o compromisso de divulgar aspectos da realidade e da cultura local e a missão garantir a participação cidadã no processo de transformação social e na luta pela democratização dos meios de comunicação no Brasil.

As experiências pioneiras das RCs no Brasil remontam aos anos 1940, quando em algumas localidades do país – sobretudo em cidades do interior – foram instaladas rádios populares de autofalante (ou “rádios poste”), a fim de divulgar promoções do comércio local. Posteriormente, essas rádios passaram a incluir também em sua programação músicas, debates políticos, partidas de futebol, etc., configurando-se assim como um instrumento de utilidade pública. Proibidas de funcionar após o golpe civil-militar de 1964, as rádios de autofalante voltaram a ocupar os postes das cidades brasileiras nos anos 1980 e até hoje continuam existindo, com funções variadas. Esse tipo de comunicação comunitária passou a coexistir com as emissoras radiofônicas propriamente ditas, de caráter não comercial, que começaram a ser instaladas no país com a denominação de “rádios livres”. A primeira experiência de rádio livre no Brasil ocorreu em outubro de 1970, quando os irmãos Joaquim e Eduardo Ferreira da Silva, ambos adolescentes, fundaram a Rádio Paranoica (ES), fechada pelo regime militar no ano seguinte.

Estimuladas pelo contexto de abertura política e pela experiência anterior das rádios livres, as RCs começaram a surgir no país a partir dos anos 1980. Assim como as rádios livres, os questionamentos em torno do controle centralizado dos meios de comunicação e a falta de liberdade de expressão configuraram elementos centrais em sua origem, que é também caracterizada pela organização coletiva e pelo compromisso com o desenvolvimento social e construção da cidadania, prioritariamente em comunidades de baixo poder aquisitivo.

Em resposta às tentativas de criminalização– sobretudo por parte de associações de donos de emissoras comerciais como a Associação Brasileira de Empresas de Radio e Televisão (ABERT) que contam com o suporte da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e da Polícia Federal – as RCs organizaram-se em entidades representativas para lutar por sua liberdade de funcionamento e reconhecimento legal. Em 1986, durante um encontro festivo realizado no Circo Voador (RJ), foram criadas duas entidades: a Associação Brasileira de Ondas Livres do Ar (Abola) e a Cooperativa de Rádios Livres do Brasil (Cora-Libra). Entre as décadas de 1980 e 2000, outras entidades foram criadas, entre as quais podemos citar: Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), Associação Brasileira de Radiodifusão

Comunitária (Abraço), Associação Nacional Católica das Rádios Comunitárias (Ancarc), Movimento Nacional de Rádios Comunitárias (MNRC) e a seção brasileira da Associação Mundial de Comunicação Comunitária (Amarc).

Em 19 de fevereiro de 1998, após muitas pressões das RCs e dos movimentos sociais junto ao Congresso e ao governo federal, a Lei 9.612 foi sancionada pelo então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Apesar de ter sido elaborada praticamente à revelia das RCs e dos inúmeros pontos polêmicos que mais obstaculizavam do que auxiliavam o sistema de radiodifusão comunitária no país, a Lei 9.612/98 representou o primeiro sinal de reconhecimento jurídico das RCs no país.

Acenando com uma maior possibilidade de diálogo com as RCs, o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva criou em 2005 o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), a fim de rever a regulamentação e discutir medidas para a descriminalização e difusão das RCs no país. Apesar das propostas deliberadas pelo GTI, nenhuma delas foi concretizada. Em dezembro de 2009, um novo canal de discussão foi aberto na Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), que contou com a participação de representantes do governo e de entidades da sociedade civil. O encontro resultou na formação de um Grupo de Trabalho (GT), criado exclusivamente para tratar da questão da comunicação comunitária. Porém, mais uma vez, as propostas exaustivamente debatidas pelos membros do GT não saíram do papel.

Através de articulações com outros movimentos sociais e organismos internacionais, da participação em Consultas Públicas, da organização de abaixo-assinados, da busca de diálogo com representantes do legislativo e executivo, entre outras ações, as RCs vêm buscando conquistar cada vez mais espaço no debate público a fim de rever tanto os pressupostos da lei que lhes impõe uma série de restrições (a limitação de potência a 25 watts em apenas 1km de distância e a proibição de formação de redes e de veicular comerciais, por exemplo) quanto à criminalização de rádios comunitárias – taxadas como “ilegais” ou “piratas”. Essas medidas resultam na apreensão de material sonoro e na prisão de comunicadores sociais, ações, muitas vezes, realizadas de maneira truculenta pela Polícia Federal. Outro desafio que se impõe às RCs na atualidade é o combate sistemático ao “coronelismo eletrônico”, que consiste no uso de práticas clientelísticas para obtenção de licenças às rádios ligadas a determinados políticos e/ou religiosos. Em um último levantamento, estimou-se a existência de 10.000 a 12.000 emissoras sem outorga no Brasil.

Luciana Pucu Wolmann

Fontes

ARTICLE 19, AMARC Brasil, MNRC. “A situação das rádios comunitárias no Brasil”. Audiência temática da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), 2013.

BAHIA, Lilian Claret Mourão. Rádios Comunitárias. In: *Mídia cidadã: utopia brasileira*. São Bernardo do Campo: Metodista, 2006.

BERTI, O. M. C. & NISHIYAMA, A. F. Lei 9.612: 15 anos depois. Sensos e contrassensos da legislação de rádio comunitária no Brasil. *9º Encontro Nacional de História e Mídia.* Ouro Preto: UFOP, 2013.

OLIVEIRA, Catarina Tereza Farias de. *Escuta sonora: recepção e cultura popular nas ondas das rádios comunitárias*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Participação das Rádios Comunitárias No Brasil. In: Marque de Melo, J. Branco, Samantha Castelo (orgs.). *O pensamento comunicacional Brasileiro: o grupo de São Bernardo (1978 – 1998).* São Bernardo do Campo: Metodista, 1999.

Sites:

<http://www.abraconacional.org/>. Acessado em 25 de setembro de 2014.

<http://amarcbrasil.org/>. Acessado em 25 de setembro de 2014.

<http://movimentonacionalderadioscomunitarias.blogspot.com.br/>. Acessado em 25 de setembro de 2014.

REFORMA SANITÁRIA – CONSELHOS DE SAÚDE

Em meio ao contexto do fim da Ditadura Civil-Militar e às agudas demandas da sociedade civil que encampava várias bandeiras de democratização, expansão de direitos e cidadania via participação popular, surge o tema da Reforma Sanitária. De caráter amplo, a Reforma Sanitária brasileira significou o deslocamento do poder político em direção às camadas populares, o que implicou a análise da natureza da transição democrática brasileira, bem como do peso efetivo da transformação da norma legal e do aparelho institucional que regulamentava e se responsabilizava pela proteção à saúde. Em linhas gerais, a Reforma Sanitária buscava reverter a lógica da assistência à saúde propondo: universalizar o direito à saúde (universalidade); integralizar as ações de cunho preventivo e curativo, desenvolvidas pelos Ministérios da Saúde e da Previdência separadamente (integralidade); inverter a entrada do paciente no sistema de atenção – ao invés de buscar o hospital quando já estiver doente, o paciente busca a prevenção do preventivo para o curativo – promover saúde (hierarquização); descentralizar a gestão administrativa e financeira (descentralização); e promover a participação e o controle social (participação).

Os primeiros movimentos organizados nessa área iniciaram-se na segunda metade da década de 1970. A saúde da população brasileira carecia de política de atendimento, pois aqueles que não possuíam emprego formal ou não tinham dinheiro para usufruir de atendimento particular, em geral, não tinham acesso à saúde. Diante disso, duas entidades ícones dessa mudança de pensamento são criadas: o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes) e a Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) criados em 1976 e 1979 respectivamente. A Cebes aglutinava a academia e os profissionais dos serviços, elegia como meta prioritária uma percepção das questões relativas à saúde, condizente com uma reformulação do sistema de saúde então vigente, na busca de sua universalização e equidade sob a égide do setor público. Para tanto, recuperava experiências anteriores de profissionais envolvidos em programas como o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento do Nordeste (Piass) de 1976, que procura formular um novo modelo de atendimento à saúde da população, associando sua extensão aos setores carentes. Já a Abrasco gradativamente se constituía num importante interlocutor político nos debates e embates das políticas de saúde, ao mesmo tempo em que vinha promovendo a divulgação e intercâmbio de informações e estudos sobre a questão. Ademais, o movimento municipal de saúde nasceu paralelamente no mesmo período e nas mesmas circunstâncias. Posto isso, a maior parte dos marcos históricos da Reforma Sanitária e das discussões que levaram à criação do Sistema Único de Saúde (SUS) coincidiram com o aprofundamento e a união dos movimentos sociais e o Legislativo.

O ponto alto do debate pela articulação da Reforma Sanitária deu-se no fim da década de 70 e culminou com a VIII Conferência Nacional de Saúde em 1986, a qual propôs a saúde como um direito do cidadão, um dever do Estado e com acesso a todos os bens e serviços que a promovessem e a colocassem como universal. Posteriormente, duas dessas diretrizes dariam formato ao SUS: a universalidade e a integralidade. Essas diretrizes e demandas baseadas na VIII Conferência de Saúde integraram um leque social mais amplo: o das lutas pelas liberdades democráticas e do movimento sindical que se rearticulava na época, acrescidos a seguir dos movimentos sociais que pressionavam a Assembleia Nacional Constituinte. Reconhecidos avanços foram feitos como os da Comissão Nacional da Reforma Sanitária (1987/1988), na Constituição (1988) e na Lei Orgânica da Saúde (1990). A conquista do princípio Constitucional da Participação da Comunidade e da Lei 8142/90 que dispôs sobre as *Conferências e Conselhos de Saúde* convalidava a visão da ampla participação social no movimento da Reforma Sanitária e na formulação das políticas e estratégias na saúde.

Os *Conselhos de Saúde* (nacional, estadual e municipal) passaram a existir como espaços públicos de participação nos quais os representantes da sociedade civil, gestores e trabalhadores reúnem-se para discutir e deliberar, planejar e fiscalizar a política setorial para a saúde, inclusive os recursos disponibilizados. Uma de suas funções primordiais era e é o de ser espaço público de controle social, de uma instância deliberativa que pode aprovar ou refutar projetos para a saúde pública, além de aprovar, reprovar e fiscalizar as contas relativas a gastos nessa área. Assim, dinamizava-se e dinamiza-se socialmente a implementação de procedimentos mais democráticos, participativos nas políticas públicas de saúde. Contudo, reconhecidos os avanços, houve crescente estreitamento desse leque social para o âmbito setorial da saúde, na vertente institucional do ensino e da gestão dos serviços e na vertente das entidades da sociedade civil ligadas à saúde a partir dos anos 90, de avanço neoliberal no Brasil.

Os anos 2000 representaram uma tentativa dos Conselhos, em todos os níveis, de aumentar a participação social. O Conselho Nacional alterou sua estrutura para se tornar mais democrático. Assim, uma nova estrutura entrou em vigor no ano de 2006 quando foi publicado o Decreto Presidencial n.º 5.839, de 11 de julho de 2006. Atendendo às deliberações aprovadas na 11ª e na 12ª Conferências Nacionais de Saúde, o Conselho passa a escolher seus membros a partir de processo eleitoral. Além disso, pela primeira vez na história, elege seu presidente, cargo até então ocupado pelo Ministro de Estado da Saúde. O Conselho Nacional de Saúde passou a contar com 48 conselheiros titulares representados por usuários, profissionais de saúde, gestores e prestadores.

A participação popular é um dos motivos criadores dos Conselhos principalmente na gestão dos serviços públicos de saúde em nível local. Entretanto, essa dialoga com uma institucionalização e tradição política assistencialista e clientelista, o que compromete a efetiva participação da população no serviço público, principalmente nos municípios. Apesar de muito ter sido feito no sentido da democratização das políticas de saúde no Brasil, no que diz a respeito à legislação, existem ainda inúmeros entraves que impedem a execução dos princípios defendidos e que necessitam de uma melhor avaliação. Assim, alguns estudos apontam que somente a maior participação e

menor institucionalização dos Conselhos poderão trazer uma mudança de cultura com acentuada visão democrática sobre as políticas públicas de saúde.

Leonardo Ângelo da Silva

Fontes

CORDEIRO, Silvia; CORNWALL, Andrea; DELGADO, Nelson G. A Luta por participação e controle social em um conselho municipal de saúde. In: *Olhar crítico sobre a participação e cidadania: a construção de uma governança democrática e participativa a partir do local*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 199-255.

COHN, A. Caminhos da Reforma Sanitária. *Lua Nova: Revista de Cultura Política*, no.19, São Paulo, Nov. 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000400009>. Acessado dia 22/11/2014.

SANTOS, N. R. A Reforma Sanitária e o SUS: tendências e desafios após 20 anos. *Revista Saúde em Debate*, nº 81, vol. 33, 2008. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaSaude/anexo/A_REFORMA_SANITARIA_E_SUS_TENDENCIAS_E_DESAFIOS03_10.pdf>. Acessado dia 22/11/2014.

Sites:

"Apresentação". Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/apresentacao>. Acessado dia 22 de novembro de 2014.

"Histórias das Conferências de Saúde". Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/14cns/historias.html>. Acessado em 22 de novembro de 2014.
"A reforma sanitária: o Sistema Único de Saúde no Brasil". Disponível em: <http://misodor.com/SUSBRASIL.php>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

"História do CNS". Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/apresentacao/historia.htm>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

"Os Desafios da Participação Popular no Sistema Único de Saúde". Disponível em: <https://sejarealista.files.wordpress.com/2009/12/3-part_popular-no-sus.pdf>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Organização fundada em 11 de agosto de 1937 por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro. Reconhecida oficialmente apenas em dezembro de 1938, a União Nacional dos Estudantes (UNE) tornou-se o órgão máximo de representação dos estudantes. Ao longo de sua história, a UNE atuou na defesa dos interesses estudantis e se posicionou frente aos embates políticos nacionais. Alvo de disputas entre conservadores e progressistas, embora sob a hegemonia dos últimos, a entidade foi posta na ilegalidade em 1964. Reconstruída, a partir dos anos 70 e tendo participação ativa no processo de redemocratização, retornou à legalidade em 1985. Teve atuação marcante nos anos 1990 ("Fora Collor") e, a partir de 2002, tem apoiado as ações dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) para o ensino superior.

Em seus primeiros anos, no contexto da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a UNE posicionou-se a favor do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com os países do Eixo e, posteriormente, em favor da declaração de guerra. Em 1942, após despacho favorável à petição de cessão feita pelos estudantes a Getúlio Vargas, mas com concessão dificultada pelo ministro Capanema, o prédio nº 132 na Praia do Flamengo, antigo clube da colônia alemã, foi ocupado e tornou-se sede da UNE. Durante o mesmo período, procurou-se articular as federações estudantis nos estados e criar centros e diretórios acadêmicos, os quais, organizados no interior de cada faculdade ou escola, filiavam-se a um diretório central que representaria o corpo discente de cada universidade. Tal estrutura deu forma orgânica às entidades estudantis.

Sob a liderança de pessoas ligadas ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), ao final dos anos 1940, a UNE liderou campanhas nacionais como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo ("O petróleo é nosso") e contra a alta do custo de vida, além de se manifestar pela gratuidade do ensino e reforma universitária, entre outras bandeiras estudantis.

De 1950 a 1956, a entidade foi comandada por um grupo conservador ligado à União Democrática Nacional (UDN). Porém, devido à linha nacionalista do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e aos estatutos da UNE, que obrigavam suas direções a lutar pelo nacionalismo e contra o entreguismo, a entidade participou de campanhas nacionalistas, entre elas, a da criação da Petrobrás. Retomada pelo chamado "grupo democrático" em 1956, a UNE promoveu um amplo processo de politização estudantil que abalaria a tutela instituída pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), exercida durante a gestão anterior. Naqueles anos, conformou-se a primeira frente única entre católicos e comunistas no movimento estudantil, uma aproximação presente no início da década posterior.

A partir de 1961, a UNE foi marcada pela maior influência de lideranças católicas, primeiramente, da Juventude Universitária Católica (JUC) e, posteriormente, do grupo católico Ação Popular (AP), o qual visava à transformação radical do Brasil em uma sociedade socialista. Durante esse período, que terminou com o golpe de 1964,

a UNE participou da “campanha da legalidade” pela posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, e teve atuação intensa na defesa das liberdades democráticas e interesses nacionais, na luta pela reforma universitária e democratização do ensino e na campanha nacional de alfabetização de adultos. A criação da UNE Volante, que percorreu os estados promovendo um movimento nacional de cultura popular, através da fundação dos Centros Populares de Cultura (CPCs), e buscou uma maior unidade da organização estudantil, foi importante marco dessa fase.

Em 1º de abril de 1964, a sede da UNE, na praia do Flamengo, foi saqueada e incendiada por integrantes do movimento político-militar. Em novembro daquele ano, a entidade foi posta na ilegalidade. Clandestinamente e à procura de sua reestruturação, a UNE se opôs à política educacional do regime militar que admitia a interferência de organismos estrangeiros em sua orientação e visava à privatização do ensino superior. Em março de 1968, a tensão entre o governo e o movimento estudantil ganhou nova dimensão quando o estudante secundarista Edson Luís Lima Souto, de 18 anos, foi morto à bala pela polícia do Rio de Janeiro, durante uma manifestação contra o fechamento do restaurante Calabouço, que atendia sobretudo a estudantes pobres. Esse episódio levou a uma série de protestos estudantis em diversas capitais. Ainda nesse ano, a UNE decretou greve geral e integrou os setores que participaram da Passeata dos Cem Mil, no dia 26 de junho, momento de maior amplitude do movimento estudantil desde 1964. Porém, em outubro, a entidade sofreu uma de suas maiores derrotas. Mais de setecentas lideranças estudantis foram presas no XXX Congresso da UNE, realizado clandestinamente em Ibiúna (SP). Após o Ato Institucional nº5 (AI-5), ainda tentou-se manter suas atividades, entretanto, com o aumento da repressão, abriu-se um período de paralisação das atividades, que se estendeu até 1979.

Com o enfraquecimento do regime militar, ao final dos anos 70, a UNE iniciou sua reestruturação. O Congresso de reconstrução da entidade aconteceu em Salvador e nas eleições para a diretoria foi vitoriosa a chapa Mutirão, apoiada pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), fato que marcou o início da hegemonia desse partido na entidade. Em 1980, tentou-se recuperar a sede da Praia do Flamengo, mas essa foi demolida por ordem do então presidente João Batista Figueiredo.

Nos anos 80, a UNE participou ativamente da campanha “Diretas Já” em torno da votação, na Câmara dos Deputados, da emenda Dante de Oliveira, que propunha eleição direta para presidente da República em novembro de 1984, por fim rejeitada. Em 1985, com a aprovação do projeto de autoria do deputado e ex-presidente da UNE Aldo Arantes, a entidade retornou à legalidade. Entre 1987 e 1988, houve uma gestão petista, mas a entidade foi recuperada pelo PC do B em 1989.

Durante a crise política que resultou no impeachmen*t* do presidente Fernando Collor de Mello, em setembro de 1992, o movimento estudantil retomou sua presença junto aos estudantes. Participando com outras entidades da sociedade civil, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a UNE foi uma das líderes das grandes manifestações populares que, em diversas capitais do país, exigiram a retirada de Collor do governo, sob a acusação de corrupção. Em decorrência da maquiagem usada pelos estudantes nas passeatas,

Lindberg Farias, presidente da UNE à época, ficou conhecido como líder dos "cara-pintadas".

As presidências de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) foram marcadas pelo grande embate do governo federal com os movimentos sociais, devido à política neoliberal adotada. Nesse momento de menor diálogo entre a UNE e o poder executivo, à exceção do regime militar, houve recorrentes protestos da UNE contra o Exame Nacional de Cursos, conhecido como "provão", e protestos contra a política educacional e as reformas constitucionais propostas pelo governo. Essa década também seria marcada por denúncias de setores do movimento estudantil acerca do sistema de monopólio de emissão de carteirinhas de validade nacional, exercido pela UNE, a partir de 1992, que davam aos estudantes descontos em cinemas e teatros. Algumas denúncias sugeriram que tal estrutura destinava-se ao financiamento de partidos, no caso o PC do B, legenda à qual a maioria dos diretores da entidade nacional era filiada.

Nos anos 2000, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência, os estudantes reabriram o canal histórico de interlocução com o governo federal. A entidade apoiou os programas do governo petista para a expansão do ensino superior, como Programa Universidade para Todos (Prouni), que garante bolsas em universidades particulares para estudantes de baixa renda, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que ampliou o número de vagas nas universidades públicas. Em 2007, após a montagem de um acampamento estudantil que se prolongou por meses, a UNE ganhou na justiça a posse do local de sua antiga sede na Praia do Flamengo. Um dos últimos atos do presidente Lula no cargo foi inaugurar, naquele local, as obras de reconstrução do prédio da UNE. Em 2010 e 2014, a UNE apoiou Dilma Rousseff nos pleitos presidenciais.

Além desse posicionamento político mais amplo, nos últimos anos, o movimento estudantil diversificou sua atuação em direção às principais demandas da juventude brasileira. A UNE tem se mobilizado em grandes Bienais que valorizam áreas como ciência, tecnologia e esporte, em movimentos de estudantes negros, mulheres, gays, lésbicas e outros grupos.

Eduardo Ângelo da Silva

Fontes

ABREU, Alzira Alves de [et al.] (coord.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis: um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: LOPES, José Sérgio Leite; HEREDIA, Beatriz Maria Alazia de. (orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública*: o mundo da participação: burocracias, confrontos e aprendizados inesperados. Rio de Janeiro: CBAE, 2014, p.269-302.

Sites:

“História da UNE”. Disponível em: <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

“A UNE como instrumento da subversão”. Disponível em: <https://arquivosdemovimentoestudantil.wordpress.com/2013/12/26/a-une-como-instrumento-de-subversao-a-frente-da-juventude-democratica-contra-a-esquerda-estudantil-durante-a-greve-universitaria-de-1962>. Acessado em 22 de novembro de 2014.

O Dicionário Histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964 – 2014) tem como objetivo oferecer descrições e informações de referência sobre os principais movimentos sociais ocorridos no Brasil no período posterior ao golpe de 1964. A proposta é oferecer aos interessados uma visão panorâmica sobre esse vasto conjunto de movimentos, contendo informações básicas sobre cada um deles, com as referências bibliográficas.